



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 140

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 14 de junho de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da sessão pelos Srs. Vice-Presidentes da ALRAA, Deputados Ricardo Cabral e Humberto Melo)*

Secretários: *Deputada Graça Silva (substituída no decorrer da sessão pela Sra. Secretária da Mesa, Deputada Bárbara Chaves) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se diretamente na **Agenda da Reunião** com a [Interpeleção ao Governo Regional sobre “A situação da Agropecuária na Região”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do BE.

Após a intervenção inicial da Sra. Deputada Zuraida Soares, pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Renato Cordeiro (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*),

António Parreira (*PS*) e a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

De seguida, foram debatidos em simultâneo o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 60/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A, de 24 de junho, que estabelece os princípios orientadores de organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional”](#) e o [Projeto de Resolução n.º 146/X – “Orientações curriculares e metodológicas a adotar no âmbito do processo de implementação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores”](#), ambos apresentados pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentados os diplomas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, participaram no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e as Sras. Deputadas Catarina Moniz Furtado (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetidos à votação os dois diplomas foram rejeitados por maioria.

Passou-se de imediato para o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 63/X – “Reformas antecipadas”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a Sra. Deputada Graça Silveira ter apresentado o diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), Renato Cordeiro (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*).

Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Finalmente, iniciou-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 61/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, pediram a palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

No seguimento de uma das intervenções do Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), pediu a palavra para um protesto a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 32 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada, Sr. Secretário.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 45 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao ponto um da nossa Agenda: **Interpelação ao Governo Regional sobre “A situação da Agropecuária na Região”**, apresentada pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes conforme estipula o artigo 132.º do Regimento e estão assim distribuídos: o interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD, 24 minutos; o CDS, 13 minutos e o PCP e o PPM, 10 minutos.

Tem a palavra para iniciar o debate a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A lavoura dos Açores vive atualmente uma crise sem precedentes.

Responsáveis políticos e associativos assumem que esta crise empurrou 60 a 70% das nossas explorações para a falência técnica. Números desta grandeza - que assolam o mais importante sector económico da Região - são por demais graves para não exigirem que, nesta Casa, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Casa da Democracia Açoriana, por excelência, este assunto seja debatido, com a seriedade e a genuína procura de soluções alternativas, que a situação exige.

Se a gravidade da situação exige, hoje, respostas rápidas, bem como a junção de esforços, no sentido de a minimizar, essas respostas têm que ser elaboradas, quer ao nível regional, quer ao nível nacional, mas também tendo em vista inverter o "deixa andar" da Comissão Europeia, primeira responsável por esta crise.

E, nesse terreno, o Bloco de Esquerda não regateará esforços, juntamente com o Governo Regional e o Governo da República, nesse desiderato que tem de ser, que só pode ser, conjunto.

A gravidade do problema exige, simultaneamente, um debate aberto e multifacetado, entre todos os diferentes protagonistas do sector - sem esquecer a nossa Universidade e outras instituições -, debate este que nos leva à compreensão das causas profundas deste problema, dele extraindo ainda as necessárias lições para o futuro.

Como é evidente, não somos daqueles que idealizamos que é possível viver num mundo sem choques, sem contradições e sem crises. Contudo, também estamos conscientes de que é possível evitar que estas crises atinjam dimensões de autêntica catástrofe, como aquela que, hoje, vivemos na fileira do Leite.

O regime de quotas leiteiras surgiu, na Europa, para responder às sucessivas crises de superprodução, responsáveis pelas montanhas de manteiga e de leite em pó, que eram constantes, nos finais dos anos 70 e princípios dos anos 80 do século passado.

Com esta regulamentação (ou regulação) iniciou-se um período de estabilidade, quer no sector, quer nos sectores subsequentes, permitindo o seu desenvolvimento, bem como a estabilidade dos produtores. Como é evidente, este processo não foi isento de percalços mas, o que se ganhou, foi infinitamente melhor do que o passado.

Cedo, as potências do mercado - quer países, quer grandes empresas, alicerçadas na política neoliberal - começaram, e para já desde 1999, a pôr em causa a referida regulamentação, a qual, mesmo assim, resistiu até abril de 2015.

É em 2003 que, pela primeira vez, fica em letra de forma, a confirmação do fim das quotas leiteiras e a sua consumação far-se-á em 2008, com a promessa da sua entrada em vigor, precisamente, a 1 de abril de 2015.

A vitória do neoliberalismo sobre a regulação consumou-se, pois, também neste sector. O mercado que tudo resolve, o mercado em rédea solta, ganhou e os resultados estão, agora, à vista de todos.

Bem podiam forças como o Bloco de Esquerda protestar, alertar para os perigos desta (na altura) ameaça, que logo eram apelidadas de antieuropeias, retrógradas e que mais nomes houvesse.

Seria interessante que, hoje, PSD e PS viessem pedir desculpa aos produtores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! Não apoiado!

A Oradora: ... por aquilo que andaram a defender em 1999 (com Capoulas Santos, do Governo de António Guterres), em 2003 (a primeira assinatura para o fim das quotas, com Sevinete Pinto, do Governo de Durão Barroso) e em 2008 (com Jaime Silva, do Governo de José Sócrates).

A argumentação aprimorada começou por uma (mais uma!) "evidente inevitabilidade"; passou para a afirmação de que Portugal "não tinha força negocial"; e terminou na falácia de que, afinal, seria bom, pois era "um desafio para vencer".

Ser bom aluno da Europa dos mercados, Sras. e Srs. Deputados, traz-nos o amargo de boca que, hoje, experimentamos!

É certo que o embargo da Rússia, a desaceleração da economia chinesa e dos países emergentes (como Angola e Brasil) e mesmo a crise da Venezuela, fabricaram uma mistura explosiva, a tal "tempestade perfeita", como se diz na nossa Região.

Não duvidamos, mas também sabemos que, com a manutenção das quotas, os fatores de amortecimento seriam muito maiores.

Tal como na República, o Governo dos Açores não ouviu os avisos e chamadas de atenção que foram surgindo de diversas áreas e de diversos quadrantes. Ao invés de conceber e de levar à prática uma política de precaução - apostando na diversificação e na valorização, por exemplo, como algumas referiu - o Governo dos Açores apostou no aumento de produção.

Ainda me lembro, em 2009, aquando de uma visita aos Açores do, então, eurodeputado Miguel Portas, ele lançou o alerta, afirmando que as instituições europeias estavam dominadas pelos ideais neoliberais, ao serviço dos grandes poderes do sector do leite e que os Açores fariam mal, se não se preparassem para o definitivo fim das quotas leiteiras, com tempo e com estratégia adequada.

Miguel Portas assumiu esta posição, perante o que lhe foi dado ver de incremento da produção leiteira, bem visível na Região.

Os sucessivos governos regionais, surfando a onda dominante carregada de subsídios, promoviam a produção, assumiam a compra de quotas ao exterior, fomentavam a importação de rações e de forragens.

Nem política ativa de emparcelamento, nem busca da qualidade em detrimento da quantidade, nem leite verde, nem leite biológico - como diversos sectores da nossa sociedade apontavam, nomeadamente, especialistas da Universidade dos Açores -, nada disso.

A palavra de ordem era – pergunto: será ainda? - "Produzir em quantidade e em força".

As vozes que se levantavam e que se levantam, dizendo que estamos a produzir de forma intensiva, praticamente, como no Continente, ou eram silenciadas, ou pregavam no deserto.

Um ponto alto desta política, passou-se exatamente neste Parlamento, quando, em maio de 2013, um partido político (que não o Bloco de Esquerda), apresentou um Projeto de Resolução que recomendava a suspensão dos apoios à estabulação. PS e PSD uniram-se contra esta singela pretensão, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: ... mais do que ajustada à nossa realidade. Em 2013, já era mais do que claro (mesmo para os mais céticos) que o fim das quotas era uma realidade.

Esta política seguida, nos Açores, permitiu ainda que um administrador da Lactogal - empresa que, em Portugal, até pela sua liderança de mercado, tem responsabilidades na situação da fileira do leite - fizesse um ataque público ao logro a que chamou a 'Marca Açores'.

Afirmou tal senhor que, nos Açores, se pratica uma cultura intensiva semelhante à do Continente e, ainda pior, porque importamos tudo para a alimentação do gado, com substanciais custos acrescidos.

Deputado Francisco César (PS): Nada como destruir a marca Açores!

A Oradora: Perante tal ataque, a pergunta que fica, a um governo que está sempre a dizer que, em primeiro lugar, defende os Açores, só pode ser esta: - porque não reagiu a tal afronta? Porque ignorou tamanha calúnia? Ou será que o referido senhor tem razão e sabe do que fala?

Ora, é precisamente este o problema do Governo Regional: a desgovernança, a falta de estratégia, a incapacidade de antecipação, a recusa em construir alternativas, para este sector.

Não só não tratou, a tempo, de uma nova política para ele, como, com a voracidade da quantidade, fomentou a intensificação da produção, à custa

do negócio das rações, as quais, em grande parte, são produzidas, com base em produtos OGM's.

Que credibilidade pode ter a 'Marca Açores', nos mercados nacionais e internacionais, como produto verde, quando parte do leite produzido, na Região, para além de o ser em regime intensivo, é em parte OGM?

Esta irresponsabilidade, ditada pelo lucro imediato e por interesses económicos e políticos, permite pôr em causa uma marca que se quer séria, diferenciada e de excelência.

Ironicamente, são exatamente os parceiros do passado, aqueles que agora ajudam a enterrar a nossa fileira do leite, denunciando práticas com que foram coniventes.

E ao Governo Regional não cabe, hoje, uma explicação, por todo este trajeto, que sempre foi conduzido pelo Partido Socialista, com o apoio próximo do PSD?

As razões desta crise e da sua dimensão não podem ser escamoteadas.

Em primeiro lugar, as políticas neoliberais contra a regulação, potenciadas pela Comissão Europeia e apoiadas, em Portugal, pelos Partidos do chamado "arco da governação" do passado recente. Em segundo lugar, as políticas dos sucessivos governos da República. Em terceiro lugar, as políticas dos sucessivos governos do Partido Socialista, na Região, as quais não precaveram, nem o futuro, nem a sustentabilidade do sector, em troca do sucesso imediato e da influência política do momento.

Assim, cabe, hoje, perguntar: estão o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, capazes de assumirem, perante os/as Açorianos/as, não só os seus erros de cálculo mas, fundamentalmente e perante esta crise, a alteração de políticas neste sector, promovendo a qualidade, a

diferenciação, a certificação, o verde, o biológico, a diminuição dos custos de produção, a competitividade e uma política comercial (agressiva, sim), mas assente em pressupostos sérios? Vamos, finalmente, direcionar os cerca de 100 milhões de euros, por ano, para a urgente reestruturação do sector? Ou vamos continuar a insistir em embustes para riqueza fácil mas de pouca duração? Ou vamos continuar a aproveitar tantos milhões de euros - seguramente, o último envelope tão recheado - para diferenciarmos (não o leite, nem os seus derivados), mas os produtores, os nossos lavradores, seriando-os 'de primeira', 'de segunda' ou 'de terceira', conforme a capacidade económica que têm ou que a banca lhes cauciona?

Esta é a pergunta que vos deixo, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo. Sinceramente, não duvido que o saibam fazer, mas desconfio que o queiram fazer... Até quando será a esperança a última a morrer?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Conforme define o artigo 184.º do Regimento tem agora a palavra, querendo, o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O setor agropecuário da Região que hoje aqui discutimos, sendo o pilar maior da economia açoriana, constitui sempre e naturalmente um tema da maior relevância e numa fase em que enfrentamos significativos desafios externos, em particular na fileira do leite, essa importância tem ainda maior relevância e oportunidade. Revemo-nos, por isso, nesta iniciativa

da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, não obviamente no seu conteúdo, mas sim na relevância do tema que coloca hoje à discussão. Uma fase, dizia, em que através de um trabalho diário de proximidade mantido com as associações representativas dos produtores o Governo dos Açores tem-se empenhado, como aliás é seu dever, no sentido de encontrar e canalizar apoios excepcionais para uma situação que é extraordinária sem se desviar do rumo de desenvolvimento estratégico que definiu e tem prosseguido, ou seja, apoiar hoje os nossos empresários e industriais agrícolas a enfrentarem com sucesso a crise do escoamento do leite instalada no espaço comunitário sem hipotecar o investimento no futuro do setor, o mesmo é dizer o futuro da economia dos Açores.

Nesse sentido e nesta breve intervenção inicial recorde sucintamente o pacote de novas medidas implementadas desde 2015 para o setor do leite, medidas às quais alocámos cerca de cinco milhões de euros, ou seja, mais do que a Comissão Europeia atribuiu a todo o país o ano passado a título de ajuda extraordinária.

Para além do reforço em cerca de 12 milhões de euros de orçamento para este ano afeto à agricultura aprovado nesta Casa, promovemos o programa de reestruturação do setor e uma compensação financeira para ajudar os agricultores a suportarem os encargos com os juros de empréstimos contraídos comprovadamente destinados a investimentos nas suas explorações, o SAFIAGRI III que já está em vigor.

Garantimos a antecipação do pagamento de prémios e ajudas em outubro último no montante histórico de 54 milhões de euros. Esta antecipação, que abrangeu também um maior número de agricultores, só foi possível porque se executou o processamento atempado de mais de 18 mil candidaturas a medidas POSEI e do PRORURAL + e devido à afetação

de 15% dos fundos regionais necessários ao pagamento das ajudas inscritas no Plano de Desenvolvimento Rural.

Assim, a boa gestão nos Açores do processo de análise, controlo e aprovação das candidaturas permitiram que mais de três mil agricultores açorianos tenham acedido antecipadamente a verbas significativas, contribuindo também por esta via para que os empresários agrícolas vençam os desafios que se colocam ao setor. Mais concretamente no âmbito do POSEI e na percentagem máxima permitida pela legislativa comunitária foram transferidos 70% dos pagamentos dos prémios à vaca leiteira num montante de cerca de 8,4 milhões de euros e aos produtores de leite no montante de cerca de 14,4 milhões de euros.

Recorde-se também que em 2014 e no âmbito das medidas preventivas tomadas face ao fim do regime de quotas leiteiras o Governo dos Açores negociou em Bruxelas, na revisão do POSEI acordada com as associações do setor, o reforço do prémio dos produtores de leite em cerca de dois milhões de euros, aumento esse que se refletiu nos pagamentos já efetuados em 2015.

No âmbito do PRORURAL +, aprovado no ano passado e já em plena velocidade de cruzeiro, foram adiantados aos agricultores açorianos 85% dos pagamentos agroambientais e das medidas de manutenção da atividade agrícola em zona desfavorecida, as conhecidas MAZD, antigas indemnizações compensatórias.

Destaque-se, com comparativamente ao quadro comunitário anterior, o sucesso das negociações da Região com a Comissão Europeia permite que os apoios das MAZD tenham passado a abranger mais cerca de dois mil agricultores açorianos, o que se traduz num aumento de cerca de 5

milhões de euros por ano para estas medidas durante a vigência do atual programa de desenvolvimento rural, isto é, até 2010.

No reforço financeiro e uma maior abrangência com efeito mais significativo nas ilhas que, ao contrário de São Miguel e Terceira, já contavam com um prémio de 190 € à vaca leiteira, aliás, numa medida extensiva ao ano que corre iguamos em todo o arquipélago.

Estas medidas complementam e potenciam outras como a AGROCRÉDITO em vigor desde 2005 e programas como o PROAMA, agora PRONAF, foi o RICTA, estes últimos, aliás, reforçados na atual legislatura.

O antigo PROAMA (Programa de Apoio aos Agricultores para Aquisição de Máquinas e Equipamentos) foi recentemente alvo de uma alteração que permite, por exemplo, aos agricultores candidatarem os custos de instalação elétrica no interior das suas explorações, um fator da maior importância para a qualidade e para o aumento da rentabilidade das explorações por via da majoração do preço do pagamento do preço do leite.

Acresce ainda a redução de 50% a vigorar até ao final deste ano dos descontos para a Segurança Social implementado pelo Governo da República.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como referi, esta fase conjuntural exige mais esforço e um empenho redobrado, mas sem colocar em causa o investimento do desenvolvimento e consolidação do setor.

Importa, aliás, aqui sublinhar que a gestão e a utilização dos fundos comunitários por parte do Governo dos Açores revertem integralmente a

favor da atividade privada e em prol das populações, como se demonstra, por exemplo, com a construção e beneficiação da rede regional de abate, proporcionando comprovadas mais valias à fileira da carne, ou o investimento em infraestruturas de apoio à atividade agrícola diminuindo custos de produção e aumentando a segurança dos agricultores.

Ao nível privado, e apesar da conjuntura vivida nos últimos anos, difícil por um lado, mas desafiante por outro, os produtores e os industriais açorianos desencadearam investimentos muito significativos nas suas diferentes áreas de atividade e é com particular satisfação que posso afirmar que à presente data o PRORURAL + já regista, na sua globalidade, uma taxa de execução de 16%, o que dá bem conta do interesse que tanto os agricultores como os industriais da nossa Região colocam neste programa e aproveitam as suas potencialidades para potenciarem os seus investimentos.

Desde março de 2015 foram rececionados 763 pedidos de apoio às diferentes medidas deste programa, resultado da abertura de 37 concursos em 2015 e de mais 43 já no corrente ano.

No que respeita ao investimento global destaco a aprovação de projetos que totalizam aproximadamente investimentos da ordem dos 40 milhões de euros.

Registo assim através destas candidaturas a confiança que o setor produtivo e transformador revela no futuro, apesar dos desafios externos com que se confronta e em particular, como referi, no âmbito da fileira do leite.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Continua a existir na nossa Região e no país uma visão distorcida do sector primário, fruto de uma leitura dogmática de velhos manuais escolares de uma falida e ultrapassada escola neoliberal, que considera que a existência de sectores primários robustos, com uma dimensão relevante no conjunto da economia, são um sinal de atraso e subdesenvolvimento, que o que é moderno são apenas o comércio e os serviços e, assim, considera que o sector da agropecuária é um peso que atrasa o desenvolvimento regional, um lastro económico e social que nos impede de crescer e de nos modernizarmos.

É falso! Não é um peso. É o motor! Não é lastro. É a base de uma economia saudável!

Pesem embora as enormes dificuldades que este sector (o setor agropecuário) continua atravessar e o crescimento relativo de outros sectores, a atividade agrícola e pecuária continuam a assumir um peso estratégico na economia regional. Não apenas pela dimensão da riqueza gerada ou do emprego que diretamente criam, mas também pelas atividades relacionadas, a montante e a jusante, com o comércio, transporte, serviços e indústria transformadora.

O PCP sempre alertou para os perigos da liberalização do mercado do leite na União Europeia (fim das quotas leiteiras, entenda-se) e, sempre

propôs, ao contrário do PS, do PSD e até do CDS-PP, que Portugal evitasse esta medida pois ela constitui, está agora à vista de todos, a ruína de uma produção, na qual somos autossuficientes, e da indústria transformadora que a ela está associada.

À liberalização em curso acresce a decisão política da União Europeia, tomada à margem dos agricultores e dos povos europeus, das sanções à Rússia que veio acrescentar mais um grave problema ao setor, os excedentes de produção contribuem também para a quebra do preço do leite nos mercados internacionais.

Foram o PS, o PSD e o CDS-PP os autores e os responsáveis por este grave problema. Factos são factos e vamos a eles:

1999 - “Agenda 2000”, que reformou a Política Agrícola Comum e decidiu acabar com o sistema de quotas, quem é que estava no Governo da República? Era o PS com António Guterres como Primeiro-ministro e Capoulas Santos como Ministro da Agricultura.

2003 - PSD e CDS-PP, com o Primeiro-ministro Durão Barroso e com Sevinate Pinto como Ministro da Agricultura confirmaram a decisão de liberalizar o mercado do leite, apenas adiando o fim das quotas para 2015, como efetivamente veio a suceder.

2008 – O governo do PS, tendo como Ministro da Agricultura Jaime Silva e o Primeiro-ministro José Sócrates, voltou a confirmar o fim das quotas leiteiras para 2015. No entanto, prevendo já os seus efeitos destrutivos, acordaram no seio da União Europeia numa eliminação gradual das quotas, para que os agricultores se fossem progressivamente habituando aos preços de miséria. Foi a chamada “aterragem suave”.

2013 – Aquando da discussão de um relatório sobre a produção leiteira em zonas desfavorecidas e ultraperiféricas no Parlamento Europeu, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Faça agora a proposta, Sr. Deputado!

O Orador: ... eurodeputados do PS, do PSD e do CDS-PP votaram contra uma Resolução alternativa proposta pelo PCP, que defendia a necessidade da manutenção do regime de quotas leiteiras para lá de 2015, ajustando-as às necessidades de cada Estado-Membro e ao seu nível relativo de capacidade instalada.

2015 – Mais propriamente no dia 24 de abril, votação na Assembleia da República de um projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PCP que na sua parte resolutiva recomendava ao Governo da República e cito: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Demagogia pura!

O Orador: ... “Que desenvolva esforços junto das instituições europeias para a manutenção de um quadro de regulação do mercado no plano europeu que dê respostas aos problemas do sector leiteiro, propondo medidas de defesa dos produtores nacionais, designadamente:

Pela garantia de preço justo à produção;

Pela garantia de proteção do mercado nacional face à entrada de leite estrangeiro.” Fim de citação.

E qual foi a posição dos grupos parlamentares do PS, do PSD e do CDS-PP? Votaram contra! Ou seja, votaram contra os interesses dos produtores de leite dos Açores, dos produtores de leite do nosso país.

Digam, agora, o que disserem o fim das quotas leiteiras vai ficar, para sempre, associado aos vossos partidos e à política de destruição da produção regional e nacional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A total liberalização do mercado e a recusa reiterada de criação de mecanismos de proteção dos preços pagos aos agricultores permite

também que as condições de comercialização do leite e da carne açoriana sejam particularmente desfavoráveis para os agricultores. As grandes centrais de compras e distribuição impõem preços e termos que prejudicam ainda mais o depauperado rendimento dos agricultores. A par disto os agricultores têm ainda de fazer face aos custos cada vez mais elevados dos fatores de produção, a par de uma carga fiscal e contribuições obrigatórias injustas e esmagadoras. A aprovação da Proposta de Lei do PCP para aliviar os encargos sociais e fiscais dos agricultores açorianos, no âmbito da agricultura familiar, sendo um fator positivo, não é naturalmente suficiente para inverter esta dramática situação.

Os Açores vivem a situação paradoxal de ao aumento da produção, nomeadamente de leite e de carne, não corresponderem melhorias no rendimento dos agricultores. O aumento da notoriedade dos produtos açorianos (e é um facto) no mercado nacional e internacional não estão a trazer benefícios para os produtores. Pelo contrário, aumentam as suas queixas e dificuldades, espelhadas nas crónicas dificuldades financeiras das cooperativas agrícolas, mas também na redução do número de explorações e no número de agricultores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O futuro do sector agrícola dos Açores exige a rutura com o dogma liberal da desregulação dos mercados que tem caracterizado as políticas europeias e nacionais.

É necessário que sejam reconhecidos os condicionalismos específicos da nossa Região e que sejam criados mecanismos de proteção do rendimento dos agricultores, com uma mais equitativa distribuição do valor ao longo

da cadeia de produção/distribuição, limitando o poder das grandes centrais de compra e distribuição, valorizando devidamente a qualidade e a especificidade dos produtos açorianos, garantindo a sustentabilidade da nossa agricultura e a riqueza que gera para as nossas ilhas.

Defendemos assim e como medidas imediatas:

- A reposição das quotas leiteiras;
- O fim das sanções à Rússia; ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Proponha na Assembleia da República!

O Orador: ... - A rejeição de qualquer subsídio à redução da atividade;

- Somos frontalmente contra qualquer tentativa de "nacionalização ou de regionalização" do problema, um problema que foi criado externamente e que tem de ser resolvido no seio da União Europeia. Claro que isto não deve demitir nem a Região, nem o país de encontrar soluções para o problema;

- São necessárias medidas de apoio imediatas através de ajudas extraordinárias;
- Necessária a redução da contribuição da Segurança Social;
- Aplicação imediata das medidas inseridas na lei de apoio à agricultura familiar;
- A procura de novos mercados;
- A criação de uma linha específica para o desendividamento bancário no quadro do Banco Central Europeu;
- Rever ainda a rede de segurança e os seus mecanismos elevando o preço de intervenção à produção, isto é, estabelecendo um preço de referência para os produtores.

Esta é a política que o PCP defende na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e aqui, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com firmeza, com determinação e com coerência. Defendemos a mesma política em toda a parte e por isso estamos de cabeça erguida (o que não será o caso de alguns grupos parlamentares desta câmara) ao lado dos agricultores açorianos, sem mentiras, nem omissões, nem demagogia, ao contrário do PS, PSD e CDS-PP que tudo fazem, agora, para ocultar as suas responsabilidades. A verdade virá sempre ao de cima!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional, Sr. Presidente do Governo Regional:

De facto, para quem lida com a lavoura diariamente não encontra outro ambiente a não ser um ambiente de desilusão. É isto que se encontra e a desilusão não é só pelo facto de ter terminado o regime de quotas leiteiras, como nós bem sabemos há outros fatores aqui ligados a esta desilusão, mas principalmente porque tivemos um Governo que durante anos garantia que estávamos preparados para este efeito.

Ainda quando foi pela inauguração do Parque de Exposições de São Miguel o Sr. Presidente do Governo Regional referia-se à situação de olhar para um copo meio cheio em vez de um copo meio vazio. É natural que pensasse assim, é natural que deixasse essa mensagem de esperança, mas também era preciso que houvesse de facto trabalho feito para isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Houve o recurso a muita massa cinzenta, mas massa cinzenta de betão, muita obra que foi feita sobredimensionada que trouxe custos para a nossa indústria, mas também houve muita obra que é apregoada aqui, mas que nunca saiu do papel e ainda há muita gente à espera que ela saia.

Faltou uma estratégia política para o setor. A nossa dimensão arquipelágica de Região deveria ter sido sempre posta em consideração, as diferenças de cada ilha exigiam soluções diferentes, mas preferiram governar como se fosse tudo igual, tendo este Governo sido bastante competente no arranjar desculpas para todos os erros cometidos nestes anos ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e agora, o que antes era uma culpa da República e de Bruxelas, é só uma culpa de Bruxelas.

Sras. e Srs. Deputados, tardiamente é que se verificou a existência de uma indústria sobredimensionada na maioria das ilhas, o que é apanágio de uma grandeza socialista que procura votos seja a que preço for, sem ter em conta as consequências das suas decisões.

Para além das dificuldades energéticas impostas pelo seu desajustamento em relação à produção de leite, agora enfrenta a precariedade de um mercado feroz em baixar preços pagos aos produtores.

É uma lavoura que também está desiludida com a execução dos vários quadros comunitários onde a única oportunidade de muitos lavradores conseguirem a melhoria na sua qualidade de trabalho e de rendimento foi adiada transitando (ainda viu-se no último quadro comunitário) 300 projetos para o quadro comunitário seguinte.

Transportes: ainda hoje se vive uma grande dificuldade em transportes entre ilhas. Ainda nos últimos plenários falou-se nisso e o Governo recusa-se a estudar um sistema de transportes melhor. Até a expressão que ficou aqui bem patente foi qual era o medo de averiguar isso, sabendo que a nossa Região, o setor, vive da exportação.

Ao mesmo tempo não se procura saber os custos de produção. Já foi uma proposta nossa, assim como proposta de outros partidos aqui presentes que foram sempre negadas pelo Partido Socialista.

Há muito que se espera a formação de uma interprofissional em Bruxelas. Isto não é só uma proposta nossa, é uma proposta também da própria federação agrícola. Até hoje ainda não se viu trabalho nenhum feito neste sentido, uma vez que a culpa é sempre de Bruxelas. Agora também esperava-se que a solução fosse neste sentido.

E faltou o óbvio que só agora, recentemente é que existiu, que era um Governo que se sentasse com a produção e com a indústria e da última vez que isto aconteceu houve aqui um paradigma.

Da declaração política que fizemos no mês de março, tando o Sr. Presidente do Governo, como o Sr. Deputado Duarte Moreira ironizaram que uma das soluções do Partido Social Democrata fosse o Centro de Leite e de Laticínios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Quando 15 dias depois se senta com a produção e com a indústria e a solução passa pelo Centro de Leite e de Laticínios. É irónico!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Irónico não é o que se disse aqui em março, é o que aconteceu 15 dias depois.

Quando foi anunciado o fim do regime de quotas leiteiras houve tempo para que este Governo (já com tanto tempo no Governo) estivesse preparado para o seu impacto, assim como para as suas consequências. Apenas assistimos a um empurrar de culpas, onde há poucos meses estas seriam da responsabilidade de um Governo e agora é de Bruxelas.

Os nossos produtores merecem muito mais respeito. Respeito por aquilo também que tiveram durante anos.

Agora procura-se novas soluções. Houve uma solução que existiu sempre, o caso concreto da ilha de São Miguel, com uma indústria como a Sinaga, dos últimos recursos das agroindustriais, onde os produtores de leite (não digo que mudassem de atividade) pudessem procurar mais rendimento, como recentemente na década de 90 e início de 2000 que com o facto da brucelose muitos produtores recorreram à agroindústria para estabilizarem o seu rendimento. Hoje já nem isso é possível, porque o Governo assim que põe as mãos destrói ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: ... e temos uma empresa completamente falida.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O toque de Midas ao contrário!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Peço a palavra para participar neste debate sobretudo porque me parece que há aqui um conjunto de questões que na perspetiva do Governo interessa também esclarecer e interessa também trazer à colação neste debate promovido pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda. O Governo foi citado num conjunto de matérias, algumas delas incorretamente, quanto àquela que era a posição que o Governo tem e que o Governo assumiu e gostaria de começar exatamente pelas questões que o Grupo Parlamentar do PSD levantou em relação à posição do Governo. Em primeiro lugar, nem o Sr. Deputado Renato Cordeiro, nem aliás nenhuma das Sras. e Srs. Deputados aqui desta Casa, me ouviu dizer que o setor do leite está preparado para enfrentar o fim das quotas.

Aquilo que os senhores me ouviram dizer no dia 5, nomeadamente no dia 5 de maio de 2015, foi que os produtores estão preparados para o final das quotas. O que disse e reafirmo, porque talvez discordemos no diagnóstico do problema, mas aquilo que o Governo tem dito e reafirma hoje aqui é que nós não temos um problema de produção, nós temos um problema de mercados, nós temos um problema de exportação, nós temos um problema de falha completa ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Exatamente!

O Orador: ... naquele que foi um pressuposto base que a União Europeia assumiu quando decidiu a abolição das quotas leiteiras que era um aumento do consumo a nível mundial.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Com o aplauso do então ministro!

O Orador: Isso não se está a verificar.

Nós temos essencialmente é esse problema e a União Europeia (e ainda recentemente tive a oportunidade de dar nota disso ao Sr. Comissário) tarda em lidar com esse problema.

Nós sabemos que há questões que se prendem com geopolítica, a questão da Ucrânia, as consequências que daí derivam, mas o problema não é ... Ou dito de forma mais rigorosa: não era até há alguns meses atrás um problema de produção.

Até 31 de dezembro de 2015, comparado com 31 de dezembro de 2014, a produção a nível europeu subiu 2%. Não é isso que justifica a queda de preços que aconteceu.

Portanto, aquilo que eu disse, reafirmo: nós não temos um problema de produção, nós temos um problema de comercialização e de exportação de produtos lácteos.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: Daí ter dito que os produtores, a parte da produção, está preparada, como já esteve no passado, como respondeu de forma exemplar, excepcional aos desafios de quantidade e de qualidade (e de qualidade!) que lhes foram colocados.

Portanto, aquilo que a União Europeia está a fazer neste momento é dirigir uma solução, ou tentativas de solução, para uma componente deste setor onde nós não temos um problema e nós chegámos agora ao paradoxo de se falar numa das 23 medidas que a Comissão Europeia aprovou no último conselho de agricultura que é a limitação voluntária das quotas, da produção, digo.

Das duas, uma: ou nós temos a necessidade de limitar a produção (como à data de hoje e com os dados que existem nos primeiros seis meses deste ano estamos com um aumento de 7.2 % de produção a nível europeu; nós

temos países como a Irlanda, como Chipre que passam os vinte e tal por cento de aumento de produção de leite) ...

Portanto, das duas, uma: ou há efetivamente uma questão que se coloca ao nível da produção, ou então (e aí vamos falar então das quotas leiteiras) não se pode é colocar a solução do ponto de vista da limitação voluntária.

Portanto, do ponto de vista da resposta da União Europeia acho que essa resposta padece, nomeadamente, dessas falhas, na minha opinião, obviamente que acabei de vos transmitir.

Segundo aspeto, Centro de Leite e Laticínios.

O Centro de Leite e Laticínios foi anunciado em 2004. Os senhores podem dizer que levou muito tempo, que se arrastou, podem dizer isto tudo. O Centro de Leite e Laticínios está criado, está criado como uma associação entre os parceiros do setor e na qual o Governo também participa, mas, Sr. Deputado Renato Cordeiro, eu não ironizei, nem o Governo ironizou com a questão do Centro de Leite e Laticínios. Aquilo que o Governo disse foi que a proposta que o PSD apresentava para resolver o problema do setor do leite era a criação de um Centro de Leite e Laticínios e isso não é solução.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Disse-o antes, digo-o agora e digo sobretudo com a legitimidade acrescida, se me é permitido, de ter, como Presidente do Governo, estado presente na primeira reunião do Centro de Leite e Laticínios.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Ajuda? Ajuda, sim senhor! É verdade.

Resolve? Não resolve.

Portanto, um partido político com as responsabilidades do maior partido da oposição que diz que a solução para crise do leite é o Centro de Leite e Laticínios está a enganar as pessoas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso nunca foi dito!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso nunca foi dito assim!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): O PSD pode não perceber as palavras do PS, mas o PS também não percebe as nossas!

O Orador: O PSD, aliás à semelhança do PCP também, que o Governo ...

Aliás, não foi o PSD que referiu isso. Peço desculpa. Foi o Bloco de Esquerda.

... que o PS e o Governo aderiu à questão, defendeu o fim das quotas leiteiras.

Os Srs. Deputados têm variadíssimas declarações, nomeadamente minhas, nós estamos contra o fim das quotas leiteiras, mas de qualquer das formas nós temos que nos preparar para elas.

Portanto, esta questão, naquilo que tem a ver com as responsabilidades, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Porque é que não disseram isso ao ministro do Partido Socialista quando anunciou o fim das quotas!?

O Orador: ... daquilo que tem a ver com a posição política deste Governo está perfeitamente clara e perfeitamente esclarecida.

Por último, a questão da produção verde e das declarações do responsável de uma indústria de laticínios nacional e também algumas das declarações que foram feitas aqui pela Sra. Deputada da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Na minha leitura, nós podemos (porque é importante que se diga essa matéria, porque é importante para o esclarecimento) ter uma ou outra estabulação permanente, que é diferente de dizer que há semi-estabulação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas é verdade!

O Orador: Semi-estabulação há, estabulação permanente há uma ou outra estabulação permanente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Temos mais!

O Orador: Agora a produção de leite nos Açores não se caracteriza pela estabulação permanente. Não se caracteriza pela estabulação permanente! Caracteriza-se exatamente pela alimentação do gado ter uma fortíssima componente de erva fresca e aquilo que nós estamos a assistir com as declarações desse responsável é exatamente aquilo que me parece ser uma guerra comercial entre indústrias de laticínios, uma que resolveu apostar numa componente e a outra (nomeadamente a deste responsável) que não tem condições para vender o mesmo tipo de produto, na minha opinião, e que resolve lançar essa suspeita e essa suspeição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é suspeita, é verdade!

O Orador: Não, não é verdade, Sr. Deputado Artur Lima.

Vamos ver se nós nos entendemos naquilo que eu estou a dizer.

Nós temos alguns casos de estabulação permanente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bastantes!

O Orador: ... nós temos mais de semi-estabulação, mas as questões não são confundíveis. Gado que está em semi-estabulação come erva fresca; gado que está em estabulação permanente não acontece com a mesma frequência.

Portanto, parece-me que o assunto é sério o suficiente para tentarmos ser o mais rigorosos naquilo que estamos a falar e é isso que eu estou a tentar fazer: ser rigoroso nas informações e no debate em que estou a participar nesta câmara.

Ora bom, é uma guerra comercial, é, que está a decorrer com uma indústria de laticínios a promover o produto que lançou aqui nos Açores (e que me parece até que está a correr muito bem) e com o incómodo visível não só nessas declarações, mas num outro conjunto de atividades por parte de outras indústrias de laticínios.

Agora, do ponto de vista daquilo que é a ação e a atuação do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, a posição do Governo é clara: nós fizemo-lo e continuaremos a fazer seja junto do Governo da República, seja junto da Comissão Europeia, aquilo que nós entendemos que é defender os interesses da agricultura açoriana. Defender os interesses da agricultura açoriana!

Ainda hoje são publicadas duas linhas de crédito que se estendem a todo o território nacional. É uma ajuda! É uma ajuda!

E como essas há outras medidas que já foram postas em prática pelo Governo dos Açores, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas nestas matérias, como sempre, há duas abordagens possíveis: uma, como a do Sr. Deputado Renato Cordeiro que acha que o

Governo só fez mal, não fez nada bem, só fez tudo mal; outra, então acha que fez alguma coisa bem?

Se acha que fez alguma coisa bem diga para a gente ter aqui uma base de debate suficientemente para saber que os senhores aqui falharam ou aqui fizeram bem.

Acha que fez tudo mal?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): 60% das explorações em falência técnica, é bom ou é mau?

Deputado Joaquim Machado (PSD): 20 anos!

O Orador: É a vossa opinião e é nesse esforço que continuaremos a trabalhar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A posição do CDS em relação ao setor da agricultura é muitíssimo conhecida nesta Casa.

Sempre defendemos que o modelo de desenvolvimento agrícola para a Região baseado no aumento da produção era um modelo falido. Com o fim das quotas leiteiras insistir nesse modelo era, no mínimo, irresponsável e os resultados estão à vista: uma degradação constante do

preço do leite, a indústria a impor restrições à produção e praticamente 60 % das explorações em falência técnica.

Dissemos e defendemos que o caminho era investir e apoiar os fatores endógenos, muito em particular a nossa pastagem, quer porque com o uso da pastagem diminuíamos os custos de produção que eram elevadíssimos e contribuíamos para a falência das nossas explorações, quer porque o leite de animais alimentados em pastagem tinha uma qualidade excepcional cientificamente provada.

Apresentámos propostas nesta Casa sugerindo ao Governo Regional que deixasse de apoiar sistemas de estabulação, foram chumbadas, o Governo Regional continuou nessa política ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e hoje vem apelar ao investimento por parte do setor na qualidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sr. Presidente do Governo, devo dizer-lhe que é verdade, que com o fim das quotas leiteiras aquilo que era suposto era aumentar a produção de produtos láteos, mas a Região devia saber nunca teria capacidade para competir com uma Holanda que quando deixasse de ter quotas ia aumentar grandemente a sua produção baixando os preços ao leite e que nós nunca poderíamos entrar nesse campeonato, que a única alternativa que nós tínhamos era nos diferenciar por uma produção, investindo na qualidade.

Eu pergunto: como é que este Governo dá sinais aos seus produtores quando as ajudas à produção são exatamente as mesmas a um produtor que entrega um litro de leite de excelente qualidade e um produtor que

entrega um litro de leite que ainda nem sequer consegue cumprir os critérios mínimos de higiene e segurança?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Isto não é dar sinais ao setor de que nós queremos investir na qualidade e eu pergunto...

O Governo Regional diz: “Agora nós temos que investir em produtos de qualidade, produtos láteos de valor acrescentado, que a nossa indústria não pode continuar a fazer a produção de produtos básicos”.

Eu pergunto o que é que o Governo Regional fez em relação a isso?

Que eu saiba foi apoiar projetos de fábricas ultradimensionadas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De estabulação permanente!

A Oradora: ... que aquilo que se propunham fazer era exatamente produtos láteos de linha básica e os senhores aprovaram os projetos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e pagaram esses projetos e agora reclamam que a Região não se diferenciou nos produtos láteos que apresenta no mercado.

Digo-lhe mais! Para termos um setor que possa investir na qualidade é fundamental o apoio técnico aos lavradores.

Eu pergunto: onde é que estão as explorações de exemplo tanto para técnicos, como para lavradores?

Onde é que está o trabalho dos serviços de desenvolvimento agrário ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... a dizer: “Meus senhores é assim que nós queremos fazer. Esta é uma exploração modelo. Sigam isto que é o melhor para a Região.”

Eu desconheço a sua existência.

Deputado Francisco César (PS): Isso é normal!

A Oradora: Sr. Secretário, eu pergunto-lhe: neste momento toda gente reconhece o excelente trabalho de um projeto que foi apoiado e que foi lançado há pouco tempo que é o das “Vacac felizes”. É um excelente trabalho de facto. Na nossa opinião é aquilo que o Governo devia ter feito no setor durante os últimos anos, porque aquele projeto é tão simples quanto isto. Aquela fábrica aos seus produtores disse: “Meus senhores, têm que fazer um controle da qualidade do leite cru, entregar leite com uma elevada qualidade microbiológica e sem células somáticas.”

Sabe isto o que é, Sr. Secretário?

Isto é o tal PCOL, que o CDS há muito tempo pergunta porque é que só começou a ser implementado em 2014, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Responda lá isso!

A Oradora: ... que devia ter sido começado a implementar em 2008.

Aquilo que as “Vacac felizes” estão a apoiar é dar um apoio suplementar aos produtores que entregam leite de animais alimentados em pastagem.

Eu pergunto: onde é que está o apoio aos produtores açorianos que alimentam o seu gado em pastagem?

Não há, porque aquilo que os senhores apoiaram foi estabulação e, portanto, neste momento, Sr. Secretário, eu gostaria que nos explicasse, sem qualquer crítica, quais foram as apostas que o Governo fez que desse sinais à produção e ao setor de que estávamos efetivamente preparados para o fim das quotas leiteiras.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada! Agora responda!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo Regional foi rigoroso, na minha opinião, e esteve assertivo, foi correto na explicação que fez entre a questão da estabulação e semi-estabulação.

Acho que foi uma clarificação correta e oportuna, porque de facto não podemos aqui diabolizar, na nossa opinião, aquilo que tem a ver com a semi-estabulação. Aliás, o próprio projeto das “Vacas felizes”, já tive até a oportunidade de estar nalgumas explorações que estão integradas nesse projeto das “Vacas felizes” e existe algumas delas naturalmente em regime de semi-estabulação.

O que é fundamental é que nós consigamos usar essencialmente a nossa capacidade forrageira, capacidade própria para produzir.

Agora, isto foi uma questão em que o Sr. Presidente foi correto, outras há que acho que não foi tão correto e eu passo também a explicar, mas antes disso gostaria ainda de dizer que a questão que se coloca não tem a ver tanto com a estabulação, semi-estabulação, tem a ver isso sim com o que se faz com o leite produzido pelos produtores de leite açorianos e aí a Sra. Deputada Graça Silveira esteve absolutamente correta também, porque podemos ter leite de animais produzido em estabulação, semi-estabulação, em pastoreio livre, só que depois transformamos esse leite em leite em pó, em leite UHT ou em queijo de barra flamengo e perdemos boa parte da valia que os produtores têm produzido.

Portanto, é verdade que nós temos de ter cuidados naquilo que é a produção, é verdade que os produtores evoluíram e muito em quantidade e em qualidade, mas também é verdade que nós continuamos a colocar a maior parte do nosso leite em produtos como o leite pó, o leite UHT, o

queijo de barra flamengo que não têm a capacidade de valorização em mercados específicos e que competem com produtos da mesma índole de muitos outros países e regiões de uma forma que nos prejudica claramente.

Agora aquilo em que o Sr. Presidente do Governo Regional não foi tão correto foi quando referiu que da parte do PSD a proposta para o setor leiteiro, ou a única proposta, tinha a ver com o Centro de Leite e Laticínios.

Sr. Presidente do Governo, penso que saberá que não é assim.

Eu lembro-lhe que nos últimos anos o PSD/Açores, nomeadamente desde 2004, mas em concreto desde 2006, apresentou já 43 (repito: 43!) propostas relativas à agricultura e em concreto ao setor leiteiro. 43!

Dessas 43 foram chumbadas pela maioria 33, isto é, das 43 que o PSD apresentou a maioria socialista chumbou 33. Isso é bem sintomático, desde logo, ...

Deputado Berto Messias (PS): Então não eram boas!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Aprovaram 10, foi mais do que uma!

O Orador: ... de qual é a postura e em segundo lugar que não é verdade que o PSD tenha dito que a única solução era o Centro de Leite e Laticínios.

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas então não era a única proposta!

O Orador: Mas começo bem, começo por uma bastante simbólica ...

Deputado José San-Bento (PS): Os senhores é que sabem o que é que dizem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não! O Sr. Presidente é que tem de saber o que diz!

Deputado José San-Bento (PS): Não! Os senhores é que disseram!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo disse que a solução que o PSD tinha preconizado para o setor leiteiro era o Centro de Leite e Laticínios. Não é verdade! Não é correto foi o que eu disse.

O PSD ao longo dos últimos anos apresentou 43 propostas das quais a maioria socialista chumbou 33.

Deputado Berto Messias (PS): Aprovámos 10!

O Orador: E aquela inclusivamente que chumbou em relação ao Centro de Leite e Laticínios poucos meses depois apresentou-a como uma grande solução para o setor, mas não é isso que agora nos traz aqui. O que nos tem de trazer aqui é a questão mais profunda, talvez a mais importante ou das mais importantes e simbólicas propostas que o PSD apresentou que já se refere a 25 de outubro de 2006.

Em 2006, em setembro, no dia 26 de setembro, em Oulu, na Finlândia, a então comissária europeia Marian Fischer-Boel disse que o sistema de quotas era arcaico e que devia ser repensado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 10 anos!

O Orador: Logo nessa altura houve quem se insurgisse contra essas afirmações e lutasse no Parlamento Europeu e fora do Parlamento Europeu e que trouxesse para os Açores esta questão.

Na altura eu fui acusado por essa bancada e pelo Governo Regional de ser alarmista. Foi isso que me acusaram na altura, de ser alarmista.

Nessa mesma altura, no dia 26 de outubro, neste Parlamento, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta para serem adotadas iniciativas conducentes ao eventual impacto socio económico do fim das quotas leiteiras.

Nesta altura foi chumbada, porque isto era a altura em que não queriam reconhecer o problema, em que diziam que o Deputado Duarte Freitas era

um alarmista e em que não quiseram, neste Parlamento, começar a estudar o impacto do fim das quotas leiteiras.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A partir daí tivemos mais 42 propostas e 33 foram chumbadas.

Portanto, sabemos bem quem é que aqui, fora daqui estava preocupado, alertando para o que se passava, quem é que desvalorizou e não foi há muito tempo que isto foi desvalorizado.

Há afirmações recentes, mais ou menos textuais, embora o Sr. Presidente do Governo o negue, em que o que tentava o Sr. Presidente do Governo passar era que estava tudo preparado para o fim das quotas leiteiras, que não haveria problema nenhum.

Houve algum açoriano que não o tivesse percebido neste sentido da parte do Sr. Presidente do Governo?

Foi isto que se tentou passar da parte do Presidente do Governo, da parte do Partido Socialista. Estava tudo preparado, estava tudo bem, não ia haver problema nenhum.

Os outros eram os alarmistas, as propostas deles não serviam para nada, porque estava tudo preparado, agora afinal não é bem assim. Não é bem assim!

Mas há mais uma questão de fundo que eu gostaria de colocar para terminar esta intervenção. Tem a ver exatamente com a questão do leite que produzimos ser devidamente valorizado.

Eu entendo que já se devia ter começado há 4 ou 5 anos a fazê-lo, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Há muito mais!

O Orador: ... mas entendo que urge fazê-lo desde já no mais imediato prazo possível, que é criar um programa de incentivos ...

Deputado Berto Messias (PS): Vamos todos estudar a fileira!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vocês não gostam muito de estudar!

O Orador: ... para que a nossa indústria, aliada a pessoas e entidades com *know-how*, desde universidades a empresas, possa ter um incentivo para estudar, investigar, promover, desenvolver e pôr no mercado produtos de valor acrescentado açorianos.

É isso que está a faltar, é isso que nós temos que fazer e fica hoje aqui mais uma proposta que apresentamos também neste Parlamento, embora já o tenhamos feito fora: criar um programa de investigação e de desenvolvimento para apoiar a indústria para que se criem novos produtos, se teste e se coloquem no mercado.

É assim que nós vamos valorizar o leite e o excelente leite que os nossos produtores produzem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai falar do oásis do setor nos Açores!
Há quem não perceba que isto é importante!

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A interpelação ao Governo aqui trazida hoje pelo Bloco de Esquerda relativa à situação da agropecuária na Região é, do ponto de vista do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mais uma oportunidade (e uma boa oportunidade!) para que adie um debate sério, surjam boas propostas, que possam ser aproveitadas por parte do Governo na resolução de alguns dos constrangimentos e dificuldades que o setor atravessa.

É sempre com muito gosto que o Partido Socialista discute sobre aquele que é o mais importante setor pilar da economia dos Açores e é com muito gosto, porque nesta, como em outras áreas da governação, mas nesta em particular, o Partido Socialista tem um património que se honra e se pode orgulhar pelo trabalho desenvolvido e principalmente pela evolução a todos os níveis que se verificou no setor agropecuário dos Açores ao longo dos últimos 20 anos.

Esta evolução é de tal ordem que só quem está de má fé, ou não faz uma análise séria dos dados disponíveis, pode não ver o muito que a Região conseguiu no que às produções regionais diz respeito à sua qualidade, diversidade, novos mercados e também no rendimento dos nossos agricultores.

De facto, a trajetória que se verificou nos últimos 20 anos comprovada pelos dados objetivos e pelas estatísticas, mas também pela notoriedade que os Açores e os seus produtos conseguiram além fronteiras, são um património dos açorianos, dos agricultores dos Açores e do Partido Socialista que soube ao longo deste tempo estabelecer uma parceria com as mulheres e os homens que labutam a terra fértil de forma a constituir o setor agropecuário naquilo que ele é hoje e no peso que o mesmo tem para a nossa economia, para o nosso bem-estar social e para a

manutenção da nossa paisagem, identidade e ambiente que tem reflexos também noutras áreas como o turismo.

Para se fazer uma análise séria temos de nos fundamentar nos números, nos factos e não em um qualquer devaneio de terra queimada que alguma oposição teima em persistir.

No que se refere à fileira do leite, setor que enfrenta atualmente um dos seus maiores desafios, senão o maior desafio desde a autonomia, observa-se uma evolução positiva em termos quantitativos e qualitativos fruto de um esforço de modernização e reestruturação.

Ao nível da produção verificou-se uma diminuição do número de explorações, uma saída digna a todos aqueles que optaram por deixar a atividade, uma diminuição dos efetivos, mas com a melhoria genética implementada, a melhoria inequívoca das condições sanitárias e a introdução de novas tecnologias gerou ganhos de produtividade e rentabilidade. Senão vejamos:

A produção de leite aumentou mais de 20% em 10 anos, o que representa mais de 100 milhões de litros de leite ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os rendimentos dos agricultores?

O Orador: ... e permita-me aqui um aparte, Sra. Presidente.

Há aqui algum discurso que parece que alguns partidos queriam que nós mantivéssemos as produções ao nível que tínhamos em 96 e queriam que os agricultores tivessem as condições de vida que nós tínhamos em 96.

Eu já tenho idade suficiente e nós temos aqui já idade suficiente para nos lembrarmos das dificuldades que tinha um agricultor para chegar aos seus terrenos, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): 60% em falência!

O Orador: ... para levar um litro de leite até às fábricas, fábricas completamente obsoletas e é isso que parece que os Srs. Deputados gostariam que se mantivesse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: As entregas e vendas diretas aumentaram mais de 35% também nos últimos 10 anos.

A produção média por exploração mais do que duplicou.

A produção de queijo aumentou em mais de 20%, o mesmo se verificou nos iogurtes com mais 52, na manteiga com mais 33 e no leite UHT com aumentos de 137%.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o rendimento dos agricultores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma grande coisa!

O Orador: Paradoxalmente o que não tem vindo a aumentar significativamente, ou mesmo não tem vindo a aumentar, é a produção de leite em pó.

Ao nível dos preços pagos ao produtor, e este é um indicador fundamental, verificou-se uma trajetória ascendente desde 2011 até 2014, atingindo valores superiores aos verificados no continente português, ciclo esse que só foi quebrado devido à anomalia dos mercados que se verificaram a partir do final de 2014, em 2015 e 2016, nomeadamente com as questões do embargo russo, com as questões da crise do petróleo, com obviamente o fim do regime de quotas leiteiras que tem provocado neste ano de 2016 um aumento significativo das produções de leite ao

nível europeu que tem reflexos numa inundação de leite em todo o mercado que fez baixar o preço do leite.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também no setor da carne a evolução quantitativa e qualitativa é de assinalar.

Os investimentos realizados na rede nacional de abate, o melhoramento animal, a melhoria das condições higio-sanitárias dos efetivos, uma política de apoio e incentivos adequada provocaram uma alteração de paradigma no que à comercialização da carne diz respeito.

Na última década a expedição de animais vivos diminuiu 63%. Em contrapartida, a expedição de carcaças aumentou das mil para as 7 mil toneladas. O abate de bovinos, por número de cabeças, aumentou mais de 80%.

Neste setor foram instaladas novas indústrias de processamento e transformação de carne tendo como destino a expedição.

O preço médio pago ao produtor aumentou desde 2008 até 2015 mais de 7%.

Hoje, a carne dos Açores é conhecida, apelativa, de qualidade nutritiva e gustativa superior, constituindo-se como um complemento e em alguns casos uma alternativa à produção de leite.

As atividades das fileiras da diversificação como a horticultura, fruticultura, apicultura e a vinha têm ganho nos últimos anos uma importância crescente que muitos duvidavam que pudesse atingir, fruto de uma maior consciência para antecipar o impacto do fim do regime de quotas, quer do reconhecimento da existência de condições competitivas para o desenvolvimento de outras produções. Destaca-se áreas como o

milho para forragem, hortícolas, frutícolas, algumas com capacidade diferenciadora em algumas ilhas, como a meloa, amora, banana, alhos e outras, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O resultado de tudo isso é a falência de 60% do setor!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a meloa?

O Orador: ... que obviamente se deparam com limitações de escala para além, obviamente, da vinha e do vinho que tem constituído um sucesso de produção em algumas das nossas ilhas.

No que concerne à envolvente institucional existem hoje um conjunto de organizações profissionais que oferecem serviços e apoio técnico e outros aos agricultores, como as associações, câmaras de comércio, cooperativas e organizações de produtores que têm vindo a se organizar e a profissionalizar dando garantias e capacidade de intervenção junto à produção, mas também junto do mercado.

É, pois, com orgulho que trilhamos este caminho, mas esse orgulho não nos tolda a visão, nem nos deixa de fazer perceber que há ainda muito a percorrer, que há ainda muito a investir, que há ainda muito que apoiar e modernizar.

A atual conjuntura internacional no que aos lacticínios diz respeito e que está a ter impactos significativos na nossa Região não pode servir para um discurso derrotista de muita da nossa oposição.

Conscientes desses desafios, dessas dificuldades, o Governo dos Açores encetou já nesta legislatura um conjunto de iniciativas e de apoios que visam ajudar a minorar os impactos da liberalização dos mercados e a ultrapassar alguns constrangimentos.

Poderíamos aqui enumerar algumas dessas medidas: ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem que o Sr. Presidente não o está a ouvir!

O Orador: O AGROCRÉDITO que já permitiu apoiar o financiamento bancária a mais de quatro dezenas de agricultores no montante de crédito de cerca de 1,5 milhões de euros;

O SAFIAGRI III, que foi prorrogado recentemente a sua fase de candidatura;

O Programa de Reestruturação do Setor Leiteiro que prevê um investimento de 2,6 milhões de euros;

O reforço ao prémio à vaca leiteira que passou para 190 € em todas as ilhas;

O reforço do prémio aos produtores de leite na sequência de alterações do POSEI com reforço de dois milhões de euros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Nesta legislatura foi já possível investir mais de 126 milhões de euros de investimento público desde o ano 2013, nomeadamente, abrangendo todas as ilhas. Até ao final de 2016 serão realizadas obras em toda a Região para abastecimento de água, para melhoria de caminhos agrícolas que irão beneficiar mais de 1.170 explorações, abrangendo mais de 10 mil hectares.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso está espetacular!

O Orador: Mais de 2.180 explorações agrícolas já beneficiaram de investimentos em abastecimento de água.

Mais de três mil agricultores beneficiaram do investimento de mais de meio milhão de euros em ações de formação.

Mais de 1.600 hectares com caminhos agrícolas intervencionados em benefício dos produtores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que maravilha!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui num debate que deve ser encarado com a maior seriedade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: Nós hoje não estaríamos aqui a ter este debate e do meu ponto de vista e do ponto de vista desta bancada lamento só é a oportunidade, uma vez que no próximo mês teremos provavelmente aqui a discutir novamente assunto muito semelhante com a apresentação do relatório sobre o impacto do fim do regime de quotas leiteiras de que a Sra. Deputada Zuraída Soares faz parte, mas de qualquer maneira para esta bancada é sempre oportuno discutir os assuntos da agricultura.

Nós não podemos é aceitar esta demagogia fácil de à luz daquilo que é hoje o mercado internacional no setor dos laticínios dizer que tudo está mal na Região, que tudo foi mal feito, fazer disto uma política de terra queimada.

Não! Os agricultores hoje são pessoas e homens que se orgulham da sua atividade, pessoas que podem andar de cabeça erguida, em igualdade de circunstância com qualquer outra atividade económica dos nossos Açores.

Eles contribuem de forma muito significativa para a criação de riqueza nos Açores e é isso que esta bancada e o Governo do Partido Socialista têm feito ao longo desses anos e nós honramo-nos do trajeto que foi percorrido até este momento, não obstante de termos conhecimento das dificuldades, dos problemas e estamos cá para continuar a trabalhar e vamos ajudar os agricultores dos Açores a ultrapassar esta fase.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Queria apenas dar conta às Sras. e aos Srs. Deputados, conforme pude informar ontem os líderes parlamentares e a Sra. Secretária Regional, que por compromissos de agenda terei que ser substituída a seguir ao intervalo pelo Sr. Vice-Presidente Ricardo Cabral.

Vamos então fazer de momento o nosso intervalo de meia hora. Regressamos ao meio dia. Regressará então o Sr. Vice-Presidente Ricardo Cabral.

Eram 11 horas e 31 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Presidente da ALRAA foi substituída na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Ricardo Cabral, e a Sra. Deputada Graça Silva foi substituída pela Sra. Secretária da Mesa, Deputada Bárbara Chaves)

Eram 12 horas e 09 minutos.

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Tenho aqui inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares do Bloco de Esquerda. Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voltar novamente ao debate para tecer algumas considerações e também colocar algumas perguntas diretas, já que isto é uma interpelação, ao Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Duas questões prévias. Desde logo nós somos todos e todas peritos em criar diálogos de surdos dentro desta Casa. Todos! Mas na realidade, dada a gravidade da situação que o setor agropecuário atravessa neste momento na nossa Região, talvez valesse a pena perdermos, digamos, essa tendência do diálogo de surdos, falarmos abertamente uns com os outros e sobretudo utilizando uma linguagem que os açorianos e açorianas mais afastados destas problemáticas da agropecuária possam compreender. É um apelo que faço nesse sentido e dito isto dizer também que apetece dizer nesta altura do debate “Alô, alô, Terra chama Marte”, porque, Sras. e Srs. Deputados, nós não estamos a falar da mesma coisa. Seguramente! Não é possível que estejamos a falar do mesmo setor agropecuário, da mesma situação atual e do mesmo momento. Há um equívoco aqui!

Depois dizer (o Sr. Presidente do Governo Regional não está cá, mas de qualquer maneira endereço-lhe este comentário) que o Bloco de Esquerda nunca referiu que o Governo Regional fez tudo mal nesta matéria. Se há alguma acusação de política de terra queimada ela não vem seguramente para esta bancada, nem neste assunto, nem em qualquer outro.

O Governo Regional não fez tudo mal. Desde logo basta pensarmos no atraso estrutural deste setor há 20 anos atrás comparativamente com os seus pares europeus com que iam competir e olhemos para aquilo que temos agora. Claro que não fez tudo mal.

Agora, no caso concreto fez uma coisa mal: esqueceu-se que as quotas leiteiras iam acabar. É isso que o Bloco de Esquerda disse daquela bancada e continua aqui a defender.

Senão vejamos e agora são algumas perguntas diretamente para o Sr. Secretário Regional da Agricultura:

Qual é, Sr. Secretário Regional, a percentagem de explorações na nossa Região que não têm água?

Qual é, Sr. Secretário Regional, a percentagem de explorações na nossa Região que não têm eletricidade?

Quanto é que custa a produção de um litro de leite na Região Autónoma dos Açores, Sr. Secretário Regional da Agricultura?

É ou não é verdade que 60 ou 70 %, ou provavelmente mais, das nossas explorações agrícolas estão falidas, tecnicamente falidas e muitas outras encontram-se a caminho dessa situação trágica?

É uma pergunta direta também para o Sr. Secretário Regional.

Disse também o Sr. Presidente do Governo que nós estamos confrontados não com um problema de produção, mas com um problema de comercialização e de exportação.

Ora bem, eu queria dizer o seguinte: só há um problema de comercialização, porque há também um problema de sobreprodução ...

Deputado Duarte Moreira (PS): Mas não é nos Açores, Sra. Deputada!

A Oradora: ... e só há um problema de sobreprodução na nossa Região, porque não cuidámos da diferenciação, não cuidámos da valorização, não cuidámos da qualidade e direccionámos tudo – a começar pelo dinheiro de Bruxelas – para a quantidade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade, Sra. Deputada!

A Oradora: Pergunta: o Sr. Presidente do Governo falou também numa limitação, num apelo de Bruxelas, à limitação voluntária da produção.

Tem razão! Quer dizer, isto é um contrassenso: ou há quotas ou não há quotas, ou há quotas voluntárias ou não há quotas voluntárias.

Portanto, isto é absolutamente incompreensível, é o desnorte também da União Europeia face ao problema que tem em mãos e face à sua incapacidade de prever (de prever!) com clareza, sobretudo para os países mais pequenos e sobretudo para regiões como a Região Autónoma dos Açores que tem a sua economia baseada, assente numa larga, larguíssima medida no setor agropecuário, as consequências do fim das quotas para regiões como a nossa.

Portanto, a questão é: as quotas afinal acabaram ou não acabaram?

Se são voluntárias não acabaram, mas se são involuntárias afinal acabaram. Isto é incompreensível.

Mas agora, deixem-me também dizer-vos uma coisa, Sras. e Srs. Deputados, dizer aos nossos lavradores para que voluntariamente produzam menos eles riem-se na nossa cara, porque se produzem menos, ganham menos e eles já ganham tão pouco que menos do menos é coisa nenhuma. Portanto, não é possível dizer-lhes produzam menos. É possível é dizer-lhes que produzam com mais qualidade e apostar e direccionar os apoios e as políticas para o setor nessa direção.

Depois ainda, o Bloco de Esquerda nesta Casa desafiou mais do que uma vez o Governo Regional e o Partido Socialista a instar na altura do anterior Governo da República, à Sra. Ministra Assunção Cristas, no sentido de ela não aceitar, não subscrever, não assinar a última reforma da PAC se não houvesse, no caso concreto da Região Autónoma dos Açores,

um instrumento específico, um instrumento direcionado para as características desta Região.

Alguns países fizeram a mesma coisa, Sras. e Srs. Deputados.

Nós não o fizemos, porque não quisemos fazer, a ver se falamos verdade.

Nós não quisemos fazer. Nós não quisemos pôr a política da União Europeia em causa e agora estamos a pagar o resultado dessa recusa.

Aliás, o Partido Socialista também se recusou a aceitar este desafio do Bloco de Esquerda, convém também lembrá-lo.

Depois, a produção do leite nos Açores, disse também o Sr. Presidente do Governo, não se caracteriza pela estabulação permanente, mas presume por uma semi-estabulação.

Oh, Sras. e Srs. Deputados, neste momento há aqui um “gato escondido com o rabo de fora”, porque reparem bem. Há uma empresa que nem sequer tem sede nesta Região, que vem anunciar na Região Autónoma dos Açores ao mundo que vai produzir nesta Região, pela primeira vez, leite puro de pastagem, Sras. e Srs. Deputados. Vai produzir pela primeira vez leite puro de pastagem! As tais vaquinhas felizes!

Deputado Francisco César (PS): Isso não é assim, Sra. Deputada! Mais ou menos!

A Oradora: Qual é a pergunta que se impõe imediatamente?

Então o que é que os nossos produtores têm andado a produzir nesta Região?

O que é que têm andado a produzir nesta Região?

Têm andado a produzir leite puro de pastagem ou têm andado a produzir um leite assim e assim?

E já agora, Sras. e Srs. Deputados, como é que o melhor leite da Europa é simultaneamente o leite mais barato da Europa?

Como é que o melhor leite da Europa é o leite que vai para leite em pó e para queijo flamengo?

Como é que isto é possível?

Das duas, uma: ou estamos a falar verdade e estamos metidos numa contradição imensa quando dizemos que temos o melhor leite da Europa, ou estamos a mentir, Sras. e Srs. Deputados. As duas coisas ao mesmo tempo não é possível.

Depois, relativamente às políticas, à acusação, à avaliação que o Bloco de Esquerda faz de que o erro fundamental do Governo Regional, dos sucessivos governos, foi não terem precavido o fim das quotas leiteiras e eu pergunto: desde 1999 que nós temos as quotas leiteiras condenadas ao seu fim. 1999, Sras. e Srs. Deputados! Depois de uma avaliação, reavaliação intercalar em 2003 onde voltou a ser reafirmado que elas iam acabar. Depois em 2008, finalmente no dia 1 de abril de 2015.

Agora pergunto como é que é possível que o Governo Regional tenha fomentado a compra de quota ao continente entre 2004 e 2013, quando já se sabia perfeitamente que as quotas iam acabar e como é que fomentou com o apoio de 50 % (um apoio de 50 %!) a um leite comprado no continente a 0,50 € o litro, pré-soro, relativamente aos preços que agora existem no mercado?

Então isto não é direcionado para a quantidade?

Isto não é dizer aos produtores endividem-se, vão à banca, produzam mais, quantidade, quantidade, quantidade ...

Onde é que está aqui o termo qualidade?

Onde é que está aqui a variável qualidade equacionada?

Não está, Sras. e Srs. Deputados!

Depois, e para terminar esta parte, dizer o seguinte: quantidade (e esta também é para o Sr. Secretário Regional da Agricultura) Sr. Secretário Regional continua a ser sinónimo de rendimento, ou quantidade continua a ser sinónimo de esforço dos nossos produtores e de prejuízos acumulados?

Todos os dias de cada vez que vão à fábrica deixar o seu leite, todos os dias, onde é que a quantidade é uma variável que possa de alguma maneira justificar os milhões de euros que o Sr. Secretário Regional referiu daquela tribuna direcionados para o setor (desde logo 100 milhões por ano, contas assim por alto, quer do POSEIMA, quer da Região)?

É muito dinheiro, Sr. Secretário Regional! 100 milhões de euros por ano é muito dinheiro para termos 60 a 70 % dos nossos produtores falidos.

O que é que está mal?

Alguma coisa tem que estar mal e os senhores têm de reconhecer que houve erros, que há qualquer coisa que não funcionou e que é preciso corrigir, que é preciso alterar e enquanto nós não formos capazes todos de aceitar essa evidência vamos continuar no diálogo de surdos: uns falam de uma coisa, outros falam de outra coisa e cada um evidentemente puxa por aquilo que quer. Uns puxam pelos milhões, outros puxam pela União Europeia que tem a culpa de tudo, tem culpas fortíssimas, é a cereja em cima do bolo, mas o bolo também foi feito por nós, aqui nesta Região, e nomeadamente pelos governos regionais.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa neste momento não tem mais nenhuma inscrição. Solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados ...

Sr. Secretário Regional da Agricultura tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Viveiros*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de intervir nesta fase do debate para deixar aqui alguns esclarecimentos e fazer também algumas notas áquilo que foi referido ao longo desta manhã e começaria por pôr alguma ênfase mais no enquadramento da situação atual.

Tem sido acusado o Governo ao longo da manhã de nada ter feito para reverter este efeito que resulta, segundo alguns dos Srs. Deputados, do final do regime de quotas.

Já foi e muito bem dito aqui pelo Sr. Presidente que este é apenas um pequeno fator. Existem muitos outros que não estavam previstos, não só pelos Açores, pelo nosso país, como também por todos os países da União Europeia que se defrontam atualmente com situações idênticas àquela que se vive na nossa Região.

Estamos, por isso, num período de uma adversidade muito grande do mercado, não temos um problema de produção e, por isso, eu insisto que os Açores fizeram o seu percurso nos últimos anos, um percurso que todos os países europeus também percorreram e temos a consciência perfeita, a consciência plena de que foram disponibilizados aos agricultores, à indústria transformadora, os meios necessários, os meios suficientes (e os indicadores isso dizem) para se prepararem para este desafio que estamos neste momento a viver e avaliando aquilo que é a agricultura dos Açores e aquilo que são as competências dos agricultores dos Açores neste momento comparativamente áquilo que se passa no restante espaço europeu, temos perfeita consciência de que os agricultores dos Açores são tão bons quanto os agricultores de outros países, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tão bons ou melhores! É a vossa sorte!

O Orador: ... embora naturalmente disponham de ferramentas diferentes que têm a ver obviamente com a nossa condição e ultraperifricidade, com a nossa distância aos mercados e todos esses aspetos que todas as Sras. e Srs. Deputados bem conhecem.

Mas gostaria de centrar também esta minha intervenção numa questão que tem sido muito debatida aqui ao longo da manhã e que tem a ver com a questão dos Açores não terem produtos de valor acrescentado.

Não é tão verdade assim, porque o percurso mais recente de algumas indústrias da nossa Região que têm percorrido também este caminho e se avaliarmos aquilo que têm sido os projetos de investimentos direcionados com esse objetivo, designadamente nas ilhas do Faial, do Pico, da Terceira, alguns casos em São Miguel já consumados e outros que aí vêm que já estão em carteira, podemos perfeitamente avaliar que há investimentos exatamente com esse objeto.

Obviamente que há um percurso que está neste momento a ser percorrido, muito mais há a fazer, mas já existem produtos, já existem investimentos exatamente com este objeto aos quais associados à Marca Açores teremos certamente um bom percurso para ultrapassarmos estes desafios com que atualmente nos deparamos na expectativa de que, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, estamos a viver um ciclo de baixa do preço leite.

Isto já aconteceu no passado n vezes, esses períodos alternam com períodos de valores mais elevados e, portanto, estamos neste momento a atravessar um pico de um preço mais baixo, mais prolongado no tempo, mas que certamente pelas condições de mercado e pelo ajustamento que

todos os agentes económicos têm que fazer nessa matéria será ultrapassado.

A vantagem competitiva dos Açores naturalmente é a pastagem, é a diferenciação dos produtos, é a valorização dos seus produtos finais exatamente para produzirmos de forma diferente e podermos competir com os nossos mais diretos intervenientes com a valorização desse produto.

Gostaria também de referenciar que tem sido uma preocupação muito significativa, muito relevante do Governo, ao contrário do que disse aqui e do que trouxe aqui à discussão a Sra. Deputada Graça Silveira do ponto de vista do apoio aos produtores.

Esse apoio é concedido, tanto através dos serviços de desenvolvimento agrário das várias ilhas, mas também em parcerias que são estabelecidas (e a senhora bem sabe disso) através das associações dos produtores das várias ilhas com financiamentos direcionados para o apoio técnico aos seus produtores, designadamente no âmbito do PAGOP e que tão bons resultados tem trazido tanto ao nível da eficiência das explorações, como nos seus resultados e daria um exemplo que a senhora bem referiu que tem a ver com o PCOL, por exemplo.

Aquilo que se passa em termos de evolução da qualidade de leite acrescentando ao crescimento que ocorreu nas últimas décadas é bem significativo desse efeito.

Permitam-me só relevar dois ou três números que dão bem nota dessa indicação. Entre 2012 e 2015, portanto, no decorrer desta legislatura, nós já realizámos 200 ações de formação em toda a Região, envolvendo 3.000 agricultores e um volume de formação em termos de horas de 131 mil horas. Se isto não é apoiar os agricultores digam-me o que é?

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto é só entre 2012 e 2015.

Este ano, para 2016, estão previstas mais 106, com uma duração envolvendo quase mais 2.000 produtores.

Os investimentos que no âmbito do PRORURAL + já foram rececionados, designadamente no âmbito da transformação, da modernização das explorações agrícolas, da instalação de jovens agricultores, conforme também já tivemos oportunidade de apurar os números, dão bem nota daquilo que são as intenções da modernização de ganho de competitividade tanto dos produtores, como da nossa agroindústria.

Uma palavra também muito rápida para contrariar aquilo que se tem dito durante a manhã da intensificação extrema da produção pecuária, ou no caso concreto da produção leiteira nos Açores.

O encabeçamento médio em toda a Região é de 1,7 cabeças normais por hectare. Se isto é intensificar, caras e caros Deputados, digam-me o que é que é verdadeiramente intensificar, certamente não é isto.

Projetos de estabulação permanente neste quadro, zero. Não houve rigorosamente nenhum investimento nessas áreas, nem certamente haverá.

Deputado Berto Messias (PS): Cai por terra a teoria do CDS!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Podemos discutir isso!

Deputado Berto Messias (PS): Quando se discute com números é diferente!

O Orador: Finalmente, alguns dados para responder à Sra. Deputada Zuraida Soares que tem a ver com algumas questões que colocou relativamente ao abastecimento de água.

Sra. Deputada, são 4.900 explorações que neste momento dispõem de abastecimento direto de água em toda a Região.

Temos uma capacidade instalada de cerca de 500 mil m³ de reservatórios em toda a Região.

Do ponto de vista, e permita-me colocar aqui alguma ênfase, das empresas com eletrificação existem neste momento 317 já com abastecimento de água ... abastecimento de eletricidade (perdão!) consumado e estão em curso até ao final deste ano, de acordo com aquilo que foi o compromisso deste Governo, mais 117 investimentos, mais 117 projetos que são aqueles que estavam a aguardar neste período de transição entre quadros por financiamento europeu disponível, estão neste momento a ser consumados.

O preço por litro de leite que a Sra. Deputada também referiu, eu gostaria também de colocar aqui alguma ênfase que é muito inferior àquilo que se passa Europa. Permita-me também contestar essa sua afirmação.

O preço médio do litro de leite nos Açores neste momento é de vinte e cinco ponto oito cêntimos. O preço médio na Europa é de vinte e seis ponto cinquenta e sete cêntimos. Portanto, estamos equiparados.

Aquilo que se passava há cerca de 10 anos em que o preço médio nos Açores era cerca de 25 % menos do que era o preço no continente e nos países europeus está perfeitamente ultrapassado e dá bem nota da evolução que também por aqui nos Açores ocorreu.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

A Mesa continua sem inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Registo que o Sr. Secretário não respondeu porque é que o PCOL só começou a ser implementado em 2014 e não em 2008 quando se deveria ter começado a implementar um plano de controle da qualidade de leite cru na Região.

Não respondeu onde é que estão as explorações de modelo que sirvam de exemplo tanto a técnicos, como a produtores.

Não respondeu quais são os apoios que este Governo dá aos produtores que entregam leite de animais que venham de alimentação essencialmente de pastagem e quanto à única explicação que deu de que afinal não há tanta intensificação porque o nível de encabeçamento é de 1,7 o Sr. Secretário sabe tão bem quanto eu que este nível de encabeçamento vem do tempo em que o senhor dava os apoios agroambientais que deixou de dar.

Termos 1,7 animais por hectare não quer dizer que esse hectare seja de pastagem de boa qualidade e que os animais estejam a ser alimentados em pastagem, porque todos nós sabemos que é preciso fazer um trabalho à séria sobre a qualidade das pastagens, do manuseamento das pastagens, de se aprender a fazer silagem de pastagem e não só de milho como deve ser, portanto, nada disso se garante. 1.7 de encabeçamento podemos ter 1,7 de animais num hectare e esse hectare é deserto e que os animais são alimentados com ração. Sabe isso tão bem quanto eu.

Portanto, esse indicador não é um indicador de que os nossos animais estão efetivamente a ser alimentados em pastagem.

Mas já agora que o Governo diz que apoia as indústrias que produzem produtos lácteos com valor acrescentado, devo lembrar que agora há muito pouco tempo atrás o Governo vai fazer um investimento de 1,5 milhões no Pico.

Eu pergunto: porque é que até hoje o Pico ainda nunca produziu um único quilo de queijo DOP?

Está certificado, tem certificação de origem e nunca produziu um quilo. Já lhe perguntei isto nesta Casa várias vezes, ao qual o senhor nunca respondeu.

O Governo diz que a denominação de origem é um fator importantíssimo na valorização dos nossos produtos e nessa lógica criou a Marca Açores e eu pergunto-lhe: um queijo DOP que tem uma denominação de origem concedida pela Europa porque é que ainda nunca produziu um único quilo e se este 1,5 milhões que foi investido lá é para fomentar esta qualidade?

Já agora também lembro que o Sr. Secretário não nos disse quantas explorações existem na Região de estabulação permanente e não é só quantas, é quantos animais que estão na estabulação, ...

Deputado André Bradford (PS): Os nomes dos proprietários!

A Oradora: ... porque pode-me dizer que são seis, que é o que diz sistematicamente, mas uma coisa são seis explorações com dez vacas, outra coisa são seis explorações com 500 vacas, o que representa um impacto no setor completamente diferente.

Para terminar e em relação às declarações que foram feitas pelo administrador da Lactogal em sede de comissão parlamentar na

Assembleia da República, devo lamentar que estando sentados àquela mesa deputados eleitos pela Região tenham ouvido estas declarações impávidos e serenos, porque deviam ter sido os primeiros a se levantar para defender o leite dos Açores e depois os assuntos resolviam-se dentro de casa, porque como o Sr. Presidente do Governo disse e muito bem a Lactogal é uma empresa privada e provavelmente está a fazer o trabalho que mais lhe interessa, mas deveria ter sido lembrado a este senhor que foi ele que durante anos andou a vender leite da Região sobre uma marca que nunca disse sequer na embalagem qual era a denominação de origem e que só muito recentemente é que o fez porque foi obrigado, porque a denominação de origem passou a ser obrigada, mas a esse respeito também devo lembrar que esse é um problema gravíssimo com que a Terceira se tem debatido nos últimos anos, porque sabemos que o monopólio que se vive na Terceira é o principal problema com que os produtores da Terceira se têm debatido, porque não têm mecanismos para negociar o preço do leite devido ao monopólio e em relação a isto eu não sei e desconheço o que é que o Governo Regional fez.

Muito obrigada.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Socialista, António Toste. Tem a palavra, Sr. Deputado

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que foi a Sra. Deputada Zuraida Soares que referiu que o Governo tinha apostado no aumento da produção do leite e fez e fez muito bem.

Possivelmente se não o tem feito o que seria de nós hoje. Ganhámos o mercado, se não o temos feito não tínhamos esse mercado.

É vermos o que se produzia em 1996: cerca de 370 milhões com aquilo que se produz hoje.

Portanto, com o que se produzia naquela altura certamente a nossa lavoura estaria bem pior.

O Sr. Deputado Renato Cordeiro referiu muita obra e muito betão, pois é verdade e teve que ser feito. É reparar em 1996, onde o setor estava à beira da falência e a indústria praticamente não existia, era obsoleta. Essa era a realidade dos factos ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E agora a Federação diz que cerca de 60% estão em falência técnica!

Deputado Duarte Moreira (PS): E na altura era quase 100%!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não havia vacas!

O Orador: ... e aqui sim, aqui havia uma crise regional, não havia uma crise europeia e até mundial como hoje temos.

Posto isso, o Governo Regional na última década, numa parceria conjunta com os produtores, com as organizações de produtores e com a indústria, levou a cabo um projeto nunca antes conseguido. Se não temos feito isso, se os governos do Partido Socialista ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E agora graças ao PS as vacas vão ter asas e vão levantar voo!

O Orador: ... não têm tomado essa medida (e pergunto ao Sr. Deputado) o que seria hoje da nossa lavoura?

Os resultados estão à vista de todos.

Referiu também os transportes. Os transportes foi uma outra grande medida tomada por este Governo. Ainda recentemente o apoio em 90%

ao transporte. Não é nove, é 90%. Aqui está uma grande medida de apoio a todos os nossos produtores.

Já há 10 anos atrás os Srs. Deputados aqui presentes nesta Assembleia criticavam todas as medidas que o Governo Regional levava a cabo e hoje fazem o mesmo. Pergunto aos Srs. Deputados o que é que propõem para daqui a 10 anos?

Dizer hoje o que se prevê há 10 anos que estava mal é fácil. Hoje prever para daqui a 10 anos é muito mais difícil.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD em 2011 (não foi há muito tempo, há pouco mais de quatro anos, há cerca de cinco anos) também criticou o Governo Regional pela reestruturação levada a cabo no setor agrícola, nomeadamente os resgastes leiteiros, permitindo assim a reforma antecipada de muitos lavradores, uma reforma digna para os nossos agricultores, mas hoje nada diz a esse respeito, ou seja, há cinco anos atrás estava tudo mal, hoje está caladinho, supostamente é porque está tudo bem, mas eu vou ler, porque eu guardei esse jornal na altura, o recorte, que é de 23 de novembro de 2011, e está aqui escrito pelo Sr. Deputado António Ventura que não está aqui, mas está na Assembleia da República, e vou ler aquilo que ele disse naquela altura para se ver o contrassenso das coisas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor traga aqui declarações suas de 95!

O Orador: “O Governo continua a seleccionar todos os problemas na agricultura utilizando a mesma receita há 14 anos, ou seja, reduz o número de agricultores” e naquela altura, portanto, há cerca de cinco anos atrás dizia o Sr. Deputado António Ventura: “O grande desafio na

agricultura não é fazer o mais fácil. Pelo contrário! Manter o número de agricultores.”

Se isso tem sido feito hoje seriam os senhores aqui a dizer que o Governo Regional devia ter feito aquilo que fez que os senhores na altura não achavam que devia ser assim.

Passando aos números, porque falar disto tudo é sempre importante falar dos números e da valorização dos produtos e vou falar da carne para se perceber que em 1996 era expedido em vivo cerca de 50 animais aqui desta Região e hoje apenas nove mil. Eram abatidos pouco mais de oito mil e hoje são abatidos 33 mil e o valor destes animais em carcaça está na classificação que naquela altura também não havia classificação, ou seja, qualquer animal era pago pelo mesmo valor e hoje todos sabemos muito bem que aqui é diferenciado o preço na qualidade da produção deste mesmo animal. Esta é que é a realidade dos factos e aqui está uma mais valia, estamos a falar de muitos milhões de euros de uma mais valia de rentabilidade para os nossos agricultores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só falta mesmo as asinhas nas vacas!

O Orador: Relativamente ao leite e aos seus valores, em 2014, janeiro de 2014, o leite atingiu um bastante alto, ou seja, quase cerca de 0,33 € por litro e hoje descendo consideravelmente o que não é bom e que não concordamos, mas se compararmos aquilo que foi a média de 2015 o leite na Europa estava nos 29.7, nos Açores 29.4 e em Portugal 28.7 com todo este processo, com tudo isto que nós não gostamos, como é certo, estes é que são os números e vendo os números agora mais atualizados, em maio de 2016, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Seja sério, Sr. Deputado!

O Orador: ... o leite na Europa está a 26.57, em Portugal a 28.1 e em Espanha a 28.18. Isto não é aquilo que nós queremos, nós queremos mais e melhor com certeza, mas temos que lutar e temos que fazer o melhor para a nossa agricultura.

Queria só referir aqui uma coisa que é muito importante: por tudo mais o que podemos fazer enquanto houver excesso de leite no mercado o problema não se resolve. Já foi dito aqui e muito bem o problema não está na produção está sim no escoamento do produto e isto certamente que os Açores não resolvem sozinhos. Muito o Governo Regional tem feito, mas enquanto Bruxelas não der o passo que tem de dar o problema certamente vai-se manter, mas enquanto Grupo Parlamentar do Partido Socialista e este Governo tudo faremos para combater o que está acontecer aqui nos Açores e na Europa, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... sempre na defesa com certeza dos nossos agricultores.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agora depois de ouvir o Sr. Deputado António Parreira fico aqui num grande dilema, afinal porque é que estamos aqui. Se os lavradores se queixam, mas o Sr. Deputado António Parreira mostra um cenário de que está tudo bem, ...

Deputado António Parreira (PS): Não foi isso que eu disse!

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*):

Ninguém disse isso!

O Orador: ... das duas, uma: alguém mente.

Quem será que mente?

Prefiro acreditar que deste lado mente.

Comparações entre o que era 1996 e hoje em dia, Srs. Deputados, se nós fizermos isso em qualquer ponto da Europa e do mundo ...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Os telemóveis em 96 eram desse tamanho!

O Orador: ... acho que a gente viu que houve melhorias. Tinha que haver.

Deputado André Bradford (*PS*): Diga isso ao seu líder que passa a vida a dizer como era há 20 anos!

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): O senhor também há 20 anos era de outro partido!

O Orador: Ah, pois era e o Sr. António Parreira também era.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Ele e não só! O melhor é não começar a dizer, porque são muitos.

O Orador: Srs. Deputados, até obrigam-me a dizer que em certos pontos

...

Srs. Deputados, se me permitirem ... Sr. Presidente!

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Renato Cordeiro está no uso da palavra. Agradecia algum silêncio.

O Orador: Até levam-me a concordar com algumas coisas que ouvi aqui. De facto concordo com o Sr. Presidente do Governo e aqui com o Sr. Deputado António Parreira que o problema não está na produção. Temos dos melhores produtores a nível europeu, com as melhores explorações. Houve trabalho bem feito, obviamente que houve, mas, senhores, não foi com a extensão rural que os senhores serviram. Não foi com isto.

Evidente que foi com a grande vontade que os nossos produtores tiveram e que exigiram deste Governo, fosse que governo fosse, que esta formação fosse dada, formação que grande maioria dela foi dada por particulares a pedido das associações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Lembro aqui uma, por exemplo, a aplicação de fitofármacos. Pelo Governo da República que está agora em vigor e por esta via ficou acordado que quem estava em inscrito até 31 de maio podia comprar produtos fitofármacos, mas aí seria dado um módulo antes de 31 de maio que permitisse depois um segundo módulo a partir de 31 de maio.

Eu estou inscrito desde de dezembro e não tive ainda módulo nenhum. Só para verem o nível de formação que há.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor não vai aplicar fitofármacos aqui dentro, embora haja umas ervas daninhas aqui dentro!

O Orador: Ainda bem que temos produtores que são exigentes. É apenas um exemplo, como o Sr. Presidente também acha que nós só demos uma solução, quando na verdade demos 43 e destas só 10 é que foram aprovadas. É igual!

Mas, Sr. Presidente, concordo consigo também. Se o problema existe nos mercados porque é que a nossa Região, o Governo da nossa Região, à semelhança daquilo que fez as Canárias ou os DOM franceses foram proactivos e defenderam-se nos mercados.

Que procura foi feita?

Não houve nada feito. Se houve, gostava de ouvir aqui.

Mais! O Sr. Secretário anunciou uma série de medidas que este Governo implementou recentemente e aqui realçava uma que foi a da reestruturação do setor onde a anunciaram com popa e circunstância a saída de 200 agricultores. Nem sequer se aproximou de metade.

Gostava de saber que conclusões é que tiraram destes números. Nós temos as nossas, agora gostaria de ouvir as vossas.

Outra! Tem-se falado aqui de inovação e eu perguntava também: que incentivos é que têm sido feitos entre a Universidade dos Açores e as nossas indústrias para se que encontre esses tais produtos tão inovadores que deveriam existir?

Fico-me por aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais nenhuma inscrição.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveitar ainda a oportunidade para fazer mais uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Penso que não é preciso ser uma *expert* nesta matéria para perceber que com os elevados custos de produção que os nossos agricultores têm não é

possível ser competitivo no preço do leite. É uma conclusão penso que básica.

Ora, Sr. Secretário Regional, sabendo que 80 % do custo de produção do litro de leite é importação, ou seja, é dinheiro que não fica na Região, é importação de adubos, é importação de rações, é importação de equipamentos, é importação 80 % do custo do litro de leite, o que eu lhe pergunto é: qual é o futuro desta atividade na nossa Região que não passe pela intensificação?

O Sr. Secretário Regional diz que não há intensificação.

Então se não há intensificação como é que é possível que 80 % do custo do litro de leite vá para fora da Região para importar tudo aquilo que nós aqui não temos e deitar fora o que nós cá temos que são pastagens, erva da melhor, segundo dizem os especialistas.

Depois, seguindo o mesmo raciocínio do Sr. Deputado António Parreira perguntar o seguinte ao Sr. Secretário Regional da Agricultura como responsável da tutela deste setor: como é que o Sr. Secretário vê este setor daqui a 10 anos?

O Sr. Deputado António Parreira disse há pouco e bem que é preciso previsão, é preciso prever, é preciso antecipar ...

Deputado António Parreira (PS): Mas perguntei foi aos senhores!

A Oradora: ... e nós temos vindo desde o princípio desta interpelação a dizer que o erro que os sucessivos governos regionais cometeram nesta matéria foi a recusa ou a incapacidade em antecipar.

Ora, chegou o momento de então perguntar ao Sr. Secretário Regional como é que antecipa os próximos 10 anos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele não sabe daqui a 6 meses!

A Oradora: Como é que este setor na sua avaliação estará daqui a 10 anos?

Depois perguntar ainda o seguinte: disse também o Sr. Deputado António Parreira (e bem!) que temos de lutar, que temos de fazer mais e melhor, que o Governo Regional não está satisfeito completamente com os resultados, estamos todos de acordo, mas a pergunta é, Sr. Secretário Regional, o quê?

O que é que vai mudar?

O que é que o senhor como responsável deste setor vai mudar na política que o Governo tem vindo a seguir?

Quais são as alternativas que estão em cima da mesa?

O que é que os nossos produtores dizem a essas alternativas?

É isto que lhe pergunto para poder de uma forma mais precisa perceber qual é o conceito e qual é a alternativa política que o Sr. Secretário Regional e o Governo Regional estão a maturar para este setor.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Socialista, Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Começo esta minha intervenção precisamente pegando nas últimas palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares que questionou o Governo a dizer o que é que vai mudar, que políticas mudaria.

Vou inverter esta pergunta, fazendo aos partidos da oposição que estão aqui a fazer tábua rasa de tudo aquilo que foi feito nos Açores e estão a pôr um cenário negro na agricultura dos Açores que não é real.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não estamos a fazer tábua rasa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: A pergunta que tem de ser feita é outra: é conhecida a estratégia que foi levada a efeito ao longo dos vários anos pelos sucessivos governos do Partido Socialista no setor agrícola da Região de modernização, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não responde às perguntas que eu fiz!

O Orador: ... nas infraestruturas, na diferenciação, da qualificação dos nossos produtos, conhece os investimentos que foram realizados.

A questão que se põe aqui é: o que é que os senhores não teriam feito daquilo que foi feito?

Ou melhor, o que é que os senhores teriam feito em substituição das medidas que foram aplicadas?

Teriam tirado dinheiro dos caminhos agrícolas de tudo aquilo que foi investido nas acessibilidades?

Teriam investido noutras áreas que não no abastecimento de água à agricultura?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Teriam investido noutras áreas que não na qualidade do leite? Sim, porque a Sra. Deputada Graça Silveira vem aqui em vários plenários falar do PCOL.

O PCOL, um programa para a qualidade do leite, foi aplicado a partir de 2012, salvo erro, mas o que é preciso dizer aqui é que a qualidade do leite nesta Região, e não noutra, aumentou substancialmente sendo hoje de alta qualidade o leite produzido pelos nossos agricultores.

É claro que ainda há algumas explorações, poucas, que ultrapassam os limites máximos permitidos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mérito dos produtores!

O Orador: ... os limites máximos que estão na legislação, mas são residuais e nós (quando digo nós as pessoas que andaram neste último ano pelos Açores falando com as associações, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O mérito é dos produtores e não do Governo!

O Orador: ... com as indústrias) sabemos bem que hoje é residual o número de agricultores que ultrapassam os limites máximos permitidos ao nível da qualidade do leite. Nós temos um leite de excelente qualidade que tem vindo a ser sedimentado ao longo dos anos.

Ainda recentemente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteve em São Jorge e reuniu com as cooperativas. O leite de São Jorge é de altíssima qualidade neste momento, o que se reverte num produto único a nível mundial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o queijo? Quanto é que vale o queijo?

O Orador: Depois há aqui também duas questões que me incomodam.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E há muitas mais!

O Orador: Incomoda-me quando se fala que se investiu na produção, na quantidade, aumentou-se a quantidade. Isto será uma forma encapotada dos Srs. Deputados, dos partidos da oposição, dizerem que não queriam que se aumentasse a produção de leite nos Açores?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: Isto é uma forma encapotada dos senhores dizerem que querem que os Açores diminuam a sua produção?

É porque se é isso, se os senhores querem que os Açores diminuam a sua produção digam-no, afirmem-no aqui.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A indústria dos Açores é que está a por restrições e o senhor sabe!

O Orador: Existe neste momento um problema de excesso de leite no mercado europeu? Existe!

Mas esse excesso de leite no mercado europeu não se resolve com a diminuição da produção de leite nos Açores, porque a produção de leite nos Açores no todo da Europa é insignificante.

Outra questão que se está a transmitir para o exterior e que é errada. Está a transmitir-se aqui uma ideia de que a produção de leite nos Açores é feita à base ...

Sr. Presidente, os apartes são regimentais, mas a barulheira não!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira está no uso da palavra. A Assembleia está a fazer um pouco de ruído. Agradecia algum silêncio para dar continuidade à intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira. Tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Está a passar-se aqui a imagem de que nos Açores a produção de leite é feita à base de animais estabulados, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ninguém disse isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: ... à base de uma alimentação não natural, passando uma ideia errada daquilo que acontece.

Nós sabemos e é reconhecido (e isso é que tem de ser o nosso discurso até para o exterior) que não há nenhum outro país da Europa em que a produção de leite assente em animais em liberdade com base na pastagem como nos Açores.

Deputada Zuraida Soares (CDS-PP): Ora aí está!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor já foi à Nova Zelândia!

O Orador: É esta a realidade dos Açores, é isto que tem de ser transmitido para o exterior, é isto que tem de ser valorizado.

É claro que só comem pastagem?

Não! Não comem só pastagem.

Os animais que comessem só pastagem produziam menos. É óbvio que assim é.

Deputada Zuraida Soares (BE) e Deputado Artur Lima (CDS-PP):
Ora aí está!

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):
Isso é feito em todo o lado!

O Orador: A qualidade do nosso leite está garantida. Os nossos animais ...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: O nosso leite é um leite diferenciado.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, mais uma vez a Assembleia está com muito ruído. Peço encarecidamente para nós todos ouvirmos o Sr. Deputado Duarte Moreira. Faça favor. Tem a palavra.

O Orador: Algumas verdades incomodam, Sr. Presidente.

Para concluir, Sr. Presidente, esta imagem que os partidos da oposição, alguns partidos da oposição, querem transmitir fazendo crer erradamente

e numa mensagem perigosa que nos Açores o leite não é diferenciado em relação a outras paragens é uma imagem que é errada. Não é verdade.

Os nossos animais vivem à base da pastagem, vivem em liberdade, alimentam-se com suplementos. É verdade! Nós não escondemos isso. Temos um leite de alta qualidade, um leite diferenciado, é esse que tem de ser o nosso discurso.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O nosso discurso! Gostei! Agora foi assertivo!

O Orador: E só para terminar, Sr. Presidente.

Nós temos percorrido os Açores e quando se fala de produtos com mais valia, de valor acrescentado, que as indústrias não endereçaram por esse caminho, isso também não é correto.

Nós temos visto o portfolio de cada uma das indústrias por todas as ilhas e a gama de produtos que hoje é oferecida é elevadíssima, de diferenciação, de queijo fatiado, de queijo ralado, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Queijo fatiado! Essa foi a cereja em cima do bolo! Diferenciação de queijo fatiado!

(Risos da Deputada Graça Silveira e do Deputado Artur Lima)

O Orador: ... outro tipo de queijos está a nascer ...

Presidente: Srs. Deputados!

Pela terceira vez chamo a atenção dos Srs. Deputados para diminuírem o ruído. Pela terceira vez! Julgo que isto já devem ser baixas de açúcar. O almoço está próximo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

O Orador: O portfolio e a diversidade de produtos que hoje a nossa indústria oferece não tem nada a ver com o passado recente.

Para além disso, como já disse aqui também o Sr. Secretário, o número de projetos, o número de indústrias que apostam em queijos diferenciados, indústrias mais pequenas, muitas delas familiares de 500 mil litros, 200 mil litros, que nós temos visitado por todas as ilhas, são a prova que existe mercado, que os nossos agricultores e que os nossos industriais estão atentos à situação e de que o Governo apoia esses projetos de diferenciação e diversificação dos nossos produtos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires. Tem a palavra.

Deputado António Marinho (PSD): Oh, Sr. Presidente, era para uma interpelação ...

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Moreira acabou de dizer que todos os partidos da oposição estão a fazer tábua rasa daquilo que foi feito pelo Governo Regional.

Julgo que o Sr. Deputado Duarte Moreira está a incorrer num erro, porque certamente que (pelo menos por parte do PCP) é reconhecido que muito foi feito no setor, também muito falta fazer, mas eu julgo que esta

discussão está a deslocar-se do centro e da génese, da raiz, do problema. Se é certo que quer ao nível da Região, quer ao nível do país, se devem tomar algumas medidas, designadamente na Região se devem tomar algumas medidas que sobretudo levem à valorização e à diferenciação dos nossos produtos, sem dúvida nenhuma, mas a verdade é esta: tudo isso que possa ser feito é ultrapassado, ou melhor ...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, era só para avisar que o seu tempo já esgotou e já lhe dei uma tolerância.

Faça favor de concluir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

O Orador: Certamente.

Obrigado, Sr. Presidente. Eu irei já terminar.

Se é certo que temos essa obrigação ao nível da Região, temos essa obrigação ao nível do país, a questão é a seguinte: é necessário resolver isto num outro plano, sob pena do setor continuar em permanente crise.

Aliás, o Sr. Presidente do Governo Regional disse há pouco, logo no início da intervenção, uma coisa com a qual (vou já terminar, Sr. Presidente) eu concordo. Aquilo que estive na origem da liberalização do mercado do leite foi exatamente a ideia de que o consumo irá aumentar e que não havia problemas relativamente à produção, isto é, que o mercado iria funcionar e regular estas questões, mas a verdade é que aquilo que se verificou é que mais uma vez o mercado não funcionou e a questão é a seguinte, é ao nível da União Europeia que este problema tem de ser resolvido e a pergunta fica feita: estão Vs. Exas., o PS, o PSD, o CDS-PP, o Bloco julgo que sim, a colocar estas questões no seio da União Europeia, criando mecanismos de exceção para uma Região com as nossas características?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, agradecia que concluísse.

O Orador: Isso é que é importante e isso é que Vs. Exas. não estão disponíveis para fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais nenhuma inscrição.

O Sr. Deputado António Marinho queria fazer uma interpelação à Mesa.

Quer fazer agora?

Deputado António Marinho (PSD): Era para pedir um intervalo, mas já estamos em cima da hora!

Presidente: Muito obrigado.

Estamos em cima da hora do almoço. Um bom almoço para todos.

Recomeçamos os trabalhos às 15 horas.

O Sr. Secretário vai anunciar os tempos, se calhar, para ficarem todos com a noção do tempo que têm ainda para intervir neste debate.

Sr. Secretário, faz favor.

Secretário: Governo Regional, 4 minutos e 15 segundos; Partido Socialista, 8 minutos e 15 segundos; Bloco de Esquerda, 5 minutos e 40 segundos; PSD, 7 minutos e 10 segundos; CDS-PP, 4 minutos; PCP, já não tem tempo; PPM não está.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Um bom almoço para todos.

Eram 13 horas e 01 minutos.

(Neste momento, a Sra. Presidente da ALRAA voltou a reocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era apenas para lembrar ao Sr. Secretário que houve questões que foram postas e que não foram respondidas ainda. Para dar seguimento ao debate era preferível ser após as respostas que o Sr. Secretário disser.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Apenas para uma última intervenção e para esclarecer aqui algumas questões que vieram a debate que julgo ser importante serem esclarecidas.

Relativamente à reestruturação do setor leiteiro numa questão levantada, peço desculpa, já não me recordo bem por quem, não sei se foi pela Sra. Deputada Graça Silveira, se foi pelo Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Os números são números oficiais, estão divulgados, julgo que qualquer pessoa tem acesso a eles. Se o Sr. Deputado os quisesse saber teria tido acesso a eles, ...

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Não foi isso que perguntei. Conheço os números!

O Orador: ... até porque já foram divulgados na comunicação social, mas eu tenho todo o gosto em voltar a referir.

Num universo de 471 explorações que se poderiam candidatar a esta medida concretizaram-se 69 candidaturas, ...

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Isso é escusado! Não foi isso que perguntei!

O Orador: ... o que representa 14 % do total, num total de 6,9 milhões de litros de leite reestruturados.

O valor, como sabe, foi de 0,20 € por litro de leite, que é precisamente o mesmo valor do último resgate que tinha acontecido na Região, pelo que não se pode inferir que é pelo valor que há menos candidaturas.

A nossa interpretação, a interpretação da bancada do Partido Socialista, é que apesar de todas as dificuldades, apesar do momento complicado porque passa o setor leiteiro derivado da conjuntura externa, nomeadamente do fim do regime de quotas leiteiras e das anomalias de mercado que se verificam neste momento, é que os agricultores continuam a acreditar neste setor leiteiro, continuam a acreditar nas medidas, nas políticas que o Governo Regional tem para o setor e daí a adesão ter sido aquela que foi.

Queria também (e porque estive a fazer uma pesquisa e esses números também são divulgados) relativamente a uma questão que foi feita precisamente pelo Sr. Deputado sobre os cursos de formação profissional nos aplicadores de fitofármacos.

Eu também estou inscrito num desses cursos e ainda não fui chamado para realizar esse curso por um motivo simples. Houve uma prioridade da Região para aqueles que são considerados agricultores a título principal

...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os da ilha do Pico são a título principal e ainda não foram chamados!

O Orador: ... e como nem eu, nem o Sr. Deputado nos enquadrámos dentro dessa definição ficámos a aguardar mais alguns dias para que isso aconteça, mas posso dizer-lhe que até 2015 tinham sido dados 254 cursos, num total de 3.821 formandos, ou seja, 3.821 agricultores que ficaram com o seu curso de aplicadores de fitofármacos.

Já no ano de 2016 até há cerca de um mês tínhamos 95 ações de formação com um total de quatro mil quinhentos ...

Peço desculpa, ações de formação 95 com 5.692 inscritos e 4.521 agricultores que se formaram nesta área, pelo que neste momento temos cerca de oito mil agricultores já com o seu curso de aplicadores de fitofármacos, cursos esses que vão continuar a ser concretizados e como o senhor sabe também basta estar inscrito num curso para que haja uma derrogação para que se possa continuar a adquirir e a aplicar os produtos fitofármacos não havendo por aí um problema como o senhor quis fazer crer.

Depois tenho aqui só mais uma pequena dúvida relacionada com uma afirmação da Sra. Deputada Graça Silveira que eu gostava que pudesse

explicar à câmara e demonstrar, se possível com algum documento entregue à Mesa para que possa ser distribuído, porque a senhora afirmou que 86 % dos custos da produção de leite decorrem de matérias ou de fatores importados.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu? Não fui eu! Garanto que não disse nada disso!

O Orador: Sim, julgo que foi a senhora que o afirmou.

Foi a Sra. Deputada. Peço desculpa. Não me custa nada se errei pedir desculpa. Não é uma questão de estar atento ou deixar de estar atento, no entanto essa afirmação foi proferida nesta Casa (a verdade é que foi proferida) e eu gostava que ... porque eu tentei procurar estes valores e tentei perceber realmente qual era essa percentagem, não consigo nem de longe, nem de perto chegar a estes montantes, pelo que agradecia que me facultasse e facultasse à câmara de onde é que retirou estes números, como é que os calculou, como é que os comprovou.

Deputada Zuraida Soares (BE): Vamos fazer ao contrário: o senhor vai demonstrar!

O Orador: Finalmente, também há aqui uma questão e eu estou bastante à vontade para falar nisso, porque estive envolvido num processo parecido ...

Agora sim acho que foi a Sra. Deputada Graça Silveira que falou no queijo DOP do Pico (está a ver, Sra. Deputada, afinal ainda consigo estar atento!).

Existe um caderno de encargos, existe uma entidade gestora que terá (calculo eu, não falei com eles) todo o gosto em certificar todos os requerimentos, todos os pedidos de certificação de queijo que lhes cheguem.

A verdade é que não existe queijo certificado como DOP no Pico porque nunca lhes chegou nenhum pedido e não é o Governo que certifica o queijo.

O Governo fez o seu processo, canalizou o caderno de encargos, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Por que é que os produtores do Pico não querem esse valor acrescentado?

O Orador: ... fez aprovar o caderno de encargos no âmbito da União Europeia e da Comissão e neste momento é um processo que qualquer produtor de queijo do Pico que queira aderir ao DOP queijo do Pico terá de proceder à sua candidatura e se estiver em concordância com o respetivo caderno de encargos obviamente que será aprovado. Por isso é um bocadinho de (na falta de outra palavra!) demagogia dizer que é o Governo que vai certificar o queijo do Pico e não é essa a realidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira, em primeiro lugar, e respondendo a uma pergunta que já tinha colocado na intervenção anterior, se afinal a oposição aquilo que queria era que houvesse uma diminuição de produção na região, se aquilo que a oposição queria era que a produção arreasse.

Pois eu pergunto-lhe: o Governo que o senhor suporta o que é que queria fazer quando propôs um resgate?

Deputado Duarte Moreira (PS): O resgate não tem nada a ver!

A Oradora: Vai poder explicar-me já de seguida.

Com o resgate leiteiro vai colocar pessoas no setor ou vai tirar pessoas do setor?

Sr. Deputado, depois explica, depois vai ter oportunidade de explicar.

Quanto à questão do queijo DOP eu pergunto-lhe o seguinte: se temos todo o interesse em ter denominação de origem (o queijo de São Jorge pediu a sua denominação de origem a um queijo DOP, os produtores de São Jorge aderem à denominação porque é uma mais valia, o queijo é valorizado por isso, então eu refaço a minha pergunta), Sr. Secretário, porque é que os produtores de queijo do Pico não estão interessados em usar a denominação de origem o que poderia ser um benefício para os produtores?

Deputado Duarte Moreira (PS): Terá que lhes perguntar!

A Oradora: O Sr. Deputado acaba de dizer que nunca foi dado um selo, porque nunca ninguém pediu, então a pergunta que se coloca é: porque é que se investiu tempo, dinheiro e esforço para conseguir uma denominação de origem para o queijo do Pico que afinal ninguém quer usar?

Essa é uma questão que se impõe, porque por aquilo que nós sabemos isso seria uma mais valia, as denominações de origem.

E já agora, já que se fala tanto em milhões e em investimentos, eu gostaria de colocar novamente a mesma questão ao Sr. Secretário. À parte de todas as outras que eu já coloquei aqui e que ainda não respondeu, mas que eu aguardo pacientemente que me venha explicar, dos 50 milhões de dívida contraída pelo Governo Regional para cofinanciamento de investimentos para executar fundos comunitários quanto é que desses 50 milhões vão ser especificamente para o Fundo Europeu da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e em que projetos em particular?

Já que o Governo considera que o setor agrícola é fundamental, que está a passar por uma crise, vai fazer um empréstimo de 50 milhões para cofinanciamento, eu gostaria de saber desse montante quanto é que é efetivamente para o FEADER?

Nunca me respondeu diretamente a esta pergunta e volto a colocá-la.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*): Isso não tem nada a ver! Já lhe respondi várias vezes!

A Oradora: Mais! Não nos podemos esquecer que em 2009, numa altura também de uma grande crise do setor na Região foi atribuído um crédito, digamos assim, de 20 milhões à Região por via do aumento da taxa de financiamento no investimento do PRORURAL na altura para 80 % de fundo perdido.

Eu gostaria de saber quais são os resultados desse investimento que foi feito na reestruturação do setor na altura. Era uma crise grave, foi feito um investimento de 20 milhões para reestruturar o setor. Quais são os resultados desse investimento?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para repetir, reiterar, a minha espera paciente pelas respostas do Sr. Secretário Regional às duas últimas questões que formulei.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Se não houver inscrições naturalmente teremos que passar para o encerramento da interpelação.

Sr. Deputado Renato Cordeiro tem a palavra.

(*) Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, as inscrições elas não existem, porque o Sr. Secretário não responde para dar continuação ao debate e aqui também aguardo, mas já que tenho a oportunidade de falar dava algumas explicações ali ao Sr. Deputado Duarte Moreira que aquilo que falou foi completamente desnecessário, para já porque a pergunta que eu fiz de esclarecimento foi ao Governo, não à bancada do PS, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado Duarte Moreira (PS): Mas eu tive todo o gosto em responder!

O Orador: ... mas vou dizer-lhe qual é a resposta.

A adesão foi muito pouca à reestruturação do setor leiteiro derivado à condição económica em que a nossa Região se encontra, porque alguém que nasce trabalhando, que cresce trabalhando e que vive trabalhando mete-lhe um bocadinho de confusão sair naquela idade para não sabe o quê e ao menos por pouco está ali. A verdadeira razão é esta, porque se os senhores dizem que estudaram o perfil de quem eventualmente iria aderir à reestruturação do setor leiteiro está aqui a prova de que o estudo foi muito fraco. A razão é esta, porque as pessoas não têm para onde ir e têm

dignidade. Não estão para ir para estar a receber um subsídio de reinserção mínimo.

E mais! A diferenciação como o senhor falou há bocado é lamentável ouvir que para si a diferenciação é queijo fatiado ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O pior é que ele acredita nisso!

O Orador: ... (isso mostra bem como é que nós estamos aqui), aquilo de que estávamos à espera do nosso Governo, isso sim, era que desse incentivos à Universidade dos Açores (para isso é que ela existe, por isso é que existe um departamento de ciências agrárias, por isso é que existe um departamento de biologia) em que aquilo que fosse de facto único e benéfico nos nossos produtos, independentemente de ser leite, manteiga, queijo, queijo de barra, aquilo que fosse, mas que isto fosse mostrado cientificamente e que fosse uma certificação.

Esses processos de certificação não são fáceis. Há muito que a Universidade dos Açores já demonstra que os nossos produtos são muito ricos em CLAs e Ómegas 3, mas para isso estar aderente ao produto existe uma burocracia muito extensa, não são medidas fáceis de se tomar, agora mais difíceis ficam quando temos um Governo que está inerte, que não se mexe, e aí cada vez isso fica com uma distância maior, mas aguardo que o Sr. Secretário responda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente eu insisto. Eu fiz duas perguntas claríssimas ao Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Primeira: como é que o Sr. Secretário Regional antevê o setor da agropecuária na Região Autónoma dos Açores nos próximos 10 anos?

Segunda pergunta: se temos que fazer mais e melhor eu pergunto ao Sr. Secretário quais são as alterações à política agrícola implantada na nossa Região que o Sr. Secretário Regional vai encabeçar?

Continuo a aguardar a resposta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver. Não havendo inscrições então vamos proceder ao encerramento da interpelação.

Tem a palavra o Governo em primeiro lugar, encerra depois a interpelante.

Então para encerrar esta interpelação tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria dizer à câmara que usarei estes minutos finais por uma questão de gestão de tempo nesta minha intervenção final para esclarecer, para responder às questões que aqui foram colocadas, inclusive à questão da nossa interpelante, Deputada Zuraída Soares do Bloco de Esquerda.

Mas antes disso gostaria de referir de uma forma simples e rápida uma resposta que já, penso eu, dei à Sra. Deputada Graça Silveira aquando da discussão do Plano e Orçamento relativamente a este assunto ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não respondeu! Posso pedir as cópias dos registos!

O Orador: ... e disse na altura, se não me falha a memória, (poderei estar errado, mas penso que não) que desses 50 milhões de euros que a senhora fala, falou na altura e voltou a falar hoje, não tem rigorosamente nada a ver nem nenhum desse dinheiro é utilizado para efeitos de investimentos na agricultura.

O PRORURAL +, como sabe, tem o seu orçamento, 395 ... perdão 295 milhões de euros provenientes da União Europeia, mais 45 da Região, o que perfaz os 350, sensivelmente 350 que temos falado e é nessa base que os projetos são apreciados, as candidaturas são aprovadas e também são concedidas as diferentes ajudas ao rendimento. Portanto, penso que agora ficou perfeitamente claro.

Permita-me também esclarecer que esses 20 milhões de euros que vieram para a Região em 2009 foram chamados verba dos novos desafios, se não me falha a memória, e foram diretamente canalizados para os projetos de investimento no setor leiteiro, designadamente instalação de jovens agricultores e modernização das empresas agrícolas. Portanto, aquilo que resultou destes investimentos, em termos destas duas áreas, é o impacto da aplicação desta verba na nossa Região.

Uma referência também ao Sr. Deputado Renato Cordeiro, relativamente à apreciação que fez da medida de reestruturação do setor leiteiro.

Devo dizer que idêntica medida foi tomada pelo governo de então em 2011, com um pagamento idêntico, 0,20 €, teve uma adesão de 72

produtores. Nós agora tivemos 69, portanto, não estaremos muito longe desse valor ...

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Mas falaram em 200!

O Orador: ... e um volume de leite resgatado de 4,8 milhões e nós agora tivemos perto de sete milhões, o que significa que não foi pelo valor mais ou menos baixo que os agricultores aderiram mais ou menos.

A medida foi desenhada para um universo de 480 produtores que eram aqueles que se enquadravam nos critérios definidos, tivemos uma adesão de 14 %, foi o que foi e aquela leitura que o Governo faz é que de facto os produtores de leite da nossa Região estão atravessando uma época difícil e acreditam que é o setor mais robusto, é o setor mais forte da nossa economia e é nele que devem depositar as nossas expetativas para o futuro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Não têm alternativa!

O Orador: Agora sim, reportando-me àquilo que disse a Sra. Deputada Zuraída Soares e ao desafio que me deixou numa das suas intervenções relativamente ao futuro e terminarei a minha intervenção falando exatamente do futuro, deixando aqui uma mensagem de confiança para os agricultores e para os agroindustriais da nossa Região.

O futuro dos Açores passará certamente pela produção leiteira. Disso não tenho quaisquer dúvidas.

Teremos que ajustar à situação atual? Obviamente que sim.

É parte de um percurso que já se iniciou há alguns anos, que tem uma caminhada comum entre o Governo, os produtores, as suas associações, que neste momento, conforme todos sabemos, atravessa um período de maior dificuldade, mas também um período que deve ser encarado como

um período desafiante e um período que nos faça transformar essas dificuldades e esses desafios em novas oportunidades ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... e essas novas oportunidades passam por duas áreas fundamentais.

Primeiro, ajustarmo-nos às novas realidades do mercado e isso faz-se ... e o Governo tem neste momento um processo de revisão em parceria com as associações agrícolas de toda a Região no sentido de ajustar os prémios do POSEI direcionados para a produção de leite nesse sentido e depois de valorizar, de diversificar aquilo que são os produtos dos Açores.

É esse o caminho, é isso que o Governo vislumbra como a saída para este momento de maior dificuldade e queria terminar contrariando (peço só mais um minuto) aquilo que foi o mote desta interpelação.

Nos Açores não se produz leite de uma forma intensiva, produz-se leite à base de pastagem. O maneio das explorações leiteiras, sejam elas aqui, sejam elas em qualquer outra parte do mundo, implicam naturalmente para além do pastoreio alguns suplementos alimentares, é isso que é normal fazer-se, é isso que os agricultores dos Açores fazem.

Do ponto de vista das estabulações permanentes, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me referir neste momento que isto representa uma percentagem ínfima daquilo que se passa nos Açores e, portanto, ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Secretário.

O Orador: ... em termos de futuro, só para terminar, produção de forragens, produção de leite à base de pastagens, ajustando-nos ao mercado, valorizando os nossos produtos e criando diferença para podermos ser mais competitivos no mercado futuro.

Muito obrigado pela sua tolerância, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora para encerrar a interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma das expetativas do Bloco de Esquerda ao agendar esta interpelação era que fosse possível chegarmos ao fim dela pelo menos tendo tentado responder a uma pergunta que baila na cabeça de muitos dos nossos produtores, sobretudo dos mais pequenos produtores de leite e que baila também na cabeça de uma opinião pública crítica, atenta e que se questiona e a pergunta era: afinal o projeto, o programa que a BEL está a implementar na nossa Região é uma mais valia ou é uma ameaça?

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):

Claro que não!

A Oradora: É uma coisa boa ou é uma coisa má para os Açores?

Traz vantagens para os nossos produtores ou não?

Não conseguimos responder a essa pergunta, porque na realidade o ponto de partida, o ponto de avaliação de partida é completamente diferente.

Relativamente ao projeto da BEL eu acho que há algumas perguntas que se podem fazer e que nós aqui, cada um entenderá se foram respondidas ou não, entendemos que ainda ficaram por responder. Haverá seguramente outras oportunidades.

Primeiro: está a fazer a BEL hoje, aqui e agora aquilo que os governos regionais deveriam ter feito há cinco, 10, 15 ou 20 anos?

A pergunta fica.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sim!

A Oradora: Nós temos a resposta, mas a pergunta fica feita a quem quiser pensar na resposta para ela.

Está a BEL a criar uma marca própria para competir com a Marca Açores ou não?

Não há competição entre as duas marcas.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*): São complementares!

A Oradora: Então eu pergunto qual é a diferenciação entre os dois produtos?

Se não há diferença entre as duas marcas, então qual é a diferenciação entre os dois produtos?

As vacas são diferentes?

As felizes são diferentes e as infelizes são outras?

O leite que produzem é diferente?

As pastagens onde pastam e comem a ervinha é diferente?

As felizes têm umas pastagens e as infelizes têm outras?

Sras. e Srs. Deputados, isto não faz sentido nenhum.

Depois, o leite puro das pastagens o que é que provoca?

Deputado Francisco César (*PS*): A BEL deve estar a adorar a sua intervenção!

A Oradora: Provoca que os nossos produtores recebam mais pelo litro de leite e que os consumidores paguem mais pelo litro de leite.

Agora pergunto: a Marca Açores está preparada para competir com esta realidade?

Pergunta que foi feita aqui por mais do que um interveniente não teve resposta.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*):

Não tem nada a ver!

A Oradora: Vejamos, a pergunta é: a Marca Açores está preparada?

Nós sabemos (e depois talvez possa ter a oportunidade de dizer ao Sr. Deputado Duarte Moreira onde é que isto está escrito) que as vacas no continente comem substancialmente menos ração do que as vacas na Região Autónoma dos Açores. Portanto, se isto é assim a Marca Açores já está em derrapagem (já está em derrapagem!), nem precisa das vacas felizes, já está em derrapagem relativamente a outras marcas, nomeadamente no continente.

Mais! Quando nós sabemos que o concentrado para as rações (para as rações que são usadas nesta Região) é basicamente importado dos Estados Unidos, por coincidência ou não, apenas por um importador e que estas rações têm OGMs na sua composição, eu pergunto: um produto que resulta deste tipo de ração, de alimentação das nossas vacas pode competir nos mercados exteriores aos Açores em termos de qualidade, de diferenciação,

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Queijo fatiado!

A Oradora: ... de especialização, de nicho de mercado, mas aonde, Sras. e Srs. Deputados?

Em nenhuma parte do mundo.

Mais! Esta política, a política que tem sido seguida até aos nossos dias, até hoje (e pelos vistos de acordo com a última intervenção do Sr. Secretário Regional não se antevê que haja uma alteração substancial no rumo, na linha), que está implantada, do ponto de vista do Bloco de Esquerda penaliza os nossos produtores, penaliza a nossa economia e, portanto, penaliza toda a Região.

E não é por acaso que o Sr. Deputado Duarte Moreira em desespero de causa, digamos assim, quando tem de explicar o grande contributo, quando se vê obrigado a explicar o grande contributo que as indústrias têm dado na nossa Região para a diferenciação do nosso leite ...

Presidente: Agradeço que termino, Sra. Deputada.

A Oradora: ... fala em queijo fatiado e fala em queijo ralado.

Quer dizer, está tudo dito quando a diferenciação e o apoio das indústrias desta Região ao nosso leite de primeira qualidade e de excelência é o leite em pó e o leite fatiado.

Apetece dizer como o outro “palavras para quê!?”. Está tudo dito.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, a conclusão que se tira, ou pelo menos que o Bloco de Esquerda retira desta interpelação, é que os nossos lavradores para terem maiores rendimentos e para que o setor agropecuário possa ter mais e maior pujança (e é isso que todos queremos) é urgente para o Bloco de Esquerda mudar de política, mudar o direcionamento dos apoios, da quantidade, para a qualidade, para a diferenciação, para a especialização.

Deputado Duarte Moreira (PS): Para onde? Quais investimentos? Era isso que a senhora tinha de dizer!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Zuraida Soares agradeço que termine.

A Oradora: Finalmente, (vou terminar, Sra. Presidente) quer isto dizer que o Bloco de Esquerda convida o Governo, ou sugere ao Governo Regional, ou a qualquer partido dentro e fora desta Casa que desista do combate pela regulamentação ao nível da União Europeia?

De maneira nenhuma, Sras. e Srs. Deputados. Esse combate é para continuar e acerrimamente e o mais agressivamente de que formos

capazes. Agora, enquanto o nosso trabalho interno e a nossa realidade interna relativamente a este setor não for credível, não for confiável e não trazer a tal mensagem de esperança e de confiança aos nossos produtores bem podemos guerrear com a Europa, ela ganhará sempre.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerramos assim o primeiro ponto da nossa Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

O ponto dois e três da nossa ordem do dia são iniciativas propostas pelo PPM.

O ponto dois é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 60/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A, de 24 de junho, que estabelece os princípios orientadores de organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional”** e o ponto três é o **Projeto de Resolução n.º 146/X – “Orientações curriculares e metodológicas a adotar no âmbito do processo de implementação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores”**.

Considerando que ambas as iniciativas são de idêntico teor, a Conferência de Líderes deliberou que o debate será feito em conjunto e para o efeito aos tempos do processo legislativo comum acresce em 10 minutos a todas as bancadas.

Para apresentar estas iniciativas vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já vi que alguns dos presentes já estavam com saudades da participação do PPM.

Só não aqui estive (já agora para informação) porque o avião não passou ontem do Corvo para o Faial e não foi possível contar com a minha presença nestes trabalhos, enriquecer com certeza este debate.

Mas estou aqui presente para um debate que realizo há 21 anos. Esta questão é uma questão porque me bato há 21 anos na Região Autónoma dos Açores e o que vos quero dizer é que quando comecei a lecionar nos Açores no ano letivo de 95/96 apercebi-me de que os alunos dos Açores, aos alunos açorianos não lhes era ensinada a história, a geografia e a cultura da sua terra. Eu achei um facto, achei algo pouco natural que a autonomia dos Açores e os sucessivos governos não tivessem acautelado esta questão, que é uma questão identitária absolutamente fundamental.

Mas vejam, eu trouxe aqui um manual do 9.º ano. Depois de 20 anos de combate por esta causa, para que se ensine a história, a geografia e a cultura dos Açores, verifiquem o seguinte.

Trago aqui não é um manual qualquer, é o manual que é mais utilizado em Portugal, o manual do 9.º ano da Porto Editora.

(Neste momento, apresenta à câmara um manual escolar da disciplina de História)

Vou dar-vos aqui alguns exemplos que são os seguintes. Tentem encontrar aqui referências aos Açores, tentem aqui encontrar referências à aprendizagem da história dos Açores.

Vou abrir aqui já ... Nas primeiras 66 páginas nem uma única referência.

A seguir eles analisam aqui o final do século XIX. Eu pensei: “Bom, aqui vamos ter com certeza uma referência à primeira autonomia dos Açores, 1895. Se calhar vamos encontrar.”

Não, não encontrei. Também não fazem referência aos Açores.

Depois, fomos até um período pouco feliz da história de Portugal, implantação da República. Apesar de ser um momento pouco feliz podia ter aqui uma referência aos Açores já que, por exemplo, o primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, é açoriano.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Faialense!

O Orador: Mas também não. Nem o Manuel de Arriaga aparece referenciado nos manuais de história, porque pensei que aparecesse o açoriano Manuel de Arrigada, mas não. Nem açoriano, nem Manuel de Arriaga. Não aparece nenhuma referência.

Pensei: “Vamos continuar aqui a procurar. Deve existir qualquer coisa, por exemplo, aqui na II Guerra Mundial, em que a Base das Lajes, como bem se sabe, o regime do Estado Novo trocou a presença norte-americana na Base das Lajes por facto de se vir a devolver a colónia de Timor.”

Como se sabe esta troca foi absolutamente fundamental, foi a condição colocada pelo regime para facilitar a utilização da Base das Lajes, foi que por sua vez os norte-americanos facilitassem que a colónia de Timor fosse devolvida a Portugal, ao império colonial português.

Também não tem nenhuma referência a estes factos e à importância da Base das Lajes.

Pensei que aqui durante as guerras entre os árabes e os israelitas a Base das Lajes também fosse referenciada, também não aparece referenciada e já vou na página 118.

Entretanto, também pensei que em mais um episódio lamentável da nossa história, a Cimeira da Base das Lajes (que em princípio seria para conter o terrorismo e que teve exatamente o efeito contrário, foi aumentar os atos terroristas) também aparecesse aqui referenciada nos tempos mais recentes, mas nem a Cimeira da Base das Lajes é aqui referenciada. É porque os Açores não podem ser referenciados nos manuais escolares portugueses e então tenho aqui uma simples referência, a única que encontrei, foi a criação das regiões autónomas que merece três linhas num manual do 9.º ano, que é o mais utilizado também nas escolas dos Açores. Aparece aqui uma referência, aliás, muito desatualizada, que diz assim: “Regiões autónomas têm a Assembleia Regional, têm o Governo Regional” e depois diz aqui “tem um Ministro da República [o Ministro da República de acordo com o manual] representa a soberania da nação.” O Ministro da República! Muito atualizado!

Portanto, meus senhores, (tal como a Assembleia Legislativa Regional), dois erros num graficozinho com três entradas.

A questão é esta: acabo de provar que os alunos não aprendem história, geografia e cultura dos Açores. Não posso aqui evidentemente apresentar outro conjunto de provas, mas o nosso Estatuto Político-Administrativo afirma que a autonomia dos Açores não se deve a um determinismo geográfico, também se deve a uma identidade histórica.

Eu vou aqui ler o que diz o nosso preâmbulo. Diz o seguinte: “Reconhecendo as históricas aspirações autonomistas do povo açoriano [que não ensinamos, obviamente, que não se ensinam] que, há mais de um século, iniciou a luta pela conquista do direito à livre administração dos Açores pelos açorianos;

Honrando a memória dos primeiros autonomistas [não sei como, porque não se ensina e não se transmite quem é que foram os primeiros autonomistas] que afirmaram a identidade açoriana e a unidade do seu povo e homenageando o ingente combate de todos quantos, sucedendo-lhes no tempo, mantiveram e mantêm vivo o ideal autonomista;

Afirmando-se herdeiros daqueles que historicamente resistiram ao isolamento e ao abandono, às intempéries [também não vejo como, porque esta história não se conta] (...).”

Bem, meus senhores, esta luta de 21 anos enquanto professor, enquanto membro do Conselho Executivo que participava nas reuniões dos Conselhos Executivos das escolas todas e depois agora como deputado há oito anos, teve um resultado concreto que foi a aprovação de uma alteração à proposta de orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2014.

Como se sabe o PPM realizou uma negociação com o Governo Regional e nós cumprimos a nossa parte. Se o programa contemplasse um conjunto de medidas, entre as quais esta, nós votaríamos a favor do Plano.

Nós cumprimos a nossa palavra, como cumprimos sempre. Votámos a favor do Plano e qual foi a proposta que foi aqui votada, aliás, por unanimidade, porque votou o Partido Socialista, mas também votou o Partido Comunista, mas também votou o Bloco de Esquerda, também votou o CDS e também votou o PSD favoravelmente?

Esta proposta foi votada unanimemente por esta câmara.

A proposta dizia o seguinte: “Com o objetivo de promover a realização de aprendizagens e a aquisição de competências que permitam a plena perceção e conhecimento das especificidades histórica, geográfica, económica, social, cultural e político-administrativa da Região Autónoma

dos Açores será adicionada às matrizes curriculares [vejam bem, isto é muito preciso, não é como dizia o Sr. Deputado Berto Messias num programa de rádio “não, não, eu votei princípios”. Não! Votou isto que vou ler!] do segundo e terceiro ciclos do ensino básico, a partir do ano letivo 2014-2015, a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores.” “A disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores!” Foi isto que foi votado! Foi isto que não foi cumprido.

Meus senhores, a proposta que apresento a esta câmara significa a materialização deste compromisso que foi votado unanimemente por esta câmara.

Eu não podia deixar de fazer de acordo com a minha consciência, mas sobretudo porque eu acho, porque eu tenho defendido e tenho a certeza absoluta que estou a lutar por um ideal justo e que estou a lutar por uma causa justa, que é transmitir aos alunos dos Açores a sua identidade com orgulho, transmitindo-lhes todas as dificuldades que nós ultrapassamos, transmitindo-lhes também todo o potencial que têm os Açores no âmbito do país.

Por isso, meus senhores, o que eu aqui faço é um compromisso de honra que eu cumpro, onde outros não cumpriram.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão julgo que terá acontecido pela primeira vez na legislatura anterior, no ano de 2010, e nessa altura o PCP teve a oportunidade de dizer pela minha voz ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que todas as questões relacionadas com a história, com a preservação da identidade e

da nossa memória coletiva, da memória coletiva do povo açoriano, mereceriam sempre o apoio da Representação Parlamentar do PCP, mas não é disso que se trata. Aquilo que hoje, mais uma vez, o Sr. Deputado Paulo Estêvão traz aqui para discussão é uma outra coisa bem diferente e gostaria de dizer ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que tenho algumas dúvidas que da intervenção inicial que fez tenha provado o quer que seja, até porque enquanto professor de história que exerceu até ao ano de 2008 (até reconhecendo a V. Exa. qualidades profissionais que lhe reconheço, como é sabido) eu não acredito que V. Exa. se tenha limitado ... Aliás nenhum professor na Região Autónoma dos Açores se limite a seguir estritamente um manual escolar. Não acredito que V. Exa. o faça, não acredito que nenhum professor na Região Autónoma dos Açores, de qualquer área disciplinar que não apenas história, que faça exatamente isso, isto é, seguir estritamente o manual escolar, porque quem o fizer certamente não está a utilizar um vasto conjunto de recursos didáticos e pedagógicos que tem à sua disposição para poder introduzir conteúdos de enriquecimento, designadamente sobre a história, a cultura e a geografia dos Açores e isso em qualquer outra disciplina.

Aliás, em termos metodológicos julgo que na maior parte das áreas se parte da análise local para depois chegarmos ao global e, portanto, julgo que V. Exa. não faria isso e eu até agradecia que eventualmente respondesse a esta questão: se efetivamente V. Exa. quando leciona segue estritamente o manual ou se aprofunda e utiliza outros recursos?

Por outro lado, isto incorre aqui, o seu discurso, naquilo que pode ser um problema, que eu já lhe tinha colocado esta questão em 2010 quando fizemos esta discussão, em que de alguma forma pode-se inferir do discurso de V. Exa. que os professores da Região Autónoma dos Açores

não atendem devidamente ao contexto local e regional onde exercem a sua profissão e parece-me que isso não corresponde de todo à verdade.

De qualquer forma, Sr. Deputado, a pergunta que fica para V. Exa. responder é se efetivamente segue estritamente o manual ou se utiliza outros recursos e se em termos metodológicos se começa do local e depois para global, ou se faz o contrário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao Sr. Deputado Aníbal Pires, eu não percebo a posição do Sr. Deputado Aníbal Pires. O Sr. Deputado Aníbal Pires votou a favor desta proposta.

Já respondo à sua pergunta, mas antes de responder à sua pergunta deixe-me fazer uma pergunta também que é para ficarmos aqui equiparados.

Então se não concorda com a proposta porque é que o senhor votou a favor da proposta?

Foi aprovada por unanimidade. Eu tenho aqui o Diário das Sessões. Vou ler-lhe: “Está agora à votação a proposta de aditamento do artigo n.º 39.º-A, apresentada pelo PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.”

Foi aprovada por unanimidade!

Sr. Deputado, foi por acaso?

É que se foi por acaso, quantas coisas é que o senhor aprovou aqui por acaso nesta Assembleia assim distraído?

Começamos a ficar muito preocupados.

Segundo lugar: viu que o comboio estava em andamento, que o Partido Socialista tinha aprovado e também quis apanhar o comboio? O PS desceu e o senhor quer descer agora?

Esta é uma segunda possibilidade, mas, Sr. Deputado, tudo o resto cai a partir do momento que o senhor tem este comportamento e vota favoravelmente a iniciativa.

Vou voltar a ler o que é que o Sr. Deputado ... que é para não utilizar aquele argumento do Sr. Deputado Berto Messias, que votou princípios. Não! Não votou princípios. Vou dizer o que é que o senhor votou.

O que o senhor votou foi o seguinte: “Será adicionada às matrizes curriculares do segundo e terceiro ciclos do ensino básico a partir do ano letivo de 2014-2015 a disciplina” ... Peço desculpa por estar a repetir, mas isto é uma técnica da retórica.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já lhe dou a retórica!

O Orador: Li que os bons argumentos devem ser repetidos muitas vezes, por isso, vou repetir outra vez.

Portanto, “inclui às matrizes curriculares do segundo e terceiro ciclos do ensino básico a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores” e é isso que estou a fazer aqui, Sr. Deputado. Estou a incluir nas matrizes a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores.

Qual é a resposta que quer que lhe dê?

Portanto, Sr. Deputado, o senhor não se descredibilize neste debate, porque a seguir tenho mais umas coisas para lhe dizer.

Sobre a sua pergunta ...

(Aparte inaudível do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Não, Sr. Deputado. Não é verdade. Sei que não é um homem religioso, mas essa afirmação “não há nenhum professor” ...

Não! Eu próprio assisti, o ex-Presidente desta Casa assistiu, eu estava presente nessa visita de estudo com um professor de História que disse: “Eu venho aqui, mas não concordo nada com a existência desta Casa. Acho que é uma despesa para o Estado português”. Dou-lhe a minha palavra de honra e o ex-Presidente poderá dizer-lhe também e ele ensinava História e estava contra a existência da autonomia açoriana e a existência desta Casa.

Pois eu vou dizer-lhe: alguns ensinam, eu ensinava, faço questão de ensinar, mas muitos não ensinam, mas isto não pode ser uma opção, não pode ser uma questão de sorte, não pode ser uma questão de fé, Sr. Deputado. É obrigatório!

A autonomia dos Açores é para ser respeitada nos Açores pelos açorianos, pelos professores açorianos e pelo sistema de ensino dos Açores.

Isto não é uma questão de opção, é uma questão de escolha do povo dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Tenha calma!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina ...

Sr. Deputado Aníbal Pires para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Apenas para um esclarecimento à câmara por parte da Mesa.

Quando o Secretário da Mesa informa a câmara de que qualquer um diploma, enfim, um artigo foi votado por unanimidade, se por acaso na câmara não estiver presente um partido, designadamente uma representação parlamentar, a afirmação, o discurso da Secretária da Mesa ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas estava!

O Orador: ... é feito como?

Peço à Sra. Presidente que confirme se aquilo que eu vou dizer corresponde ou não à verdade.

Isto é retórica, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estava, estava!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor votou ou não votou?

O Orador: Se o discurso da Secretária, ou a informação que a Secretária presta à câmara, é o diploma foi aprovado por unanimidade, ou o artigo foi aprovado por unanimidade, independentemente de um deputado, de uma representação parlamentar estar ou não presente na sala?

Portanto, era esse esclarecimento que eu gostaria que fosse prestado à câmara até para desconstruir a retórica do Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sim, confirmo. Não há qualquer alteração àquilo que é dito pela Secretária da Mesa aquando da votação por unanimidade. É a unanimidade dos que estão presentes na altura da votação.

Para uma interpelação, Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente:

Eu tenho aqui o Diário das Sessões e transmite esta informação. Na votação imediatamente anterior consta um voto a favor do PCP, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E?

O Orador: ... uma abstenção do Bloco, o voto contra do PPM, 31 votos contra do PS (não é esta a ordem) e 20 votos contra do PSD. No aditamento exatamente anterior e tenho a memória deste facto: o Sr. Deputado estava presente na sala.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Como deverá compreender eu não tenho condições de confirmar se o Sr. Deputado Aníbal Pires estava presente ou não nessa votação, não só devido ao tempo que já passou, mas como também são questões que não interessam na altura fazer o registo da Mesa.

Vamos continuar o nosso debate, penso que é isto que importa agora.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários do Governo:

Eu queria aqui fazer um ponto de situação desta matéria e refutar algumas das afirmações, não diria acusações, feitas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Como já disse o Sr. Deputado Aníbal Pires este assunto já esteve nesta Casa na legislatura anterior e na altura o Grupo Parlamentar do PS votou contra.

O voto contra prendeu-se sobretudo com uma parte do que foi aduzido na intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires de que muitas questões locais e regionais são transmitidas no âmbito da transversalidade das disciplinas cada vez que um professor está no uso de conteúdos que possa dar como exemplo as localidades onde as comunidades escolares se integram e as comunidades regionais. É assim nas ciências com o vulcanismo, com outros fenómenos de produtos vulcânicos, vulcanismo secundário que caracteriza muito bem as nossas ilhas e em qualquer outro aspeto e

qualquer outra disciplina, mesmo da disciplina do Português com autores açorianos.

Está estipulado, está em vigor e há um quadro referencial, que é o currículo regional do ensino básico, que contrariamente ao que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão na sua última intervenção, os professores não podem fugir, porque na disciplina de Cidadania já têm um quadro de competências, um quadro de conteúdos que devem seguir e que devem transmitir.

Portanto, este foi o enquadramento da posição na altura tida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

No entanto, o PS quando se compromete, cumpre e é exatamente isto que estamos aqui a fazer.

Em dezembro de 2013 foi de facto assumido nesta Casa pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que aprovaríamos uma disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores.

Obviamente que a prova de que nós cumprimos com o que nos comprometemos é exatamente o projeto de resolução que também está à discussão (ele todo) de integrar o relatório da comissão científica que o Governo, depois deste compromisso, criou. Portanto, houve a sua organização, houve o compromisso de estudarem como é que ia ser feita a implementação da disciplina e a verdade é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão reconhece isso e tanto reconhece isso que o seu projeto de resolução é exatamente o relatório, o produto final, da comissão científica criada para o efeito pelo Governo. É o senhor que o traz aqui, é pela sua mão que aqui vem.

Nós podemos constatar que de tudo o que consta deste relatório, que é o projeto de resolução do Sr. Deputado, a única coisa em que estamos em

desacordo é exatamente no tempo letivo e a designação da disciplina. É a única coisa. É a carga horária que pela comissão é sugerida de 45 minutos semanalmente e que o Governo, atendendo a uma série de outras variantes que são precisas ter em conta e que certamente o senhor como educador e um pedagogo bastante preocupado com a realidade açoriana também entenderá. Desde logo a questão da nossa carga horária do segundo e do terceiro ciclos já ser superior em relação à carga horária do segundo e terceiro ciclos do continente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E para o sucesso ainda vai ser mais!

A Oradora: A verdade é que a disciplina está aqui. A disciplina tem de facto conteúdos, tem de facto já um programa, digamos assim, é uma disciplina que é proposta pela comissão científica ser de avaliação qualitativa (é o que está previsto), é um propósito que também está a ser feito proposto pela comissão científica a formação articulada com a Universidade dos Açores feita em regimes de oficina para haver um acompanhamento e produção de materiais exatamente para colmatarem a falta que o senhor elencou de alguns manuais nacionais que obviamente não são o único instrumento de um professor nas suas práticas pedagógicas, são apenas um dos instrumentos, ou um dos instrumentos com mais peso.

Portanto, tudo isso vai ao encontro do compromisso, ou do cumprimento do compromisso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve perante o PPM nesta Casa.

Nada nos incomoda, porque nós comprometemo-nos e o Governo está a dar cumprimento ao compromisso que foi feito com esta bancada.

Sr. Deputado, vai dizer que não era para ser agora.

Sr. Deputado, isso foi aprovado no final de 2013, em dezembro de 2013; durante o ano de 2014 e 2015 esteve-se em contactos com as escolas que também são citadas aí. Se o senhor tiver um olhar atento vai ver que depois o Governo teve de atender tanto às opiniões das unidades orgânicas, como ao produto final da comissão científica e o senhor verá que não foi muito em dois anos montar e de estar já em formação uma nova disciplina que tem um conteúdo programático que aí consta do seu projeto de resolução na íntegra. Como poderá ver já está a decorrer também formação, porque até nos professores sugeridos, dos grupos disciplinares sugeridos pela comissão científica, também é o que está a ser seguido e a formação já está a acontecer para que a disciplina possa efetivamente já começar a acontecer no ano letivo de 2016-2017 no 6.º ano de escolaridade.

Portanto, o grupo parlamentar está muito tranquilo, está muito sereno, porque está exatamente a ver que o Governo está a dar cumprimento cabal, atempado, sério e responsável àquilo que foi um compromisso tido por este grupo parlamentar ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... perante a Representação Parlamentar do PPM e como tal nós perante esse projeto de decreto legislativo regional que pretende fragmentar e pulverizar ainda mais a carga de disciplinas que têm o segundo e o terceiro ciclos a questão que aqui se coloca é apenas (e refiro: é apenas!) o molde de enquadrar isso na matriz curricular. Ela vai fazer parte da matriz curricular, porque vai compor, são os conteúdos da cidadania do 6.º e 8.º anos, portanto, está na matriz curricular dos alunos, tem um programa elaborado, tem formação dada aos docentes, estão definidos os grupos de docência, portanto, está tudo feito.

Deputado André Bradford (PS): O que é que o senhor quer mais?

A Oradora: Daí que não faz o menor sentido nós estarmos agora aqui a aprovar alterações à matriz curricular com a proposta do Sr. Deputado do PPM, nem tão pouco ao projeto de resolução que é o relatório da comissão científica, relatório esse que serviu de base exatamente para o Governo poder fazer o que está a fazer e pôr em prática o compromisso assumido aqui com o PPM.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondida que está a questão pelo Deputado Paulo Estêvão que, como eu esperava, ensina para além do manual (e faz muito bem Sr. Deputado), eu gostaria de lhe lembrar o seguinte.

Eu disse-lhe em 2010 que esta sua proposta era redutora, porque deixava de fora questões e alguns aspetos que são também singulares no nosso arquipélago, designadamente as questões ligadas à vulcanologia e à geologia, à biologia, designadamente à botânica.

Gostava até de lhe lembrar que no século XIX os arquipélagos dos Açores, da Madeira, de Cabo Verde e das Canárias foram designados de ilhas da Macaronésia, que vem da junção de duas palavras gregas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é sabedoria!

O Orador: ... e que significam ‘ilhas afortunadas’, a sua designação tem origem no facto de haver exemplares únicos da flora nestes quatro

arquipélagos e também no enclave ali na zona do Saara ocidental, mas V. Exa. esqueceu-se disso, porque tem só a questão da História. Eu percebo! Eu percebo! História, Geografia e Cultura!

Agora, há aqui uma questão que é a seguinte: todos estes aspetos devem ser trabalhados nos currículos regionais e são-nos trabalhados. Os professores que trabalham na Região Autónoma dos Açores estão certamente despertos e sensíveis a estas questões. Não se trabalha nesta Região sem a conhecer, sem conhecer este contexto e até alargá-lo a esta área confinada do leito do Atlântico que se chama Macaronésia.

Portanto, Sr. Deputado, a sua proposta para além de tudo o mais é redutora, porque apenas se refere a alguns aspetos com certeza importantes, mas há outros que não deixam de ser menos importantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais? Quais?

O Orador: Já os referi. Estivesse com atenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estava!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Está nervoso! É das estatísticas no Corvo!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vejamos o seguinte: o Sr. Deputado Aníbal Pires na última sessão chegou aqui e fez um discurso muito indignado contra o Partido Socialista, contra o Governo Regional, porque não aprovaram a sua proposta dos manuais escolares gratuitos.

Na altura o Sr. Deputado quando lhe disseram: “Bom, olhe o manual não é só o manual.”

“Mas o manual é muito importante, o manual é decisivo.”

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas é a sua gratuitidade!

O Orador: Agora, meus senhores, o argumento é o contrário. Agora o argumento é o contrário!

“O manual? O que é isso do manual? O manual não é importante. Há outras coisas.”

Oh, Sr. Deputado, assim o Sr. Deputado está constantemente a entrar em contradição, além do seu número (desculpe, eu vou dizer isto aqui pela segunda vez) de super-homem que é entrar numa cabine telefónica e mudar rapidamente de vestuário e desaparecer, porque veja bem o Sr. Deputado aqui sem discussão deste ponto diz-me assim: votação do PCP no artigo anterior, está cá o PCP a votar contra. É fácil: o PCP vota quase sempre contra.

No artigo anterior, no Diário das Sessões, o PCP vota contra.

Ora, o Sr. Deputado, em mais outro número de super-homem, o que aconteceu foi o seguinte: quando nós todos sabemos que o Plano e o Orçamento é discutido muito rapidamente a partir do momento em que não há intervenções, portanto, o Sr. Deputado Aníbal Pires no ponto anterior está, vota contra; depois neste ponto que é só a Sra. Presidente dizer “então vamos votar este ponto” já não está; mas no ponto a seguir já cá está o PCP outra vez a votar contra, a votar contra porque o PCP vota quase sempre contra.

Sobre este não há nenhuma dúvida que votou favoravelmente ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... e agora não tem forma de sair desta situação.

Eu tinha aqui outras coisas para dizer ao Sr. Deputado, entretanto ele abandonou a sala, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ele entrou na cabine telefónica!

O Orador: ... não lhe posso dizer, mas quando ele regressar, porque regressa sempre, vou terminar esta argumentação.

Depois, em relação à Sra. Deputada Catarina Moniz.

Oh, Sra. Deputada, eu reconheço-lhe o esforço, reconheço-lhe a boa-fé.

Em relação a esta matéria está a fazer o melhor possível, mas eu sinto-me enganado, Sra. Deputada.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não sei porquê!

O Orador: Vou dizer-lhe porquê. Eu comprei um BMW, comprei uma disciplina. Há uma proposta que é esta.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Estava a ver como é que o senhor comprava disciplinas?!

O Orador: Não comprei nada, estou só dando uma imagem. Isto é uma alegoria. É uma alegoria!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Se eu lhe estou a dar, o senhor não comprou nada!

O Orador: Eu comprei um BMW e a Sra. Deputada diz que eu tenho de ficar contente, porque me dá um Lada. O que eu lhe estou aqui a dizer é que não foi isso o combinado e o problema é que aqui não há nenhum tribunal a quem recorrer, senão a Sra. Deputada perdia este processo, porque o que a senhora me está a dar não foi aquilo que eu comprei, Sra. Deputada. Não foi o combinado.

Portanto, Sra. Deputada, repito-lhe: é uma imagem, uma imagem. Apenas uma imagem! Uma alegoria!

Mas o que lhe quero dizer é que de facto há uma enorme diferença entre aquilo que aqui está escrito, mas como não está em letras pequeninas (porque às vezes os contratos estão em letras pequeninas), ... Não! Mas aqui não está em letras pequeninas, está do mesmo tamanho das outras propostas aprovadas e o que aqui está volto a ler outra vez (isto é aconselhado por Cícero: repete o argumento à exaustão e eu vou repetir o argumento).

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já ouvi três vezes!

O Orador: O que aqui está escrito é o seguinte: “será adicionada às matrizes curriculares do segundo e terceiro ciclos do ensino básico a partir do ano letivo de 2014-2015 [a partir do ano letivo de 2014-2015!] a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores [a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores!].”

Sra. Deputada, os senhores não cumpriram, os senhores enganaram-me. Enganaram-me! É isso que eu tenho aqui de dizer. Não posso recorrer a um tribunal, recorro à opinião pública dos Açores, recorro aos homens honrados dos Açores e venho aqui denunciar que os senhores enganaram-me e que os senhores não cumpriram a vossa palavra e enquanto não cumprirem, enquanto eu permanecer neste Parlamento (pode ser que a partir de outubro ou de novembro as preces de muitos sejam ouvidas e eu não esteja aqui), mas enquanto eu aqui estiver, Sra. Deputada, eu vou insistir que os senhores cumpram a vossa palavra.

Deputado André Bradford (PS): Veja lá quem é que o enganou!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Responder-lhe-ia, Sr. Deputado, que o senhor queria um carro e nós demos-lhe um carro. A marca é o menos importante, porque a função de um carro é deslocar-se, é abrigá-lo e transportá-lo e isso nós demos-lhe.

Aliás, se nós damos o senhor não comprou. Não é?

A questão aqui é que o senhor está (porque lhe dá jeito, porque lhe dá jeito politicamente!) a querer ser enganado.

O senhor não foi enganado. O senhor não foi enganado! Ninguém o enganou. Tanto não o enganaram que o Sr. Deputado traz-nos na sua boa-fé, na parte da sua boa-fé, na demonstração de que não foi enganado (porque há uma parte de si que não se sente enganada, está muito pelo contrário contente e feliz de ter aqui um programa de uma disciplina que luta há 21 anos), ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Agora é que é!

O Orador: ... em projeto de resolução exatamente esse programa, o conteúdo programático da disciplina.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o senhor aqui de facto teve o que queria, mas os acessórios que eram o luxo, mas que era aquilo que o senhor queria, não vieram, que é o nome da disciplina deixar de ser Cidadania e passar a ser História, Geografia e Cultura dos Açores e de facto o senhor queria mais 45 minutos, portanto, que os alunos tivessem mais ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem, porque essa não serve para nada!

O Orador: Não! Mais 45 minutos no sentido de mais uma disciplina, fragmentando a Cidadania que é um bloco de 90 minutos em dois blocos

de 45 e aí nós tínhamos um efeito psicológico sobre os alunos de mais uma disciplina (a verdade é que teríamos), não estou a dizer mais carga horária, mas mais uma disciplina e que também seria de ser qualitativa. Tendo que ser qualitativa pode muito bem, dado que é uma disciplina onde haverá um aprofundar mais específico daquilo que é a chamada açorianidade, que já é o que versa o conteúdo lato de toda a disciplina da Cidadania, o que se criou foi aquilo que o senhor queria, que é o que o senhor nos traz. Ótimo! Era isso que eu queria!

O conteúdo está todo aqui, Sr. Deputado, e a prova é que o seu projeto de resolução é exatamente “cumpram isso”.

O Sr. Deputado chega aqui no seu projeto de resolução e diz-nos: “Cumpram o que a comissão científica fez” e como eu lhe demonstrei na minha anterior intervenção o Governo está a fazer tudo o que a comissão científica propôs, só não lhe dá o nome específico de História, Geografia dos Açores, naqueles anos é o que vão lecionar; e não lhe dá os 45 minutos à parte: dá-lhe 90 minutos, num ano, no segundo ciclo, dá-lhe 90 minutos semanais, num ano, no terceiro ciclo.

Portanto, nós demos-lhe o veículo, o senhor está a reclamar dos acessórios.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Não tinha uma discussão assim desde que eu, como católico, discuti com ... Como é que se chamam? Os *elders* ... que têm de facto uma opinião evangélica e uma interpretação indiferente, mas eu já vi ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Os *mórmons*! Exatamente!

... que não vamos a lado nenhum com esta discussão, Sra. Deputada.

A Sra. Deputada tem imenso jeito para me dizer que “Não! Está aqui aquilo que o senhor queria”.

Não está! Já toda a gente teve a oportunidade de verificar que não foi criada a disciplina de História e Geografia dos Açores.

A Sra. Deputada depois corrigiu (e muito bem!) com honestidade no âmbito do debate que de facto não há aumento da carga horária. Portanto, há a criação da disciplina, que é o que aqui estava previsto, que é a criação da disciplina de História e Geografia dos Açores que é diferente na medida em que uma coisa são os conteúdos (e eu coloco aqui, concordo inteiramente com o trabalho feito por parte da comissão), outra coisa é criar uma disciplina. Os conteúdos depois podem ser alterados, é algo que não é permanente, é uma opção política que pode vir a cair de acordo com outro tipo de opção. Portanto, é uma opção muito menos sólida, por isso, é que eu digo que eu comprei um BMW e os senhores me estão a dar algo completamente diferente.

O senhor diz: “Não, não, mas é isto que o senhor queria.”

Não! Não era isto e não foi isto que ficou acordado, não foi isto que ficou escrito. Sobre isso estamos conversados.

Mas volto aqui, pois o Sr. Deputado Aníbal Pires regressou ao debate e eu ainda tinha uma coisa para lhe dizer há pouco.

Dizia-me o Sr. Deputado: “Na Macaronésia [o Sr. Deputado esteve a treinar agora para as Jornadas Atlânticas e esteve a ver o que é que nós temos a ver com Cabo Verde, Madeira e Açores e tal] ...

Depois dizia: “Mas isso é muito limitativo. Então e o vulcanismo? Então e a geologia? Então e as outras características específicas, a vegetação e tudo isso? Isso está muito limitado.”

Não, Sr. Deputado. Se ler o meu projeto de resolução verifica que no âmbito dos conteúdos que foram definidos no âmbito desta comissão aqui encontra a origem vulcânica das ilhas dos Açores no contexto do enquadramento geotectónico, o vulcanismo submarino, tipos de atividade vulcânica, etc., o modelo de relevo vulcânico, etc., etc., etc. ...

Portanto, todas estas questões obviamente estão incluídas, por isso a sua observação em relação ao projeto e ao facto dele ser redutor isso cai por terra a partir do momento em que se lê os conteúdos que de facto estão previstos. Os conteúdos estão previstos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acha que sim, Sr. Deputado?

O Orador: Sr. Deputado, a questão é que aqui o Sr. Deputado ... Eu não sei porque é que insiste em vir a este debate, porque o senhor neste debate está previamente derrotado do ponto de vista da sua coerência, porque o Sr. Deputado votou favoravelmente este projeto e nesse sentido o Sr. Deputado está aqui a cair numa enorme incongruência e bem tenta encontrar argumentos.

Para já os que encontrou até ao momento nem esses estão corretos. Acabei de lhe desmontar a sua questão em relação ao clima, ao vulcanismo, à geologia, acabei de desmontar essa sua questão. Portanto,

Sr. Deputado, o Sr. Deputado neste debate está a fazer um esforço, mas é um esforço que está a prejudicar, em termos de coerência, de forma grave.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que deste debate (deste debate sim!) só há de facto um derrotado e será V. Exa. e o seu projeto.

Relativamente à alusão que fez do meu retorno ao plenário e ao debate eu tive de sair para uma necessidade inadiável, mas também serviu para comprovar o seguinte: é que eu posso estar num momento e no outro não estar.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Portanto, Sr. Deputado, como ficou claramente provado não é preciso ser nenhum super-herói para estar num momento ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ai é, é!

O Orador: ... e nos dois minutos seguintes não estar. Portanto, isso ficou comprovado.

Quanto à sua retórica, ou melhor, à sua tentativa de justificar que o seu projeto não é redutor afinal de contas a leitura que fez ou não está completa ou então não tem todas as áreas do conhecimento que eu referi na minha intervenção anterior. Portanto, Sr. Deputado, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então diga quais são!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, estivesse com atenção!

Portanto, Sr. Deputado, V. Exa. ao invés de ...

Aliás, deve ter acontecido qualquer coisa hoje na viagem do Corvo para o Faial para V. Exa. estar tão nervoso. O voo eventualmente não terá corrido muito bem, mas pronto. V. Exa. está excessivamente nervoso e julgo que não vale a pena, até porque sabia antecipadamente que esta iniciativa, ou estas iniciativas, tinham o destino que vão ter. Não percebo muito bem qual era a sua expectativa e sobretudo uma coisa: reconheço que V. Exa. hoje não está nos seus melhores dias, porque tem com certeza, ou teria com certeza, uma argumentação diferente e de muito maior qualidade do que aquela que tem vindo a utilizar para defender a sua proposta, mas enfim há dias assim, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu vou gastar o meu tempo todo antes do Governo falar por causa do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Não sei se este é o momento em que o Sr. Deputado desaparece?! Não sei!

Mas a questão aqui é a seguinte: oh, Sr. Deputado, é redutora. Já lhe li algumas coisas, não lhe posso estar a ler o meu projeto todo.

Então vou ler mais umas coisas para ver se acerto: “meteorologia, estado do tempo, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é sempre chuva!

O Orador: ... características particulares dos Açores, evolução da paisagem, processos de evolução do relevo, plataformas de abrasão e registo sedimentar marinho, a fauna e a flora dos Açores, espécies endémicas, invasoras e exóticas, ecossistemas marinhos e terrestres dos Açores, ...” Não sei se já preenchem tudo?

Não sei, Sr. Deputado Aníbal Pires, qual é o ramo do conhecimento que o Sr. Deputado encontrou que não está aqui referenciado, mas, Sr. Deputado, eu peço-lhe que me diga então o que é que não está previsto.

Não estão aqui muitas coisas previstas. As coisas que não fazem sentido, acho eu. Diga-me então o que não está previsto no âmbito dos conteúdos que este grupo de especialistas referenciou.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o projeto é seu ou é de um grupo de especialistas!?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, diga-me então, dê-me uma prova concreta daquilo que aqui está ausente. É porque ou o faz, ou então em termos de argumentação mais uma vez, Sr. Deputado, desde o manual às referências que faz do ponto de vista do projeto não contemplar áreas do saber que são importantes para a comunidade escolar e para os alunos dos Açores, não consegue encontrar um exemplo concreto, ou um exemplo que tenha o mínimo de lógica.

Neste momento do debate, não sei se isto foi uma estratégia articulada entre o Governo e o Sr. Deputado Aníbal Pires no sentido de eu gastar o meu tempo todo ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olhe a teoria da conspiração!

O Orador: ... no debate com o Sr. Deputado Aníbal Pires e depois não ter tempo para responder ao Governo, mas neste momento o que eu

solicitava ao Governo é que entrasse no debate que tenho o maior gosto em discutir também esta questão com o Governo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A premência das gentes nas ilhas não é indiferente às suas circunstâncias. O isolamento e o desbravamento das terras primeiro, depois a organização do espaço e de imediata regulação da atividade humana nas suas dimensões social, produtiva e política imprimiram na genética insular o modo de vida peculiar cuja expressão mais genuína e profunda ainda hoje nos identifica como lídimos herdeiros desta secular presença no Atlântico.

A geografia moldou-nos o carácter e o tempo deu sentido e perenidade a um sentimento coletivo mesclado por religiosidade profunda feita de louvor e prece na fartura e na agonia de terramotos e vulcões, tempestades e infortúnios.

O fortalecimento da nossa identidade faz-se indiscutivelmente pelo conhecimento e pela vivência das nossas idiossincrasias.

Conhecer a gesta deste povo, a sua capacidade criativa e empreendedora, conhecer a terra que pisamos e o mar que sulcamos é desígnio da afirmação da açorianidade, tarefa que convoca a responsabilidade e a ajuda dos poderes instituídos seja no plano regional, seja no plano local, uma tarefa que acima de tudo reclama a liderança da instituição escolar, garante dos saberes, do rigor e da objetividade que a ciência lhe confere.

Somos obra do acaso ou ilhas novamente descobertas?

Quem povoou estes torrões de lava?

Como fomos determinantes na empresa dos descobrimentos quinhentistas e quanto motivo de cobiça fomos para castelhanos e outras nações?

Orgulhamo-nos da bravura de Brianda Pereira e da nobreza de Ciprião de Figueiredo, cantamos vitórias na Salga e na Ladeira da Velha, marchámos em direção ao Mindelo, combatemos o centralismo (monárquico primeiro, republicano depois) levantámos bem alto a bandeira da autonomia. Somos Açores por tudo isto.

Pedro da Silveira, Nemésio, Onésimo e João de Melo, cabouqueiros da escrita, de uma escrita que sulca as palavras como a lava que escorre dos vulcões.

“Fui ao mar apanhar laranjas, apesar de mau tempo no canal. Afinal meu mundo não é deste reino. Somos Açores por tudo isto. Ah, mau ninho de um corisco!”

E somos Açores pelo modelar do relevo vulcânico, pela urze, pela ginja do mato e pelo sanguinho, pelo Santo Cristo e pelo Divino Espírito Santo, pelas trovas de Lacerda, mais a chamarrita e o pezinho.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A matriz açoriana profundamente autonómica do PSD não nos permite ser indiferente quanto à pertinência e ao valor intrínseco e simbólico da lecionação nas nossas escolas de estes e de outros saberes: da história à geografia, do clima à geologia, da literatura à fauna e à flora, das tradições à vulcanologia, da música à demografia ou à religiosidade. Não somos indiferentes. Pelo contrário.

Somos sensíveis e defensores da sua inclusão no percurso formativo dos nossos alunos.

Portanto, no plano conceptual nada temos a opor a esta iniciativa legislativa do PPM.

Se no plano conceptual estamos de acordo, em termos metodológicos divergimos da proposta.

Desde logo, porque no caso da história a relação de causa/efeito, isto é, o contexto, é determinante para o entendimento, para a compreensão dos factos, mas porque também noutras áreas disciplinares a construção do saber é mais sólida e profunda a partir da abordagem da realidade local conhecida para um domínio mais amplo e universal. Se quisermos também porque a estrutura do currículo regional assim o permite e a experiência docente expressa por muitos profissionais da educação também assim confirma.

Falar da carta de Valsequa faz todo o sentido na abordagem da problemática do achamento ou da descoberta oficial das ilhas e nunca isoladamente.

Falar de Álvaro Bazán e da batalha travada com as tropas de D. António Prior do Crato, numa batalha travada junto a Vila Franca do Campo, faz sentido se num contexto da abordagem da união ibérica e da resistência que as ilhas corporizaram. Afinal, aqui já só foi Portugal.

Faz também sentido dizer que estamos a celebrar os 250 anos da Capitania Geral, porventura, a primeira experiência ou tentativa de autogoverno dos Açores.

E faz sentido dizer que D. Pedro IV residiu por dias na Rua da Graça, depois Rua Ernesto do Canto, hoje sede da Secção Regional do Tribunal de Contas, antes de D. Pedro IV voltar a Portugal, claro está, para defender a causa liberal vindo do seu império brasileiro onde deixara a mulher, Leopoldina da Áustria e a sua grande amada, uma tal Domitília,

feita Marquesa de Santos, curiosamente filha de um terceirense brigadeiro, João de Castro Canto e Melo.

Ou ainda faz sentido dizer que José Calado de Souza hasteou a bandeira da república na Câmara Municipal de Ponta Delgada a 7 de outubro, mas se inserido no tal ato e na dinâmica da deposição da monarquia e assim por diante.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O PSD considera fundamental, diria mesmo, incontornável promover o ensino da história, da geografia, da cultura, da literatura, da fauna, da flora, da geologia, de tudo o que significa e nos identifica como povo e região autónoma se integrado nas temáticas e conteúdos previstos no currículo regional.

Não somos, portanto, favoráveis à criação de uma disciplina específica, autónoma, com tais conteúdos, tanto mais que isso traria insanáveis problemas quanto ao grupo ou grupos disciplinares responsáveis pela sua leção, bem como o seu método de avaliação e a relevância para efeitos de progressão. Também discordamos da metodologia defendida pelo Governo Regional de integração de tais temáticas e conteúdos no âmbito da gestão curricular não disciplinar de Cidadania, porque esta deve ser reservada à sua função específica, isto é, de preparar os nossos alunos para uma cidadania ativa e responsável.

A violência doméstica, os abusos sexuais de menores, a gravidez na adolescência, a baixa participação política são realidades que tristemente nos marcam e devem ser prevenidas com um trabalho sério, intenso e profundo também feito em meio escolar e na área não disciplinar de Cidadania.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta iniciativa do PPM tem, todavia, virtudes que devem ser consideradas, desde logo a renovada importância que confere às temáticas açorianas e à sua integração no contexto geral dos currículos do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e daqui também para a premência de uma formação contínua de docentes, sobretudo nas áreas da História, Cultura e Geografia dos Açores, coisa que o Governo Regional incompreensivelmente descarta. Mais ainda, despreza.

Por fim, esta iniciativa teve ainda o mérito de comprovar, mais uma vez, que o Governo Regional não honra os compromissos assumidos, nem tão pouco os encargos que o Parlamento lhe determina. Mas isso, há muito, que deixou de ser novidade.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me recordava bem dessa noite, dessa madrugada de 2013, mas estou a ver que estava sozinho nesta sala. É a única explicação.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Nós estávamos cá!

O Orador: Não tenho mais nenhuma explicação lógica para o que aqui está a acontecer.

O PCP disse: “Isto foi votado por unanimidade, mas eu naqueles cinco segundos fatais não estava cá. Provavelmente não estava cá.”

Agora o PSD diz o seguinte: “Nós não concordamos com esta proposta.” Também não estava cá com certeza nessa noite.

Estava eu cá sozinho. Eu não me lembro de estar sozinho, mas eu estava sozinho neste plenário com certeza, porque a verdade é esta. Volto a ler outra vez a proposta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Leia, leia!

O Orador: Outra vez! Tem que ser! Cícero diz “leia o argumento outra vez”.

Então a questão aqui é a seguinte e foi votada por unanimidade (foi votada por unanimidade!) ...

O PCP não estava cá. Já vi que o PSD também não estava cá.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se calhar não estava!

O Orador: Ou então há aqui uma boa tática que eu já descobri que é votar propostas às três da manhã. Agora vou propor coisas absolutamente decisivas e muito importantes para o PPM durante a madrugada, porque a questão é a seguinte: o que foi votado por parte do PSD (foi votado, a menos que não estivesse cá) foi o seguinte - “será adicionada às matrizes curriculares do segundo e terceiro ciclos do ensino básico a partir do ano letivo 2014-2015 a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores.”

O PSD votou isto a favor. O PSD votou esta iniciativa a menos que (e eu não espero isso da parte do PSD) não estivesse nesta sala também.

O PCP não estava. Eu acho que o PSD estava, até porque a ausência do PSD se nota muito mais do que a do PCP, mas a questão é esta ... Eu começo a achar, meus senhores, que isto funcionou assim: o Governo e o Partido Socialista estiveram de acordo com esta proposta.

“Ai, é! Pronto, então nós não concordamos, mas não vamos perder esse comboio, porque isto vai ser um sucesso absoluto criar a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores, que é algo absolutamente fundamental, e nós também subimos a esse comboio.”

Não quero acreditar que as pessoas não tenham votado de forma consciente. Não tenham votado de forma consciente esta proposta!

Portanto, a resposta que eu posso dar ao PSD, com toda a amizade de muitos anos, mas a verdade é essa: há uma incongruência absoluta e total em relação à vossa posição em 2013 e a vossa posição neste debate.

Eu não posso deixar passar isso em claro, como também não deixei passar isso em claro em relação ao PCP e em relação ao incumprimento por parte do Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A consideração pessoal e institucional que é devida ao Sr. Deputado Paulo Estêvão justifica esta intervenção e que a faça com a frontalidade e a sinceridade que procuro pôr sempre nas minhas intervenções. Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão a interpelação que acabou de fazer ao Grupo Parlamentar do PSD podia ser contornada com uma eventual saída da sala, coisa que era mais difícil nós todos fazermos, ou até de justificá-la pessoalmente com uma ausência temporária. Podíamos usar outros argumentos como já aqui ouvimos de outras bancadas, mas certamente

que o Sr. Deputado não espera e não vai ter uma resposta nesses termos do PSD.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Efetivamente nós votámos a favor desta proposta ainda que não o quiséssemos efetivamente fazer e que isso não correspondesse a um entendimento que nós temos desde 2010. Foi um lapso de votação, foi um erro que nós assumimos sem qualquer problema e, portanto, se for necessário fazer como Egas Moniz de colocar a corda no pescoço também o faremos para que isso satisfaça alguém que aqui está.

Portanto, nós errámos. A nossa posição sobre esta matéria é clara. Cada vez que se discutiu esta matéria o PSD, como está a fazer novamente, foi muito claro na sua abordagem ao assunto, foi muito claro a definir a sua posição, porque convém ter presente também a circunstância da votação deste aditamento ao orçamento da Região de 2014. Fizemo-lo não só tarde, mas também (e isso não é justificação) fizemo-lo sem qualquer discussão da matéria que efetivamente estávamos a votar. Isso não iliba o erro da nossa votação que voltamos a assumir, agora cada vez que o PSD interveio sobre esta matéria tenha-o feito em 2010 (e eu cá não estava, portanto, estou ilibado de qualquer situação), toda a posição do PSD pronunciada em 2010 e aquela que voltamos a fazer hoje quando esta matéria efetivamente está a ser discutida, está a ser esmiuçada, nós estamos a ver das suas totais implicações, não tivemos dúvidas em nenhum desses momentos de dizer que somos a favor da inclusão de conhecimentos, de temáticas e de conteúdos relacionados não só com a história, não só com a geografia, nem com a cultura, mas com outros domínios que vão da vulcanologia, da geologia, da própria literatura que não está expressa no documento produzido por essa comissão criada por

despacho da Secretaria Regional da Educação e Cultura (e nós consideramos que essa é uma lacuna grave que esse trabalho apresenta e que deve ser suprida por orientações e que não consta por isso mesmo também da proposta do Sr. Deputado Paulo Estêvão) é inadmissível que não se façam abordagens à literatura da temática açoriana e aos vultos da nossa literatura dos quais eu mencionei apenas alguns.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor não estava sozinho na sala, o PSD estava cá, enganou-se, mas pior do que enganar-se é, como fazem alguns, querer manter-se no erro. Nós enganámo-nos uma vez, não nos voltamos a enganar e somos coerentes com a posição que sobre esta matéria já havíamos assumido em 2010 e nas outras vezes que o Sr. Deputado fez a mesma proposta a este Parlamento.

Portanto, se há aqui algum problema de incoerência não é da nossa parte. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Sra. Presidente, eu na realidade não ia intervir sobre estas duas iniciativas do PPM e o Bloco de Esquerda mantém a sua votação em anos anteriores (já não sei quantas vezes, já foram tantas para trás) e, portanto, irá votar favoravelmente.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me que diga alguma coisa.

O que se está a passar aqui é absolutamente *sui generis* e eu neste momento desejaria que muitos açorianos e açorianas estivessem a fazer outra coisa qualquer e não a ver aquilo que se está a passar nesta sala.

Nós já tivemos de tudo aqui. É uma banda desenhada. Temos um deputado que está e não está, com um estalo de um dedo, tipo homem fantasma. Temos uma quantidade de deputados (vinte, presumo) que também estiveram, mas não estiveram e se estiveram, estiveram mal, e se estiveram mal agora dizem que estiveram mal e era a hora e porque nós votámos muito tarde ...

Oh, Sras. e Srs. Deputados, nós votamos sempre tarde os planos e orçamentos. É anual. Faz parte do ritual desta Casa.

Portanto, atirar para a hora tardia a possibilidade de erro é pôr em causa muita coisa, Sras. e Srs. Deputados. Talvez seja melhor encontrar uma outra argumentação e dizer pura e simplesmente sem mais, sem nenhum tipo de literatura, que “mudámos de opinião”.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas não mudámos!

A Oradora: É tão simples quanto isto. O povo é capaz de perceber isto. As pessoas inteligentes mudam de opinião.

Agora, não mudam conforme a hora tardia ou menos tardia, nem pensam agora de uma maneira e doutra sem ninguém perceber porquê.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, voltando ao princípio: o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente. Do ponto de vista da coerência penso que não haverá nada a dizer e pede às Sras. e aos Srs. Deputados que dentro das convicções de todos os seus ...

Ah! Falta-me ainda referir o Partido Socialista que não cumpriu o prometido, que também é uma história engraçada.

Tudo isto parece uma telenovela mexicana, Sras. e Srs. Deputados.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas já dissemos que estávamos a cumprir!

A Oradora: Por favor! A comissão já disse que sim. Há uma comissão científica. Isto está aprovado. O Partido Socialista está a cumprir, o Governo também.

O que é que nós estamos aqui a fazer então?

Sras. e Srs. Deputados, peço desculpa por esta análise provavelmente injusta para todos e para todas, mas foi aquela que se me ofereceu fazer neste momento.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários:

Sem querer contrariar esta lição que a Deputada Zuraída Soares pretendeu dar ao plenário, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não foi uma lição, foi uma constatação!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Factos!

A Oradora: Então vamos lá aos factos. Então vamos aos factos!

Uma iniciativa semelhante a esta que estamos a discutir veio aqui, como eu já referi, em 2010 e não foi votada de madrugada e a votação foi a seguinte: PS, contra; PCP, contra; PPM, a favor; PSD, abstenção; CDS-PP, abstenção; Bloco de Esquerda, abstenção.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas o que é que isso quer dizer?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade há aqui duas referências que têm de ser feitas.

Em primeiro lugar esta proposta que foi votada no âmbito do Plano e Orçamento era uma proposta absolutamente clara e diferente da de 2010, porque concretizava do ponto de vista da criação da disciplina na matriz curricular. Portanto, é com um conteúdo diferente.

Apesar de tudo considero que há aqui uma questão que é muito relevante e que a Sra. Deputada Zuraida Soares já referenciou.

É que esta votação foi feita no âmbito do Plano e do Orçamento que são os dois documentos mais importantes que são votados neste Parlamento. São os dois documentos mais importantes que são votados neste Parlamento!

Portanto, neste sentido não é admissível que alguém possa dizer que estava distraído, porque se isso aconteceu, se estava distraído, o que tinha a fazer era remeter um comunicado no dia seguinte, ou logo que se apercebesse do erro, a dizer que tinha sido um erro cometido por parte da bancada do ponto de vista da votação, porque colocar em causa a forma como decorrem as votações no âmbito do Plano e Orçamento é colocar em causa (em que são votados milhões de euros, programas com milhões de euros, os assuntos de maior responsabilidade que são votados todos os anos no âmbito do Parlamento dos Açores) muita coisa, como bem diz a Sra. Deputada Zuraida Soares e aqui temos que ser absolutamente frontais. Esta proposta foi votada por unanimidade, por todos os partidos. Eu interpretei esta unanimidade tendo em conta a postura do Governo Regional de aceitação em relação a esta medida e da parte do Partido

Socialista, tendo alterado a sua posição em relação a esta questão e nesse sentido os partidos, os outros partidos, também votaram favoravelmente.

O que eu considero que é bastante importante é o seguinte: é nós mantermos a coerência em relação às posições que defendemos, em todos os momentos e se alguma vez alterarmos a nossa posição, que é legítimo, com novos factos, novas interpretações, novas posturas, uma análise diferente, isso também é legítimo. Eu já mudei de opinião em alguns assuntos.

O que não se pode dizer, o que não é legítimo dizer é que não se votou aquilo que se votou efetivamente, ponto número um; ou então enganámo-nos. Isso também não é aceitável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente. Para uma breve intervenção neste debate.

É absolutamente extraordinário aquilo que se está aqui a passar e eu acho que as pessoas podem obviamente mudar de opinião, agora não podem é fazer que não estiveram aqui e a proposta de 2010 não é exatamente igual à proposta seguinte que foi votada no Plano e Orçamento, porque essa de 2010 era genérica, criava apenas a disciplina se bem me lembro e a outra concretizava efetivamente a disciplina na sua carga, etc., explicava melhor.

Nós votámos favoravelmente na altura e não desaparecemos, não nos metemos numa cabine telefónica, não nos travestimos de nada, estávamos presentes, continuamos presentes.

Portanto, o que acho absolutamente extraordinário (e é isso que desacredita a política e leva à abstenção) é “conforme o toque assim é a

dança” e enquanto as pessoas perceberem que não estamos aqui por convicções, a defender princípios, mas estamos conforme o toque e assim dançamos, porque tenho a certeza que se não estivéssemos em vésperas de eleições o PSD não teria esse comportamento, o PCP não teria esse comportamento, ... **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Está enganado! Pela parte que toca ao PCP está enganado!

O Orador: ... e o PS teria cumprido naturalmente aquilo a que se comprometeu num despacho, numa comissão científica que tem de cumprir aquilo que foi ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não estou a perceber!

O Orador: Ou então andamos todos aqui a brincar que é o que me parece que está a acontecer com o devido respeito de todos.

Parece-me, quanto a nós, que se na disciplina de Cidadania não aumentando a carga horária dos 45 minutos, ou dos 90 minutos da disciplina de Cidadania, se incluir história dos Açores, parece-me que também pode ser Cidadania e pode ser útil aos alunos.

Portanto, sem aumentar a carga horária haveria maneiras de introduzir e faz falta sobretudo quando vêm para aqui propagar, propalar os pais da autonomia, a nossa autonomia e vêm falar e quando se quer falar de história dos Açores, quando se quer que os nossos alunos aprendam história dos Açores já não é possível.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não é possível o quê? É na disciplina de Cidadania!

O Orador: Já não é possível!

Portanto, não é com cinco minutos. É com uma cadeira estruturada sem aumentar a carga horária, porque está tudo com medo é de aumentar a carga horária. Está tudo aqui com paninhos quentes, mas a questão é esta:

é ou não é importante ensinar história e cultura dos Açores nas escolas da nossa Região?

A questão é esta.

Ou a questão é tática eleitoral?

Ou a questão é tática de cedência ao *lobby* 'a' ou ao *lobby* 'b'?

Portanto, é isso que temos de ver, é isso que desacredita a política e é isso que leva à abstenção. São os tacticismos eleitorais, é a captação de votos e depois para o ano até mudamos de opinião, porque estamos sempre a tempo de mudar de opinião.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e Deputada Graça Silveira (CDS-PP):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A comissão científica e pedagógica criada pelo despacho 1311/2014 de 30 de julho, encarregue da apresentação de orientações curriculares e metodológicas para o ensino da História, Geografia e Cultura dos Açores nos segundo e terceiro ciclos do ensino básico apresentou três sugestões fundamentais: que não houvesse acréscimo da carga horária por já ser excessiva no segundo ciclo e sobretudo no terceiro ciclo; que a avaliação fosse qualitativa, isto é, sem influência na avaliação final pelo menos até à concretização da lecionação de todos os novos conteúdos em 2020-2021; e que se procedesse à prévia formação dos docentes.

A Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Educação, considerados os argumentos da comissão e também os pareceres e as opiniões de muitas escolas e de muitos professores que sobre o assunto se pronunciaram em reuniões ocorridas na generalidade das unidades orgânicas do sistema educativo regional no decurso de 2014-2015 decidiu ainda que os currículos não seriam acrescidos de mais uma disciplina, isto é, de mais uma disciplina nova a somar às muitas já existentes, 10 no segundo ciclo e 13 no terceiro ciclo. Em vez disso, dadas as vantagens pedagógicas e curriculares, a nossa opção consistiu na integração dos novos conteúdos, das novas temáticas de História, Geografia e Cultura dos Açores na área curricular não disciplinar de Cidadania. Quer tudo isto significar que em nossa opinião nos Açores pode resultar prejuízo quer do acréscimo de horas letivas no segundo e terceiro ciclos, porque a carga horária é já superior à do continente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já está aprovado, mas não deu resultado nenhum!

O Orador: ... a saber: no segundo ciclo de 31 a 33 blocos de 90 minutos nos Açores, sem contar com o crédito horário de 90 minutos afeto nas escolas que o solicitaram às disciplinas de Português e de Matemática, contra 30 a 31 blocos de 90 minutos no continente com ou sem Educação Moral e Religiosa; no terceiro ciclo, 51 a 54 blocos de 90 minutos nos Açores, sem contar com o crédito horário de 90 minutos afeto nas escolas que o solicitaram às disciplinas de Português e de Matemática contra 51 a 51,5 blocos de 90 minutos no continente com ou sem Educação Moral e Religiosa.

Quer tudo isto significar que em nossa opinião nos Açores, dizia, pode resultar prejuízo quer no acréscimo de horas letivas nos segundo e terceiro ciclos, porque a carga horária já é superior à do continente, quer do acréscimo de disciplinas, este traduzido na atomização curricular, isto é, na multiplicação das áreas de intervenção a causar a dispersão da capacidade de concentração e de interesse dos nossos estudantes.

De resto é de todo adequada a introdução de temas e de conteúdos de História, Geografia e Cultura dos Açores na área curricular não disciplinar de Cidadania ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que, como previsto no referencial curricular para a educação básica na Região Autónoma dos Açores, insiste na promoção dos nossos valores históricos e naturais, condição indispensável ao entendimento da açorianidade.

Em matéria de organização da atividade letiva, em vez da lecionação de 45 minutos semanais de temas e de conteúdos de História, Geografia e Cultura dos Açores em cada um dos anos do segundo e terceiro ciclos a opção recaiu na atribuição de um horário de 90 minutos semanais, num ano único ano de cada um dos ciclos para evitar a sobreposição das matérias em Cidadania de novo em prejuízo da concentração dos alunos.

Em reunião com a comissão científica e pedagógica acordou-se na lecionação desses 90 minutos no 6.º ano no segundo ciclo e no 8.º ano no terceiro ciclo. Além disso, assentou-se que no segundo ciclo a docência ficaria a cargo de um par pedagógico a sair dos grupos de recrutamento 200, Português e Estudos Sociais, História, e 230, Matemática e Ciências, e que no terceiro ciclo a docência ficaria a cargo dos professores de

História do grupo de recrutamento 400 e de Geografia do grupo de recrutamento 420.

Finalmente, sobre a prévia formação dos docentes, após uma fase de planificação com a Universidade dos Açores, vai agora ocorrer no termo deste ano letivo 2015-2016, para não lesar a atividade do docente, uma formação primeiro destinada aos professores dos grupos disciplinares que em 2016-2017 lecionarão o segundo ciclo.

Além disso, a formação será ministrada em regime de oficina e de *b-learning*, com uma componente presencial, depois com acompanhamento através do *moodle* para que a implementação da docência seja supervisionada pelos formadores da universidade que participarão na elaboração e no teste dos meios pedagógicos que ficarão disponíveis na plataforma de recursos pedagógicos da Direção Regional da Educação.

Para além dos temas e dos conteúdos propostos pela comissão, solicitámos também à Universidade dos Açores formação sobre o mar, dada a sua relevância no passado e seguramente no futuro dos Açores.

Entre os desígnios da Direção Regional da Educação para a lecionação de temas e conteúdos de História, Geografia e Cultura dos Açores e os projetos de resolução e de decreto legislativo regional apresentados pela Representação Parlamentar do PPM, eu diria que há aproximação na substância e afastamento na forma.

Todos nós comungamos das vantagens de conferir aos estudantes um conhecimento aprofundado acerca das especificidades histórica, geográfica, económica, social, cultural e político-administrativa dos Açores. Simplesmente o Deputado Paulo Estêvão propõe uma alteração da matriz curricular do segundo e terceiro ciclos do ensino básico com a criação de uma disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores

lecionada do 5.º ao 9.º anos com uma carga horária de 45 minutos por semana obtida à custa da redução da carga horária de Cidadania que passaria de 90 minutos semanais para 45 minutos semanais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então não há aumento da carga horária!

O Orador: Por tudo aquilo que já se disse, e pese embora o facto dos projetos do PPM não acrescerem a carga horária do segundo e do terceiro ciclos do ensino básico, continuamos a preferir a não criação de uma disciplina nova traduzida em reformulação da matriz curricular do ensino básico a requerer em devido tempo maior atenção.

Mantemos também a crença que o acréscimo das intervenções letivas gera muito maior dispersão da atenção dos estudantes.

A terminar diria: bom seria que nos entendêssemos no essencial, isto é, na leção de conteúdos atualizados de História, Geografia e Cultura dos Açores aos nossos alunos, bom seria que condescendêssemos no acessório, isto é, na forma de enquadramento curricular das matérias atinentes à História, Geografia e Cultura dos Açores.

Em conclusão, a leção de temas e conteúdos de História, Geografia e Cultura dos Açores encontra-se assegurada. Estas iniciativas parlamentares são eventualmente dispensáveis.

Muito obrigado.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

De facto, há acordo sobre uma parte desta matéria que estamos a analisar: é o acordo objetivo, sincero, julgo que profundo sobre a necessidade dos nossos alunos terem conhecimentos mais aprofundados sobre aquilo que nos identifica como povo.

Mas, porventura, encontraremos mais pontos de acordo e um deles será, seguramente, sobre o falhanço da operacionalização do chamado currículo regional, um currículo cujos princípios orientadores foram aprovados aqui em 2003, operacionalizado em 2010 e ainda hoje incapaz de dar a resposta efetiva àquilo que eram e são os objetivos nele contidos, porque se efetivamente os objetivos do currículo regional tivessem sido conseguidos, tivessem sido eficientes, não haveria a necessidade desta proposta do PPM, que é muito legítima, mas de uma proposta que vai no sentido de introduzir nas nossas escolas estes conhecimentos, porque o próprio currículo regional tinha a latitude suficiente, abria as portas, visava exatamente fazer o enquadramento dos conhecimentos a partir da realidade regional e só porque assim não aconteceu é que continua a haver esta lacuna e esta necessidade. Isso não aconteceu, esse desiderato não foi alcançado, precisamente porque o Governo Regional depois de uma operacionalização que foi pouco além da produção de muita literatura e de pouco de concreto para o trabalho, para o dia-a-dia da lecionação, descansou, descansou à sombra de uns *lobbies* que efetivamente não o eram.

Aqui chegados continuamos confrontados com esta lacuna, mas do nosso ponto de vista esta lacuna pode e deve ser resolvida não segundo a proposta do Governo Regional, porque há aqui questões de operacionalização que se levantam e para as quais se pedia algum esclarecimento ao Governo Regional.

Desde logo, esta matriz de referência que está prevista para estes conteúdos não faz uma única referência à literatura da temática açoriana, não faz uma única referência a um escritor açoriano.

É matéria que devemos descurar?

É matéria que deve estar fora destes objetivos que é a de dar a conhecer mais e melhor aquilo que fomos e aquilo somos?

Julgo que não, mas há uma ausência também completa relativamente às artes performativas e temos da música à dança, à pintura, à escultura nomes maiores nas artes portuguesas que também devem ser referenciados, que devem ser conhecidos e estudados pelos nossos alunos.

Isto fica de fora porquê?

Depois, levantam-se os tais problemas de operacionalização. Retirar, ou melhor dizendo, substituir os conteúdos referenciais de Cidadania do 6.º e do 8.º anos significa privar os nossos alunos de muita coisa.

Vou dar um exemplo no 6.º ano de que é que os nossos alunos ficarão privados. Ficarão privados de abordar questões como esta: a importância da verdade como suporte da confiança e a procura do entendimento nas relações interpessoais, ou de como resolver divergências de forma assertiva negociada no âmbito dos conflitos interpessoais, ou fazer a abordagem de cidadania portuguesa e europeia referindo as liberdades e as garantias dos cidadãos portugueses consignadas na Constituição Portuguesa, as responsabilidades de ser membro de uma comunidade de cidadãos portugueses, a cidadania europeia como complemento da cidadania nacional, a participação na dinâmica da União Europeia, a importância de pensar e de agir face aos mais oprimidos, desfavorecidos e abandonados, a colaboração com a ação humanitária das organizações

não governamentais, o enquadramento histórico da produção da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ...

Deputada Graça Silva (PS): Humanos!

O Orador: Direitos Humanos!

... organizações que promovem os direitos humanos, a obesidade psicossomática que é um problema que aflige muito uma parte significativa da população escolar dos nossos estabelecimentos de ensino, conhecer e respeitar os que padecem de doenças, de distúrbios do comportamento alimentar ... E podia continuar falando, por exemplo, da dimensão ética da sexualidade humana, das diferentes orientações sexuais, diversidade e respeito.

Estas e outras matérias, estes e outros temas serão retirados, serão excluídos da formação dos nossos alunos, porque razão?

Que gestão é que o Governo Regional prevê fazer destes referenciais que são do currículo regional?

Portanto, sem se fazer a alteração da legislação que suporta e que dá corpo ao currículo regional, o Governo vai fazer uma alteração a seu belo prazer e sabe-se lá com que critérios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou intenções!

O Orador: Por fim, convém dizer que nas virtudes, como já sublinhei, desta proposta do PPM está a constatação mais uma vez do incumprimento do Governo Regional.

O incumprimento do Governo Regional é sobre aquilo com que se comprometeu, é sobre aquilo que lhe foi determinado pela Assembleia e é sobre aquilo que ele próprio disse que ia fazer.

Num requerimento feito ao Governo Regional sobre este assunto o Governo disse que ia iniciar neste ano letivo que agora se conclui a

formação de docentes. Pois, não se avançou, nem se avançou com a produção de materiais didáticos para estarem disponíveis para os docentes que efetivamente venham a fazer a lecionação destes conteúdos. Uma questão que eu gostava de ver esclarecida pelo Sr. Secretário Regional é aquela que diz respeito às orientações que foram dadas às escolas agora que começam a preparar o lançamento do novo ano letivo sobre a lecionação destes conteúdos.

O Sr. Secretário indicou os grupos disciplinares, julgo que há matérias que no âmbito de uma História, Geografia e Cultura dos Açores vão para além dos grupos disciplinares que referiu, nomeadamente os grupos de Português e Estudos Sociais, de Matemática e de Biologia no segundo ciclo e de História e de Geografia no terceiro ciclo, nomeadamente pelas lacunas que já referi aqui da literatura e das artes performativas entre outros domínios, portanto, que orientações foram dadas?

Que impacto isto vai ter na carga horária dos professores e consequentemente nos quadros de escola?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado tem duas áreas: uma área em que eu concordo, outra área em que eu discordo.

Vou começar primeiro pela discordância.

Do ponto de vista das referências a temas no âmbito da cultura quero referenciar o seguinte, por exemplo, tem aqui ...

É evidente que nenhum trabalho está completo. Isto verifica-se e por aqui se pode verificar que de facto existiam um conjunto de lacunas ao longo de todos estes anos em termos de aprendizagens para os Açores, dos alunos açorianos, muito, muito grande. Portanto, é evidente que isto pode ser melhorado, mas em relação à cultura, Sr. Deputado, no campo cultural está aqui referenciado o seguinte, que serão estudados os autores e as obras de referência.

Esta questão está aqui referenciada. Está, está! E até está referenciado no meu projeto de resolução e também voltam a estar no 9.º ano referenciados os percursos da cultura contemporânea. A primeira referência é em relação ao 8.º ano, a segunda referência é em relação ao 9.º ano. Portanto, essas temáticas estão consideradas.

A segunda questão é a questão em que eu concordo com V. Exa. eu considero que é fundamental, há um conjunto de temáticas que estão a ser lecionadas no âmbito da Cidadania que se devem manter. Por isso mesmo é que o projeto e a matriz curricular que nós apresentamos mantêm Cidadania e cria um espaço para a aprendizagem destas temáticas e como V. Exa. bem referenciou o currículo regional não funcionou e o Governo Regional acabou no discurso do Sr. Secretário Regional de dizer exatamente a mesma coisa, que é necessário melhorar nesse contexto.

Portanto, se o currículo regional não funcionou, se este projeto do Governo restringe e acaba por retirar do currículo aprendizagens que são absolutamente fundamentais no âmbito da Cidadania, este projeto que o PPM aqui apresenta é um projeto que mantém esses conteúdos de Cidadania, melhora de facto a aprendizagem que não estava a ser efetuada no âmbito do currículo regional e permite a aprendizagem destes sistemas.

Portanto, eu penso que a pertinência e a racionalidade da proposta ficaram aqui bem demonstradas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Apenas alguns esclarecimentos curtos.

Foi colocada aqui a questão da formação, se existe, se não existe, se já foi feita, se não foi feita.

A formação vai ser feita agora. A formação que vamos conferir aos professores que ficarão encarregues da lecionação dos temas de História, Geografia e Cultura dos Açores é uma formação que no seu todo corresponderá a 176 horas e meia, a 8.7 créditos e que se fará, como eu disse na minha primeira intervenção, em regime de *b-learning*, ou seja, com sessões presenciais e com trabalho à distância.

O primeiro momento de formação presencial decorre de 11 a 15 de julho próximo, na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, composto por 35 horas de formação.

O segundo momento de formação presencial ainda não está aprazado. Ocorrerá, entretanto, entre junho e julho de 2017, decorrerá também na Universidade dos Açores. Será composto por um módulo de 14 horas destinado fundamentalmente a fazer o balanço da atividade desenvolvida também para teste dos recursos pedagógicos que entretanto tenham sido e foram necessariamente produzidos.

Ao longo de ano haverá um acompanhamento dos formandos via *moodle*, calculando-se que esse acompanhamento se cifre em cerca de 60 horas por formando.

Esta formação, este acompanhamento via *moodle*, destina-se a monitorizar a implementação das orientações curriculares e dos recursos pedagógicos elaborados pelos próprios formandos.

Estima-se um tempo de 67 horas e meia de trabalho autónomo de cada formando para seleção, construção, avaliação de recursos pedagógicos, tarefas, eventualmente cumpridas em parceria com docentes da mesma escola.

Quanto aos formandos, nesta primeira leva, e porque no próximo ano letivo os conteúdos serão ministrados no primeiro ciclo, no âmbito do 6.º ano, são docentes de História, do grupo 200, e de Ciências da Natureza, do grupo 230.

Um docente por cada grupo, um docente por cada grupo de cada uma das 30 unidades orgânicas com segundo ciclo. Depois estes formandos farão a replicação da formação nas suas escolas junto, portanto, dos seus colegas e as três escolas particulares com segundo ciclo, nomeadamente os Colégios de Santa Clara, na Terceira, do Castanheiro e de São Francisco Xavier, em Ponta Delgada, participarão nessa replicação da formação na escola pública que lhes ficar mais próxima.

Quanto à equipa de formação, como eu disse, é da Universidade dos Açores, é composta por quatro professores, sendo eles Raquel Dinis, Susana Goulart Costa, João Porteiro e Paulo Borges.

Para terminar, o Sr. Deputado Joaquim Machado levantou, portanto, algumas questões sobre os conteúdos que estão individualizados.

Obviamente que a comissão individualizou conteúdos. Esses conteúdos são um indicativo, um indicativo fundamental. Claro que tudo isso será obviamente complementado na fase da formação e uma coisa é certa: cultura, obviamente que não se dá cultura quer seja dos Açores, ou de qualquer um outro lugar sem se falar naturalmente em literatura e em literatos, sem se falar necessariamente em escritores.

Todos de uma só vez? Obviamente que não.

De acordo com as opções dos formadores e dos formandos necessariamente.

O Sr. Deputado Joaquim Machado lembrou coisas que deveriam ser aqui colocadas, eventualmente com lógica, que eu não discuto. Agora, uma coisa é certa: não se pode “meter o Rossio na Betesga” e não há nenhuma solução que seja efetivamente ótima. O que nós procuramos são boas soluções e estou seguro de que esta é uma boa solução.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Registo em primeiro lugar que mais uma vez o Governo Regional utilizará para efeitos de formação de docentes aquela velha metodologia do século XIX que entre nós se prolongou durante o Estado Novo que é do ensino mútuo, em que os mais avançados ensinam aos que vão mais atrás, onde os alunos da 4.º classe ensinavam o da 3.º classe e assim sucessivamente.

Portanto, este sistema de replicação de formação é uma forma acelerada e mal de resolver um problema exatamente por inércia, por incompetência e incapacidade do Governo Regional em promover a tempo e horas a formação de docentes nestes domínios.

Feito este registo tenho também de sublinhar que fiz uma pergunta muito pertinente, creio, aliás na qual fui acompanhado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que ficou sem resposta, que é: o que acontece aos conteúdos referência do currículo regional para a área curricular não disciplinar de Cidadania, nomeadamente aqueles que eu aqui mencionei, que seria abordados no 6.º ano de escolaridade, que são determinantes algumas das matérias aqui incluídas e mencionadas e que nós não sabemos que destino terão e que estratégia pretende o Governo Regional adotar para obviar esta oblação que vai ser feita destes conteúdos?

Entendemos que matérias como distúrbios alimentares, como o respeito pela orientação sexual, pelas diferenças, pela cidadania, pela participação europeia, pelos direitos consignados na Constituição Portuguesa, que não são conteúdos levianos e, portanto, não são conteúdos desprezíveis, que possam ser retirados, ou que possam ficar aqui numa espécie de limbo sem saber que destino terão.

Portanto, o PSD requiere naturalmente informações sobre esta matéria, porque se o Governo Regional tem o trabalho de casa, como diz ter, tão adiantado sobre a preparação e a operacionalização da introdução destes conhecimentos sobre História, Geografia e Cultura dos Açores já a partir do próximo ano letivo, coisa que já devia ter acontecido em 2014 (sublinho! No mínimo! Se tivesse cumprido a determinação do Parlamento, bem ou mal, com a votação que fizemos, isto já está assumido, alguma coisa devia ter sido feita) e de facto não se avançou.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E fazia-se à socapa!

O Orador: Não se avançou nomeadamente no primeiro ano, porque só depois do Sr. Secretário posse, substituindo outra pessoa que esteve no cargo, é que efetivamente algo começou a ser feito, porque até aí nada tinha avançado.

Mas, em síntese, Sr. Secretário, estamos de acordo com a lecionação destes conhecimentos nas nossas escolas, entendemos que eles são mais úteis, são mais eficazes se tratados no âmbito de cada disciplina, desde que para isso os professores tenham efetivamente a formação, uma formação que já devia ter sido feita e que importa fazer em moldes mais eficazes do que aqueles que aqui nos apresentam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para aquela que é a minha última intervenção sobre esta matéria para referenciar o seguinte.

No que diz respeito a um pequeno partido como o PPM o nosso sentido de urgência é sempre muito maior.

Com certeza o PS continuará aqui, com certeza o PSD continuará aqui, o CDS, o Bloco continuará aqui, o PCP já tenho algumas dúvidas, ...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

... mas a questão fundamental é a seguinte.

O sentido de urgência que nós temos nestas matérias é muito grande, porque eu não sei se a partir de novembro o PPM continuará presente neste Parlamento. Foi uma enorme honra ao longo destes oito anos, mas devo dizer o seguinte ...

Deputado André Bradford (PS): O seu discurso mudou imenso!

O Orador: É uma possibilidade como qualquer outra. O povo é que sabe. A questão fundamental é a seguinte: é sair daqui com a consciência tranquila que este assunto não estava resolvido nas nossas escolas e todos os que trabalham nas nossas escolas sabem disso, os nossos alunos são os primeiros e os pais sabem que não estavam a aprender os conteúdos dos Açores.

Dizem-me que podiam ser articulados no âmbito das aprendizagens que atualmente já se estão a realizar. Isso também não é verdade, embora não seja um problema que se consiga resolver no âmbito da nossa autonomia, porque nós não podemos alterar os programas. Os programas são extensíssimos, não fazem sentido.

Os professores neste momento ... E isso é uma das causas, por isso é que o currículo regional não funcionou, é porque os programas são tão extensos que com muita dificuldade os professores conseguem concluir a leção dos atuais programas e essa é uma matéria que não nos cabe a nós resolver no âmbito deste Parlamento, não temos competências nessa matéria.

Portanto, construir um currículo regional no âmbito de programas, no contexto de programas extensíssimos que não se conseguem cumprir, é uma impossibilidade prática.

Por isso, nós temos vindo a defender esta solução. Continuo a achar que é a melhor.

É evidente (tenho que reconhecer) que nem tudo fica igual. No âmbito da proposta do Partido Socialista e que o Governo vai agora implementar ... Não é do Partido Socialista, peço desculpa, é do Governo! ... há de facto uma evolução nesta matéria, embora seja uma evolução que é algo que é alterável, porque o próximo titular da pasta, não sei se será o mesmo, o Governo pode ter outra orientação e os conteúdos podem ser rapidamente redefinidos. Portanto, não é uma solução sólida. Não é uma solução sólida!

Outra coisa é aquela posição que foi aqui votada em 2013, essa sim era uma posição política clara adotar o ensino da História, Geografia dos Açores no âmbito das matrizes curriculares no ensino básico. Essa sim era uma opção política clara. Esta opção é uma opção que fica a meio caminho, mas não é uma opção sólida e é muito vulnerável a uma evolução política diferente.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Dito isto, Sra. Presidente, termino referenciando o seguinte: para mim neste assunto, não noutros, que não consegui chegar lá ou não tive a capacidade para chegar lá, termino de consciência tranquila. Eu acho que fiz aquilo que era possível e se cá estiver na próxima legislatura vou continuar a insistir para que os alunos dos Açores realizem estas aprendizagens que acho que são muito importantes para a defesa da identidade dos Açores, para que os nossos alunos conheçam a nossa história, conheçam a nossa realidade. Eles já têm muito orgulho dos Açores, mas depois de conhecerem a história dos Açores, depois de a conhecerem ainda vão ter mais orgulho.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Também seguramente a última intervenção para fazer dois registos.

O primeiro é de que a improvisação tem sempre atabalhoamentos e de facto o Governo Regional está a improvisar neste domínio não tendo ideias claras, porventura, até nem tendo ideias do que vai acontecer a estes conteúdos da área da Cidadania que atrás referi.

Considerar que isso é grave, este silêncio do Governo Regional é grave, porque tem de ser lido e interpretado como não sabendo o que vai fazer.

Ficámos a saber que o Governo Regional não sabe o que vai fazer quanto a estes conteúdos da Cidadania, porque se não tê-lo-ia dito aqui. Teve e tem oportunidade para o fazer ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): É inacreditável!

O Orador: ... e se não o diz aos representantes do povo dos Açores é porque não está em condições de poder dizer exatamente que rumo esta área curricular não disciplinar vai tomar a partir do próximo mês de setembro.

O segundo registo é para a circunstância de se retirarem abordagens, o tratamento de temáticas que são importantes no contexto social da nossa Região, uma Região onde os níveis de violência doméstica são elevadíssimos, onde os abusos sexuais de menores têm taxas percentuais que também não nos honram em sítio nenhum, onde a prevalência de gravidez na adolescência é enorme, ...

Deputado Francisco César (PS): Onde isso já vai!

O Orador: ... onde há uma baixa participação política em muitos domínios e estas são realidades que convocam a participação da escola e a instituição escolar convocada exerce a sua função precisamente na área curricular não disciplinar da Cidadania e essa obliteração que se vai fazer por via da substituição de conhecimentos para nós é preocupante.

Salve-se, todavia, uma coisa e sobre esta estamos de acordo, que são os conhecimentos e as aprendizagens que os nossos alunos porventura daqui em diante farão sobre as realidades que nos identificam como povo nestes cinco séculos de história. Que se salve ao menos isso!

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Não tinha intenção de voltar ao debate. Uma intervenção muito rápida.

Daqui para o futuro a Cidadania terá um rumo como sempre teve. Aliás, como sabe (e sabe certamente o Sr. Deputado Joaquim Machado), não há temas obrigatórios por anos, há sim sugestões. As escolas escolhem as áreas de orientação para a Cidadania e certamente que no diálogo com a tutela se encontrarão as soluções mais adequadas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então, Sras. e Srs. Deputados, passar à votação em separado, naturalmente.

Coloco à votação na generalidade o Projeto ...

Sras. e Srs. Deputados, está à votação na generalidade o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 60/X.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos agora votar o Projeto de Resolução n.º 146/X.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 31 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo.

Queria apenas informar a câmara que terei de me ausentar por compromisso de agenda e como tal serei substituída pelo Sr. Vice-Presidente, Humberto Melo, a partir da hora de retorno dos trabalhos.

Vamos interromper por 30 minutos. Regressamos às 18 horas e 5 minutos.

Eram 17 horas e 36 minutos.

(Após o intervalo, a Sra. Presidente da ALRAA foi substituída na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Humberto Melo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço o favor de ocuparem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 17 minutos.

Vamos dar início à discussão do **Projeto de Decreto Legislativo**

Regional n.º 63/X – “Reformas antecipadas”, do Grupo Parlamentar do CDS e para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A evolução estrutural da agricultura na Europa tem-se pautado por um decréscimo contínuo do “peso” da agricultura na atividade económica, por uma diminuição da capacidade geradora de emprego e por um decréscimo no número de agricultores acompanhado por um aumento na dimensão média das empresas agrícolas.

Neste sentido, um dos principais objetivos da vertente socio-estrutural da Política Agrícola Comum (PAC) foi o de promover a modernização da agricultura e o rejuvenescimento do tecido empresarial através do apoio à instalação de Jovens Agricultores. Em Portugal as políticas de apoio à instalação e ao investimento de jovens agricultores iniciaram-se em 1986,

com a entrada para a Comunidade Económica Europeia e foram postas em prática através dos mecanismos previstos na PAC.

As medidas da União Europeia a favor dos Jovens Agricultores têm sido fundamentalmente medidas estruturais, como é o caso do regime de apoio à primeira instalação e ainda as ajudas à formação profissional e à assistência técnica. No entanto, a legislação comunitária foi sendo progressivamente alterada e adaptada às novas realidades, tendo uma das medidas de apoio à cessação de atividade, a reforma antecipada, que beneficiava indiretamente os jovens agricultores, deixado de vigorar no atual quadro comunitário de apoio 2014-2020.

Neste sentido, considera-se fundamental a criação de apoios públicos no sentido de incentivar o rejuvenescimento do sector, e que por essa via se promova uma modernização da agricultura e conseqüentemente a sustentabilidade do sector, um dos principais pilares da economia dos Açores.

Considerando ainda que foi aprovada, no âmbito do Plano e Orçamento para 2016, uma proposta do CDS-PP para o reforço dos apoios a conceder no âmbito da Medida 2.2.7. “Modernização das Explorações Agrícolas - Reforma Antecipada”, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta o seguinte Projeto de Decreto Legislativo Regional, que estabelece as regras aplicáveis aos apoios a conceder no âmbito das Reformas Antecipadas na agricultura na Região Autónoma dos Açores.

O presente regime de ajudas tem por objetivos:

- a) Proporcionar um rendimento adequado aos agricultores que decidam cessar as suas atividades agrícolas;

- b) Criar condições favoráveis à substituição de agricultores mais idosos por jovens agricultores e concomitantemente modernizar e melhorar a viabilidade económica das explorações agrícolas;
- c) E por último, criar condições que favoreçam o emparcelamento agrícola de explorações ou parcelas de modo a permitir uma maior rentabilidade das novas explorações.

Podem candidatar-se os agricultores que reúnam as seguintes condições:

- a) Exerçam a atividade agrícola há pelo menos 20 anos e como agricultor a título principal, durante os últimos 10 anos;
- b) Tenham idade compreendida entre os 60 anos e a idade mínima para atribuição de pensão de velhice;
- c) Não tenham requerido nem auferido pensão de velhice ou de invalidez;
- d) Estejam inscritos na segurança social como produtores agrícolas, com a situação contributiva regularizada e que tenham contribuído durante um período de pelo menos 20 anos;
- e) Sejam titulares de uma exploração agrícola com a área mínima de 1 hectare, com exceção das explorações cuja atividade principal seja a pecuária, em que a área mínima é de 4 hectares;
- f) Declarem a totalidade da área da sua exploração, sendo elegível apenas a área que esteja na sua posse há mais de 5 anos;
- g) E possuam o registo da exploração no Sistema de Identificação Parcelar (SIP).

O apoio anual a conceder é de 6.600 euros para cedente individual, 7.500 euros para cedente com cônjuge e 8.700 euros para cedente e com cônjuge a cargo.

O montante anual é majorado em 1.500 euro, sempre que a transferência da exploração permita emparcelar uma área igual ou superior a 20% da área de terras libertadas.

O pagamento do apoio efetua-se mensalmente até atingir a idade de atribuição da pensão de velhice.

Os beneficiários dos apoios previstos no presente diploma não podem beneficiar de qualquer outro tipo de apoios que pressuponha o exercício da atividade agrícola.

A gestão dos apoios no âmbito do presente diploma é feita pelo Instituto Regional do Ordenamento Agrário.

As épocas de candidatura são fixadas por despacho do Secretário Regional da Agricultura e Ambiente e estão dependentes da aprovação de verba para o efeito no orçamento da Região Autónoma dos Açores para o respetivo ano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Está apresentado o diploma. Vamos agora iniciar o debate na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que pretenderem intervir façam o favor de se inscrever.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As reformas antecipadas constituíram-se como uma ferramenta extremamente importante ao longo dos vários quadros comunitários na reestruturação do setor agropecuário dos Açores no geral, mas em particular do setor leiteiro dos Açores.

Basta aqui lembrar aquilo que foi até referido em sede de comissão pelo Sr. Secretário, só para termos uma noção dessa importância, que no segundo quadro comunitário foram 1.079 as candidaturas com um impacto de 50,6 milhões de euros, já no terceiro quadro comunitário baixou drasticamente, até porque se compreende que passasse a haver um universo muito menor de candidatos às reformas antecipadas, mas passou para 167 candidaturas com um encargo na ordem dos 9,5 milhões de euros e no quarto quadro comunitário, no último que esteve em vigor, foram 197 candidaturas com 13,6 milhões de euros, o que quer dizer que foram ao longo destes quadros comunitários 1.443 agricultores para a reforma antecipada, possibilitando assim a saída de agricultores com uma determinada idade, com explorações com determinadas condições e que foram para a sua pré-reforma, digamos assim, de forma digna, permitindo deixar essas explorações a outros agricultores, ou a jovens agricultores, o que de uma forma muito concreta e analisando os dados estatísticos que estão em vigor permitiram um aumento do emparcelamento, aumento da área das explorações, aumento também do número de animais dessas explorações, um aumento da eficiência produtiva, os aumentos da produção por exploração, teve com certeza um efeito ao nível da diminuição de custos da própria exploração, uma vez que permitiu a reestruturação das próprias explorações e obviamente teve um efeito importante ao nível do rejuvenescimento do nosso tecido de mão-de-obra ao nível da agricultura. Aliás, mão-de-obra que é nos Açores a mais jovem, os agricultores mais jovens de todo o país encontram-se nos Açores, no setor leiteiro, com uma média de idades de 42 anos.

É por isso que este projeto de decreto legislativo regional aqui apresentado pelo CDS-PP traz consigo aspetos que nós consideramos

positivos para uma nova fase de reestruturação do próprio setor para alguma faixa de agricultores que ainda necessitam, ou que pretendam, se reformar antes da idade normal da reforma através da segurança social e, por esse motivo, obviamente esta bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta iniciativa. Aliás, responsabilmente o Partido Socialista e esta bancada aprovam as propostas que venham ao encontro de uma política que tem sido a política do Governo Regional de reestruturação do próprio setor, demonstrando-se mais uma vez que não temos qualquer pejo, qualquer problema em assim proceder.

A bancada do Partido Socialista irá apresentar, aliás, acho que já foi distribuída, uma pequena proposta de alteração que na devida altura terei oportunidade de explicar o porquê dessa proposta de alteração e para já, nesta primeira intervenção, ficava por aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, era uma medida há muito reivindicada pelo nosso setor e durante vários anos, como aqui foi muito bem explicado, prometia uma saída digna dos agricultores com mais idade e a entrada dos novos com melhoria na parte de emparcelamento e até mesmo do próprio maneio dos animais.

Pelas razões que já foram aqui expostas também votamos a favor desta proposta.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

A Representação Parlamentar do PCP irá dar o seu apoio a esta iniciativa do CDS-PP.

Aliás, o PCP sempre defendeu a possibilidade da reforma antecipada para os agricultores justamente para contribuir para o rejuvenescimento do setor, mas sempre associado a um outro princípio e que tem a ver com o facto das reformas antecipadas não retirarem produtores do setor. Tem sido essa a nossa posição.

Aliás, temos um histórico, não com a minha participação, mas com a participação de outros deputados do PCP, designadamente o Sr. Deputado Paulo Valadão e com o Deputado José Decq Mota, sobre a questão das reformas antecipadas. Portanto, julgamos que esta é uma boa iniciativa e que ... Esta não é uma crítica ao CDS-PP, mas sim ao facto da União Europeia ter acabado com o regime de apoio às reformas antecipadas (essa sim!), porque julgamos que esta deveria ser uma medida a continuar a ser apoiada pela União Europeia e não a ter de ser suportada pelo orçamento da Região.

No entanto, dizer que a Representação Parlamentar do PCP não poderia deixar de ter outra posição senão a de apoio a esta iniciativa do CDS-PP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PPM em primeiro lugar quer saudar muito positivamente a iniciativa do CDS-PP nesta matéria.

Consideramos que é uma medida absolutamente essencial para o setor, até para enfrentar as dificuldades que a agricultura nos Açores está neste momento a passar por circunstâncias várias e também nós consideramos que muitas vezes a legislação tem um propósito, mas de facto as medidas não são bem direcionadas. Não é este o caso da proposta do CDS-PP.

Nós consideramos que este diploma está muito bem elaborado, está muito bem sustentado e as condições que são criadas, quer em relação às condições que estão previstas, a condição também de referências que aqui são realizadas, são questões que estão muito bem resolvidas do ponto de vista legislativo.

Nesse sentido, vamos votar favoravelmente, tendo absoluta certeza que esta medida é uma medida há muito reivindicada pelo setor irá de facto promover a modernização da agricultura açoriana e este neste momento é um dos grandes desafios que nós estamos a enfrentar.

O outro desafio também é a sua sustentabilidade e nesse sentido nós consideramos também que esta medida irá ter um efeito muito positivo e o que se espera é que de facto possa corresponder a melhoria significativa no setor e que crie novas oportunidades.

Nesse sentido, vamos votar favoravelmente.

Presidente: Não temos mais inscrições na Mesa.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Viveiros*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras também para relevar a bondade desta proposta, que embora na sua substância é um pouco a transposição daquilo que eram os diplomas que regulavam as anteriores reformas antecipadas quando as

mesmas eram financiadas pelos programas de desenvolvimento rural, não deixo de registar também alguns aperfeiçoamentos que naturalmente poderão contribuir para a sua maior eficácia.

O Governo considera esta medida como um complemento também àquilo que são um conjunto de medidas que o Governo também já pôs em prática e que esta manhã tivemos oportunidade de debater com algum detalhe e, portanto, ela é em si como uma ferramenta que poderá também ajudar a reestruturar o setor nesta fase de desafios que nós todos queremos transpor para oportunidades, é uma medida que naturalmente é bem-vinda.

Eu gostaria apenas de fazer dois reparos finais.

Primeiro, saudar uma pequena alteração que o CDS nesta proposta que agora nos submeteu e fez no preâmbulo, aliás, dando resposta a uma observação que havia feito aquando da discussão em comissão, em que eram considerados aqui o tecido empresarial agrícola dos Açores envelhecido e por isso seria necessário implementar esta medida. Obviamente que assim não era. Ainda bem que o CDS reconheceu e retirou essa referência que me parece que colocou isto mais em consonância com aquilo que é a realidade açoriana.

Gostaria também de dizer que a aprovação desta proposta hoje e aqui no Parlamento também é possível porque quando se votou o Orçamento e o Plano foi votado favoravelmente com o reforço orçamental da medida que permite (ou da ação, melhor dizendo) agora a implementação desta medida.

Portanto, queria saudar pela iniciativa e relevar os seus méritos.

Muito obrigado.

Presidente: Não temos mais inscrições.

Vamos passar à votação na generalidade do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretária: O projeto de decreto legislativo regional apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à discussão na especialidade.

Temos duas propostas de alteração e talvez por uma economia de tempo e de facilitação dos trabalhos eu poria as duas propostas de alteração à discussão, se quiserem apresentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração é relativamente simples de explicar.

No texto do CDS diz que podem-se, em termos de ilegitimidade, candidatar os agricultores que tenham idade compreendida entre os 60 anos e a idade mínima para a atribuição da pensão de velhice.

Acontece que a idade mínima para a atribuição de pensão de velhice sendo de 66 anos e 2 meses, salvo erro, permitia que um agricultor até aos 66 anos se pudesse candidatar.

Acontece que em termos de trâmites processuais da candidatura iria ultrapassar e nunca seria objeto depois de apoio através deste diploma, daí o Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresentar uma proposta de alteração em que refere simplesmente ter uma idade compreendida entre os 60 e 64 anos de idade, inclusive.

Muito obrigado.

Presidente: Não temos mais inscrições na especialidade.

Vamos então proceder à votação.

Também proponho à câmara que votássemos primeiro a primeira alteração para o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos agora votar a proposta de alteração ao artigo 16.º que é subscrita pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora vou pôr à votação todos os restantes artigos e o artigo 4.º e 16.º, os respetivos corpos que não foram votados. Fazíamos uma votação única para todo o diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vou passar agora à votação final e global do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretária: Em votação final global, o projeto de decreto legislativo regional apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está assim concluído o nosso ponto quatro. Passamos então ao ponto cinco da nossa ordem de trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às cinco para as sete.

Eram 18 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, regressamos aos nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 02 minutos.

Temos na ordem do dia uma **“Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores.**

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Esta proposta de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, diploma que, como sabemos, regulamenta os concursos de pessoal docente na Região, que a Representação Parlamentar do PCP apresentou nos primeiros dias de janeiro de 2016 e que hoje aqui discutimos, não consiste apenas na alteração da periodicidade dos concursos, embora essa seja a alteração mais substantiva da nossa proposta e é sobre essa alteração da periodicidade dos concursos que me vou debruçar nesta intervenção inicial.

Mas, ainda antes de justificar perante as Sras. e Srs. Deputados a proposta de reposição da anualidade dos concursos, importa lembrar a esta câmara que a quadrianualidade dos concursos, aprovada em 2012, nunca foi posta em prática na Região em virtude, primeiro, de uma norma transitória do diploma que agora pretendemos alterar que obrigava à realização de concursos extraordinários em 2014 e 2016 (2016, que coincidência) e, posteriormente da criação do concurso extraordinário que vigorou em 2014, 2015 e 2016, ou seja, a periodicidade quadrianual nunca se fez sentir entre os professores e educadores, sejam eles docentes do quadro das unidades orgânicas ou contratados. Lembro ainda que, não havendo alterações à periodicidade dos concursos de pessoal docente o próximo concurso apenas se realizará em 2020, ano em que previsivelmente se realizarão, à semelhança deste ano, eleições regionais, aliás, esta coincidência da realização de concursos de pessoal docente com os ciclos eleitorais regionais não será apenas isso, uma coincidência. Mas isso são outras leituras que cada um de nós, livremente, poderá fazer, ou não conforme assim o entenda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O recrutamento de docentes para os quadros das unidades orgânicas e a mobilidade dos educadores e professores entre os quadros das Unidades Orgânicas é, e julgo que todos concordaremos, um importante instrumento de gestão dos recursos humanos do Sistema Educativo Regional.

A realização do concurso de pessoal docente em ciclos temporários muito alargados retira eficácia ao sistema, pois mantém um conjunto alargado de docentes contratados impedidos de aceder a uma situação pessoal e

profissional estável, ou seja, fomenta a precariedade laboral na docência, e, por outro lado, veda aos docentes das Unidades Orgânicas a possibilidade de mobilidade entre quadros, sujeitando-os a figuras precárias de aproximação ao seu local de residência ou, mesmo à mudança de residência por razões diversas e que podem resultar de alterações de ordem profissional ou familiar, ou mesmo opções pessoais e profissionais que têm e devem ser respeitadas.

Mas a realização de concursos a cada quadriênio não só prejudica os docentes como promove instabilidade nas Unidades Orgânicas e, por conseguinte, no Sistema Educativo Regional que, a cada ano, são confrontadas com saídas e entradas de pessoal contratado ou do quadro. Saídas e entradas que não resultam, bastas vezes, de opções individuais estáveis e conscientes, mas de recurso, como por exemplo a utilização do mecanismo de afetação por prioridade que permite aos docentes do quadro, por um ano, aproximarem-se do seu local de residência ou encontrarem uma solução precária que lhes permita responder a necessidades entretanto surgidas. Mas também aos docentes contratados que ano após ano saltitam de escola em escola não se vinculando, assim a um Projeto Educativo que vai, como todos sabemos, para além de um ano escolar.

A reposição da anualidade dos concursos, internos e externos, de pessoal docente da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, permitirá melhorar o funcionamento do Sistema Educativo Regional, contribuirá para combater a precariedade do trabalho docente, vai favorecer a mobilidade entre os professores das Unidades Orgânicas, dos professores do quadro tornando residual a utilização de outros mecanismos precários de mobilidade, como seja a afetação por prioridade

que já referi, e, por fim, mas não menos importante, permitirá, em ciclos anuais, adequar as necessidades de pessoal docente do Sistema Educativo Regional conferindo a necessária estabilidade pessoal e profissional aos docentes e às Unidades Orgânicas da nossa Região. Estabilidade de onde resultarão, naturalmente, reflexos positivos no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, no sucesso escolar e no êxito dos Projetos Educativos de Escola.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Poderia ter iniciado este debate referindo a fragilidade da posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista aquando da discussão deste diploma em sede de comissão, fragilidade que é evidenciada na declaração de voto do Grupo Parlamentar do PS para justificar a sua posição contra esta iniciativa. Poderia, Sras. e Srs. Deputados, ter iniciado este debate com a demonstração da inconsistência do Governo Regional sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional em apreço que pode ser verificada no relatório da Comissão de Assuntos Sociais. Poderia, mas não o fiz, optei pela demonstração e enumeração das vantagens, para os docentes e para o Sistema Educativo Regional, da anualidade da realização dos concursos do Pessoal Docente da Educação Pré-Primária e dos Ensinos Básico e Secundário, pois mais que a quezília política interessa-me encontrar para a Região as soluções que melhor sirvam, neste setor, para nos catapultarem para patamares civilizacionais que possam contribuir para o nosso desenvolvimento e, a educação, como todos concordaremos, é central em qualquer modelo de desenvolvimento sustentável que promova o bem-estar e a qualidade de vida dos nossos concidadãos.

Tenho consciência, Sras. e Srs. Deputados, que algumas das críticas que irão ser feitas a esta iniciativa legislativa da Representação Parlamentar do PCP se vão situar nas insuficiências e no alcance das propostas de alteração que agora propomos a este Decreto Legislativo Regional. Lembro-vos porém, Sras. e Srs. Deputados, que estando este diploma aberto à discussão e alteração qualquer grupo ou representação parlamentar poderá apresentar propostas de alteração com a profundidade e alcance que muito bem entenderem, desde logo eu próprio, o autor, ou seja, a Representação Parlamentar do PCP e, se for caso disso, assim farei, por iniciativa própria ou em conjunto com outros grupos ou representações parlamentares.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se a proposta de reposição da anualidade dos concursos que a Representação Parlamentar do PCP apresenta vier a ser rejeitada pela maioria absoluta do PS, como tudo leva a crer e fazendo fé na posição tomada pelo Grupo Parlamentar do partido que suporta o Governo em sede de Comissão dos Assuntos Sociais, representará, esse facto, mais um sinal de que as maiorias absolutas são nocivas ao funcionamento democrático, ...

Deputado José San-Bento (PS): É mentira! É precisamente ao contrário!

O Orador: ... facto de onde decorre a necessidade imperiosa de pôr fim a este ciclo de absolutismo do PS.

O diálogo democrático não pode ficar ao sabor de posições de força impostas pela maioria absoluta, a isto não se chama diálogo, é mais, diria eu, um solilóquio, e, os monólogos de democráticos não têm nada.

Os açorianos podem, em outubro próximo, por fim à maioria absoluta do PS e garantir que o poder legislativo desta Assembleia assuma o protagonismo que teve na legislatura de 1996-2000, com os benefícios que daí resultaram para todos os açorianos, para a democracia e para autonomia regional.

Disse.

Presidente: Está apresentado o diploma.

Vamos então agora iniciar o debate na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que pretenderem intervir façam o favor de se inscrever.

Agradecia às Sras. e aos Srs. Deputados que se inscrevessem, senão vamos passar à votação.

(Pausa)

Alerto mais uma vez que não tenho inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, o Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, se porventura o registo da minha inscrição para intervir no debate foi extemporâneo eu acato a decisão que V. Exa. tomar sobre o procedimento.

Registo, todavia, esta circunstância que infelizmente vai fazendo regra, mas que é algo de muito estranho, para não adjetivar de outra maneira.

Sistematicamente (sistematicamente!), ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é uma interpelação!

O Orador: ... eu diria até invariavelmente, cada vez um partido da oposição é proponente de uma iniciativa legislativa o que nós verificamos é um silêncio absurdo e inqualificável do Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto voltou a registar-se hoje.

E o que se regista hoje não é exceção, é infelizmente a regra de uma maioria desrespeitadora de princípios elementares da democracia.

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem alguma coisa a dizer sobre o diploma!?

O Orador: Dizia que não era a exceção, porque já cegámos ao ponto de não debater um diploma quando naturalmente o Governo Regional, que é chamado a executar ou não aquilo que nós aqui aprovamos, nada diz sobre o assunto.

Portanto, nesta primeira intervenção fica este registo.

Todavia com uma satisfação: é que já falta pouco tempo para acabar este procedimento.

Presidente: Sra. Secretária Regional da Presidência.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Era para um protesto às declarações do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Presidente: Pode protestar. Tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Para protestar estão sempre prontos!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não é aceitável que o Sr. Deputado Joaquim Machado, tendo ele próprio começado por admitir a intempestividade da sua inscrição, queira atribuir à bancada do Governo a responsabilidade do debate não se ter iniciado no momento que o Sr. Deputado entendeu que se podia ter iniciado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Não posso também deixar (e concluo já) de lembrar ao Sr. Deputado que ele tem exatamente a mesma responsabilidade que todos os outros elementos que compõem esta Assembleia para que os trabalhos decorram da forma como nós desejamos que decorram.

Era só.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para um contraprotesto tem a palavra, Sr. Deputado. três minutos.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O que acabámos de assistir foi exatamente a prova de tudo o que eu disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É um Governo Regional que não tem disponibilidade para debater, mas não poupa tempo nem oportunidade para protestar. É um Governo que já treina a oposição que há de ser.

É um Governo que já treina a oposição que há de ser!

Uma oposição que antevemos já fraquinha, fraquinha, porque se resume ao protesto.

Deputado André Bradford (PS): Não diz nada sobre o diploma!

O Orador: De facto, já sabemos que gere mal as políticas, gere mal o tempo que dispõe no Parlamento e já sabemos que não sabemos o que é que o Governo faz e para que serve este Governo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Para entrarmos no debate tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção inicial dei conta de que poderia ter iniciado este debate com a inconsistência da posição tomada pelo Governo Regional em sede de comissão.

Naturalmente pensei que em nome do Governo o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura viesse a terreiro dizer se tinha sido inconsistente ou não tinha sido inconsistente.

Da mesma forma disse que a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista enformava de alguma fragilidade relativamente ao assunto.

Ora bem, e como é que eu sustentei esta opinião que dei da tribuna?

O Sr. Secretário Regional na sua audição faz a descrição dos últimos anos no qual se realizaram vários concursos, desde aqueles que estavam previstos no decreto que agora se pretende alterar o 22/2012, de 30 maio,

faz também uma apreciação da realização dos concursos extraordinários que se realizaram em 2014, 2015 e 2016 e depois faz uma referência ao discurso do Sr. Presidente do Partido Socialista e também Presidente do Governo Regional no congresso do Partido Socialista e acaba assim: “A iniciativa agora em apreço apresenta três vantagens a considerar: reaproximação ao regime concursal praticado a nível nacional, o preenchimento de lugares do quadro com a supressão de necessidades permanentes e a possibilidade de uma aproximação mais rápida dos docentes ao seu local de residência.

Não obstante, as três considerações apresentam-se como redutora relativamente às posições já evidenciadas e aqui identificadas e que têm a ver com outras questões do diploma, designadamente com a questão dos três anos das prioridades entre os três ou um ano, conforme a disponibilidade dos docentes.”

Bem, isso está em aberto. O diploma está em aberto e esta é a altura (esta é a altura!) para se proceder a essa ou a todas as outras alterações que se queira fazer, até porque, Sr. Secretário Regional, se não for feito agora põe em causa o concurso de 2017, a não ser que o Partido Socialista faça aquilo que eu espero que não venha a fazer que é apresentar aqui em setembro uma proposta de decreto legislativo regional para alterar os concursos. É que se não for assim só é possível alterar os concursos lá para fevereiro de 2017, quando normalmente os concursos se realizam em janeiro. Eu não diria que não é possível, mas não é eticamente mais correto.

Portanto, há aqui algum acordo de princípio, penso, que entre todas as bancadas, desde o Governo, ao Partido Socialista, passando por todas as

bancadas, que é a necessidade de alterar este regulamento dos concursos. Se esta não é a melhor altura, não sei qual é.

Mas relativamente à fragilidade da posição do Partido Socialista na sua declaração de voto relativamente para justificar o voto contra, importaria dizer o seguinte.

O que é que o Partido Socialista diz no essencial?

Remete a sua posição para as declarações do Presidente do PS em sede do congresso do Partido Socialista e vem dizer que há necessidade de se proceder a uma avaliação dos resultados dos concursos ordinário e extraordinário deste ano, vamos ver, se por acaso o Governo e o PS quiserem vir a debate, se de facto essa avaliação não está já feita e se não vem subjacente à argumentação que o Partido Socialista aqui vier a introduzir na discussão.

Por outro lado, há aqui uma outra questão que é a seguinte: é hoje possível determinar já com algum rigor o sucesso ou o insucesso da realização dos concursos extraordinários e até posso adiantar que segundo as contas que eu tenho ...

Para o Partido Socialista o Governo Regional até cumpriu, porque são mais de 300 os professores contratados que foram integrados nos quadros com a criação do concurso extraordinário e pode-se ainda fazer ... ainda pode-se ir mais além, mas isso há de competir ao Governo Regional e ao Partido Socialista.

Agora a questão é a seguinte: a avaliação está feita e o momento é este. O momento é este e dizem-no todos os parceiros a quem foi solicitado parecer e que enviaram um parecer à comissão. Todos eles dizem que concordam com a reposição da anualidade dos concursos, mas dizem

mais. Para já dizem logo e desde logo dois sindicatos, o SDPA e o SPRA, que são sindicatos em quem todos reconhecemos representatividade.

Mais! O SPRA fez nove plenários de professores em cada uma das nossas ilhas e nesses plenários foi aprovada uma moção por unanimidade e aclamação que visa dar força a uma posição que é uma reivindicação do SPRA, é também uma reivindicação do SDPA.

Portanto, a questão é esta: é uma necessidade, não é preciso esperar mais, porque a avaliação está feita. Portanto, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, ou arranjam outra argumentação, ou então eu só posso classificar isto aqui de um calculismo político-eleitoral inaceitável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Continuam abertas as inscrições para o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Desta vez temos em discussão um assunto relacionado com a educação que é de grande simplicidade. Tem a ver com o facto de se regressar à anualidade no concurso docente.

A verdade é que quando o Governo procedeu a esta alteração não existia nenhuma justificação plausível para o fazer. Não existia!

É impossível verificar vantagens em relação à modificação e ao fim da anualidade dos concursos.

Na altura eu tive a oportunidade de dizer sobre esta proposta do PCP ...

Normalmente os partidos muitas vezes acabam por adiar a sua decisão para o plenário. Eu não tive nenhuma dúvida ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E muito bem!

O Orador: ... de logo em sede de comissão de votar favoravelmente a iniciativa do PCP, porque é evidente por parte do Governo ...

O Governo Regional ou o Partido Socialista têm alguma dúvida que isto não funciona?

Alguém tem algum tipo de dúvida que não há nenhuma vantagem em manter concursos de quatro em quatro anos, a realização de concursos de quatro em quatro anos?

Não há qualquer tipo de vantagem.

O que se está a infringir é sofrimento desnecessário a muitos docentes, na medida em que os obriga a permanecer numa determinada escola, ou numa determinada ilha separados das famílias, adiam a solidificação do seu percurso profissional, a sua aproximação aos seus familiares, a sua satisfação pessoal e profissional. Portanto, o que nós temos aqui é um conjunto de desvantagens.

Bem poderiam dizer-me que isto significa um esforço muito burocrático para a nossa Secretaria Regional da Educação e que nós temos tido um mau desempenho do ponto de vista da elaboração dos concursos e da concretização dos concursos.

Se há algo em que não se pode dizer isso do ponto de vista da educação (e nós temos muitas falhas, como se sabe, e temos muitas deficiências no nosso sistema, mas há uma que não temos de certeza absoluta) são problemas a nível de concurso. Nunca tivemos problemas a nível de concursos. Foi algo que fizemos sempre de forma eficiente e isto é algo que ninguém nega, ou seja, nós já tivemos, já constatámos dificuldades do ponto de vista do funcionamento do sistema de concursos a nível nacional, dificuldades muito graves que colocam problemas enormes aos

professores, aos alunos e também às famílias, isso é verdade, mas aqui esse argumento não colhe. Não colhe, porque nós temos sido eficientes.

É evidente, dá mais trabalho? Dá! Dá, mas nós temos a capacidade de o poder fazer com êxito.

Portanto, nada justifica que os concursos não sejam anuais do ponto de vista profissional, do ponto de vista do percurso pessoal dos docentes, do ponto de vista das vantagens para os alunos, para as famílias e para as escolas.

Aliás, num determinado momento (estou cada vez mais convencido disso) a permanência por algum tempo nalgumas escolas mais periféricas podia ser uma vantagem, porque (e eu ainda sou desse tempo) ... Quando fui Presidente do Conselho Executivo nós tínhamos dificuldades em determinados grupos de docência em conseguir o recrutamento para que o arranque do ano se fizesse com todos os docentes. Isso era uma dificuldade, mas hoje em dia também deixou de ser uma dificuldade. Não há nenhuma dificuldade a esse nível. Não há nenhuma dificuldade!

Portanto, a imposição deste tipo de regras e deste tipo de exposições em termos do concurso também não se justifica por aí, porque se de facto nós temos neste momento algo é a capacidade de recrutamento dos docentes. Portanto, a questão também não se coloca aí.

Temos agora a questão do *timing* da decisão e termino, Sr. Deputado. Temos a questão do *timing* e a questão do *timing* é esta.

É evidente que o PCP (vamos ser honestos e frontais) quer tirar dividendos políticos desta questão, quer ser o primeiro.

O Presidente do Governo Regional também já falou nisto na condição de Presidente do Partido Socialista.

Acho que este tipo de corridas eleitorais não são positivas. Temos que aqui analisar esta questão de uma forma frontal, de uma forma eficiente. Nós neste momento temos que responder às questões, às necessidades dos docentes, à eficiência do sistema e, portanto, a resposta tem que ser já.

Eu não me importo de dar este bónus ao Partido Comunista desde que a minha consciência fique tranquila neste tema. Portanto, neste sentido, Sr. Deputado, eu reafirmo aquilo que fiz no âmbito da comissão, vou votar favoravelmente a sua iniciativa.

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado ...

Deputado Aníbal Piros (PCP): Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra se faz favor.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Pedia aos líderes parlamentares se pudessem ... e a Sra. Secretária Regional também ...

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, os nossos trabalhos estão encerrados.

Retomamos amanhã às 10 horas.

Boa noite. Bom jantar e bom jogo.

Eram 19 horas e 32 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Cecília do Rosário Farias Pavão

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José António Vieira da Silva Contente

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Paulo Henrique Parece Batista

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Obriga à publicação anual do valor total e destino das transferências e envio de fundos para países, territórios e regiões com regime de tributação privilegiada.- n.º 235/XIII/ 1.ª (BE) - n.º 273 -AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 07;

Assunto: Condiciona os benefícios fiscais da Zona Franca da Madeira à criação de postos de trabalho estáveis e a tempo inteiro - n.º 236/XIII/ 1.ª (BE) - n.º 274-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 07;

Assunto: Estipula o número máximo de alunos por turma - n.º 16/XIII/1.ª (PEV) – n.º 275-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem - n.º 148/XIII/1.ª (PCP) – n.º 276-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário - Lei n.º 154/XIII/1.ª (BE) – n.º 277-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Aprova a orgânica da Polícia Marítima - n.º 237/XIII/1.ª (PCP) – n.º 281-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 20

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 09;

Assunto: Cria a obrigatoriedade da indicação do país de origem na rotulagem no leite para consumo humano - n.º 243/XIII/1.ª (PSD) - n.º 283-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 14;

Assunto: Restringe o acesso à prática de atividades Tauromáquicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2015, de 23 de abril, que estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico - n.º 251/XIII/1.ª (PEV) - n.º 287-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 31

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: Querendo;

Assunto: Impede a participação de menores de 18 anos em atividades tauromáquicas profissionais ou amadoras e elimina a categoria de matadores de toiros - n.º 217/XIII/1.ª (BE) - n.º 285-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: Querendo;

Assunto: Determina a inclusão da opção vegetariana nas refeições nas cantinas públicas - n.º 265/XIII/1.ª (BE) - n.º 292-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 08

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 16.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Altera o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, o Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 138/2012, de 5 de julho, transpondo as Diretivas n.ºs 2014/85/UE da Comissão, de 1 de julho, e 2015/653/UE da Comissão, de 24 de abril, que alteram os anexos I, II e III da Diretiva n.º 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro, relativa à carta de condução - MPI (Reg. DL23/2015).- n.º 224-OGP

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 05 – 30

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 05;

Assunto: Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 511/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo às medidas respeitantes ao cumprimento pelo utilizador do Protocolo de Nagoya sobre o acesso aos recursos genéticos e à partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da sua utilização na União-MA - (Reg. DL 148/2016) – n.º 225/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 06 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 08;

Assunto: Estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível e regulamenta o artigo 34.º e seguintes do Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho - MA - (Reg. DL 140/2016 – n.º 226/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 08;

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos (EEE) com o objetivo de contribuir para a proteção da saúde humana e do ambiente, incluindo a valorização e a eliminação, ecologicamente corretas, dos resíduos de EEE, e transpõe a Diretiva Delegada (UE) 2015/573 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015, a Diretiva Delegada (EU) 2015/574, da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 e a Diretiva Delegada (UE) 2015/863 da Comissão, de 31 de março de 2015 - MA - (Reg. DL 148/2016) – n.º 227/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 06 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 08;

Assunto: No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 131.º, pelos n.ºs 3 e 4 do artigo 140.^a, e pelos artigos 148.º a 150.º, 156.º, 166.º e

169.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, ao Regime do IVA das Transações Intercomunitárias, ao Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, ao Código Imposto do Selo, ao Código de Imposto Municipal sobre Imóveis e ao Código do Imposto Único de Circulação - MF - (Reg. DL 114/2016) – n.º 228/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 08;

Assunto: No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 172.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, procede à alteração ao artigo 70.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro - MF - (Reg. DL 196/2016) – n.º 229/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 06 – 03

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 08.

3 – Projeto de Resolução:

Assunto: Promoção do sucesso escolar através de um estratégico e adequado dimensionamento de turmas - n.º 213/XIII/1.ª (CDS-PP) - n.º 278-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Recomenda ao Governo a progressiva redução do número de alunos por turma – n.º 216/XIII/1.ª (BE) – n.º 279-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Medidas para a promoção do sucesso escolar – n.º 217/XIII/1.ª (BE) – n.º 280-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07;

Assunto: Recomenda ao Governo que declare a costa portuguesa como área de emissões controladas - n.º 332/XIII/1.ª (PAN) - n.º 284-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 16;

Assunto: Recomendações ao Governo no âmbito das negociações em curso do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento UE-EUA - TTIP - n.º 350/XIII/1.ª (PS) - n.º 288-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 31

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 20.

4 – Proposta de Lei:

Assunto: Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, que fixa o regime para a determinação das condições de recursos das prestações sociais dos subsistemas de proteção familiar e de solidariedade e outros apoios sociais públicos – n.º 20/XIII/1.ª (ALRAM) - n.º 282-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 14;

Assunto: Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro - obrigação de prestação de serviços de transporte marítimo para as regiões autónomas durante a greve – n.º 21/XIII/1.ª (ALRAM) - n.º 289-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 21;

Assunto: Procede à segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o catão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, à primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital e à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes - n.º 22/XIII/1.ª (GOV) – n.º 291-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 07

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 16;

Assunto: Cria um regime de reembolso de impostos sobre combustíveis para as empresas de transporte de mercadorias, alterando o Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho e o Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2011, de 5 de junho - n.º 23/XIII/1.ª (GOV) – n.º 293-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 16.

5 – Proposta de Regulamento Europeu e do Conselho:

Assunto: Sobre medidas contra o bloqueio geográfico e outras formas de discriminação com base na nacionalidade, local de residência ou de

estabelecimento dos clientes no mercado interno e que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2009/22/CE [COM(2016 – n.º 290/X

Proveniência: 4.ª CAE/XIII da Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 02

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07.

6 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Aprova o regime jurídico dos museus da Região Autónoma dos Açores - n.º 73/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 27;

Assunto: [Cria a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental - n.º 74/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 06 – 27;

Assunto: [Aprova o Regime Jurídico da Responsabilidade Técnica pela direção e orientação das atividades físicas desportivas desenvolvidas pelas entidades que prestam serviços na área da condição física \(Fitness\),](#)

[designadamente os ginásios, academias ou clubes de saúde \(Healthclubs\), estabelecidas na Região Autónoma dos Açores - n.º 75/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 01;

Assunto: [Cria a derrama regional a vigorar na Região Autónoma dos Açores e aprova o respetivo regime jurídico – n.º 76/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 07

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 07 – 07.

7 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Substituição integral do Projeto de Resolução n.º 151/X – Criação de um grupo de trabalho para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho, nos Órgãos da Administração Pública Autónoma e Autarquias](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 05 – 12

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 06 – 13;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que assegure, de forma urgente, a contratação, em regime de prestação de serviços, de um médico veterinário para exercer funções na ilha do Corvo – n.º 161/X](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 06 – 27.

8 – Petições:

Assunto: Contra a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada – n.º 48/X

Proveniência: José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo

Data de Entrada: 2016 – 05 – 31

Comissão: Economia

Aguarda Admissibilidade.

9 – Requerimentos:

Assunto: [Serviço de Saúde na ilha do Pico](#)

Autor: Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 12

Referência: 54.03.06 – N.º 578/X;

Assunto: [Descargas Poluentes em Santa Catarina na Praia da Vitória](#)

Autores: Graça Silveira, Artur Lima e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 13

Referência: 54.01.03 – N.º 579/X;

Assunto: [Eixo 9 - Inclusão Social e Combate à pobreza](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 580/X;

Assunto: [A obra do molhe Norte da cidade da Horta piorou a operacionalidade do saco Sul porto?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18

Referência: 54.03.07 – N.º 581/X;

Assunto: [Porto de pescas da Praia da Vitória](#)

Autores: Paulo Ribeiro, Judite Parreira e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18

Referência: 54.03.03 – N.º 582/X;

Assunto: [Funcionamento da medicina dentária na Unidade de Saúde da Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 583/X;

Assunto: [Versão final do Roteiro Cultural de Carlos Nascimento](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19

Referência: 54.07.00 – N.º 584/X;

Assunto: [Relatório de Atividades de 2015 e Regulamento da USICorvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19

Referência: 54.07.09 – N.º 585/X;

Assunto: [A SATA e o Projeto RISE: Qual o nível do equipamento a instalar?](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 586/X;

Assunto: [Produção científica - concurso para apresentação de candidaturas](#)

Autores: Joaquim Machado e Paulo Ribeiro (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 587/X;

Assunto: [Funcionamento dos conselhos consultivos das Unidades de Saúde de Ilha](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 20

Referência: 54.07.00 – N.º 588/X;

Assunto: [Conselho Consultivo do Parque Marinho dos Açores e Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 589/X;

Assunto: [Implementação prática das medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 590/X;

Assunto: [Funcionamento dos Parques Naturais de Ilha dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 591/X;

Assunto: [Resultados práticos da promoção comercial no âmbito da política externa dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 24

Referência: 54.07.00 – N.º 592/X;

Assunto: [Sistema de apoios criado para todos os jovens açorianos que frequentam o ensino superior](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 24

Referência: 54.07.00 – N.º 593X;

Assunto: [Consagração na letra de lei da atribuição de dotação orçamental suplementar para que o Governo Regional possa monitorizar, controlar e vigiar os mares dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 24

Referência: 54.07.00 – N.º 594/X;

Assunto: [Um governo só para alguns...](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25

Referência: 54.03.00 – N.º 595/X;

Assunto: [Execução das medidas de apoio à atividade pecuária anunciadas pelo Governo Regional no âmbito da última Visita Estatuária à ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27

Referência: 54.07.09 – N.º 596/X;

Assunto: [Redução dos lugares de chefia da administração pública regional e do número de empresas públicas e participadas da Região](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 597/X;

Assunto: [Recuperação de imóveis de significativo valor patrimonial de propriedades privada](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 598/X;

Assunto: [Apoio à realização de eventos culturais em todas as ilhas](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 599/X;

Assunto: [Revisão do Plano Regional de Emergência](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 05 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 600/X;

Assunto: [Obras de remodelação e ampliação do Centro de Saúde da Calheta](#)

Autores: Ana Espínola e Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 08

Referência: 54.03.07 – N.º 601/X;

Assunto: [Financiamento público a empresa privada para a instalação de parque fotovoltaico na ilha Terceira](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09

Referência: 54.06.03 – N.º 602/X;

Assunto: [Programa EduAzMar](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09

Referência: 54.07.00 – N.º 603/X;

Assunto: [Apoio à realização de programas de formação dramática com personalidades de relevo da arte de representação e à produção de ficção com raízes na cultura dos Açores](#)

Autor: [Paulo Estêvão \(PPM\)](#)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09

Referência: 54.07.00 – N.º 604/X;

Assunto: [Plataforma logística internacional](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09

Referência: 54.07.00 – N.º 605/X.

10 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Para quando uma verdadeira campanha de desratização no Faial?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05 – 12

Referência: 54.03.07 – N.º 486/X;

Assunto: [Ainda na época do "Tiradentes" na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18

Referência: 54.07.09 – N.º 564/X;

Assunto: [Infiltrações no polivalente do Capelo precisam de ser resolvidas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27

Referência: 54.03.07 – N.º 533/X;

Assunto: [Solicitação de cópia dos cadernos de encargos referentes ao fornecimento das refeições escolares](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27

Referência: 54.07.00 – N.º 551/X;

Assunto: [Obras na Ribeira do Salto da Inglesa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 05 – 31

Referência: 54.06.02 – N.º 555/X;

Assunto: [Edital n.º 7/2015, de 30 de outubro de 2015](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 542/X;

Assunto: [Dispensa de medicamentos na ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 02

Referência: 54.03.04 – N.º 577/X;

Assunto: [Demoras nos apoios à eletrificação de salas de ordenha no Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 07

Referência: 54.03.07 – N.º 557/X;

Assunto: [Estudo que permita evidenciar as vantagens competitivas do desenvolvimento de uma estratégia comercial que associe a produção em pastagem de carne de bovino na Graciosa, Flores e Corvo com a classificação Reserva da Biosfera atribuída pela UNESCO a estas ilhas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 08

Referência: 54.07.00 – N.º 531/X;

Assunto: [Funcionamento do Centro de Processamento de Resíduos do Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 08

Referência: 54.03.07 – N.º 561/X;

Assunto: [Apenas uma equipa de socorro é insuficiente no Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 08

Referência: 54.03.07 – N.º 567/X;

Assunto: [Produção integrada e agricultura biológica sem incentivos e sem estratégia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09

Referência: 54.03.00 – N.º 556/X;

Assunto: [A funcionalidade da pesquisa foi desativada na página do Gabinete de Apoio à Comunicação Social – GaCS](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13

Referência: 54.07.00 – N.º 512/X;

Assunto: [Reabertura plena das Termas do Carapacho](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13

Referência: 54.03.04 – N.º 552/X.

11 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a informar que retira o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/X – Proíbe o Cultivo, Importação e Comercialização de Organismos Geneticamente Modificados Vegetais

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 05 – 12;

Assunto: Ofício a solicitar agendamento de Interpelação ao Governo Regional sobre “A Situação da Agropecuária na Região”

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 05 – 12;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto - Pela situação a que se assiste e que atenta contra princípios elementares da Democracia e do Estado de Direito e apela para que, nos termos previstos na legislação da República de Angola, a tramitação do processo obedeça aos princípios fundadores do Estado de Direito, incluindo o direito de oposição, por meios pacíficos, às autoridades constituídas.

Proveniência: A Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CDS-PP, Mariana Freire Andrade

Data de Entrada: 2016 – 05 – 13;

Assunto: Email a enviar relatório n.º 6/2016 sobre Análise do Programa de Estabilidade 2016-2020

Proveniência: Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto - Quebra de consenso na defesa dos Açores para a minimização dos impactos económicos e sociais das reduções na Base das Lajes

Proveniência: A Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República. Maria José Ribeiro

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto - Pela situação a que se assiste e que atenta contra princípios elementares da Democracia e do Estado de Direito e apela para que, nos termos previstos na legislação da República de Angola, a tramitação do processo obedeça aos princípios

fundadores do Estado de Direito, incluindo o direito de oposição, por meios pacíficos, às autoridades constituídas

Proveniência: A Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República. Maria José Ribeiro

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação em Diário da República do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016 - Estabelece as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas superficiais e subterrâneas destinadas ao abastecimento público para consumo humano na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: O Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA, António Almeida Costa Coelho

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19;

Assunto: Ofício a comunicar que foi enviado por correio eletrónico os relatórios de audições aprovados e a seguir indicados:

- -Relatório n.º 06/2016-FC/SRATC (Ação n.º 14-203FC1) – “Auditoria aos contratos de trabalho e contratos de prestação de serviços com pessoas singulares celebrados pela Azorina, S.A.”;
- -Relatório n.º 05/2016-SRATC (Ação n.º 14-206FS2 – “Auditoria à Ribeira Grande Mais, Unipessoal, S.A. E.M. – Relações financeiras com o Município da Ribeira Grande e empresa participada”.

Proveniência: O Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, Fernando Flor de Lima

Data de Entrada: 2016 – 05 – 19;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Protesto - Pela situação a que se assiste e que atenta contra princípios elementares da Democracia e do Estado de Direito e apela para que, nos termos previstos na legislação da República de Angola, a tramitação do processo obedeça aos princípios fundadores do Estado de Direito, incluindo o direito de oposição, por meios pacíficos, às autoridades constituídas

Proveniência: Presidência da República - O Chefe da Casa Civil, Fernando Frutuoso de Melo

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27;

Assunto: Ofício a comunicar que foi enviado por correio eletrónico o relatório de auditoria e as verificações internas de contas de gerência, aprovados e a seguir indicados:

- -Relatório n.º 04/2016-FS/SRATC (Ação n.º 15-216FS3 – “Auditoria à falta de prestação de contas, relativas a 2014, pela Freguesia de Santo António – Ponta Delgada (apuramento de responsabilidade financeira”;
- -Relatório n.º 05/2016-VIC/SRATC (Ação n.º 15-414VIC3 –“Direção Regional do Orçamento e Tesouro”;
- -Relatório n.º 06/2016-VIC/SRATC (Ação n.º 15-416VIC3 –“Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais”;
- -Relatório n.º 07/2016-VIC/SRATC (Ação n.º 15-421VIC3 –“Direção Regional do Desporto”;
- -Relatório n.º 08/2016-VIC/SRATC (Ação n.º 15-422VIC3 –“Direção Regional da Juventude”;
- -Relatório n.º 09/2016-VIC/SRATC (Ação n.º 15-423VIC3 –“Direção Regional da Cultura”;

Proveniência: O Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, Fernando Flor de Lima

Data de Entrada: 2016 – 05 – 31;

Assunto: Ofício a comunicar que foi enviado por correio eletrónico o relatório de auditoria e

a verificação interna de contas de gerência, aprovados e a seguir indicados:

- -Relatório n.º 07/2016-FS/SRATC (Ação n.º 15-217FS3 – “Auditoria à falta de prestação de contas, relativas a 2014, pela Ocidental mais, E.M. (apuramento de responsabilidade financeira)”);
- -Relatório n.º 10/2016-VIC/SRATC (Ação n.º 15-2418VIC3 – “Serviço Regional de Estatísticas dos Açores”.
- **Proveniência:** O Subdiretor-Geral da Secção Regional do Tribunal de Contas, Fernando Flor de Lima

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09;

Assunto: Relatório de Atividades e Contas de 2015, bem como o relatório de Atividades da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, relativo ao ano de 2015

Proveniência: O Presidente da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2016 – 06 – 03;

Assunto: Ofício a agradecer e comunicar que Sua Excelência o Presidente da Assembleia enviou o Voto de Protesto - Quebra de consenso na defesa dos Açores para a minimização dos económicos e sociais das reduções na Base das Lajes, para os efeitos que entenderem por conveniente

Proveniência: 6.^a CEIOP XIII da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 06 – 03;

Assunto: Ofício a remeter relatórios de Avaliação da Execução do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2008/A, de 11 de junho, referentes aos anos de 2014 e 2015

Proveniência: A Chefe de Gabinete de Sua Excelência a Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Rafaela Seabra Teixeira

Data de Entrada: 2016 – 06 – 06;

Assunto: Ofício a solicitar perguntas com resposta escrita transformadas em perguntas orais sobre os requerimentos n.º 512/X e 531/X

Proveniência: O Deputado, Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 07;

Assunto: Ofício a remeter uma reflexão do CNADS sobre o modelo de gestão da Rede Nacional de áreas Protegidas

Proveniência: O Presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável – CNADS, Mário Ruivo

Data de Entrada: 2016 – 06 – 08;

Assunto: Ofício para admissão, perguntas com pedido de resposta escrita, direcionada ao Governo Regional, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 182.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09;

Assunto: Ofício a agradecer a atribuição de Insígnia Autónómica de Reconhecimento entregue no Dia da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Seminário Nossa Senhora de Fátima, António Sousa Braga, Bispo – Emérito de Angra

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09.

12 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 18/2016, que estabelece os requisitos para a proteção da saúde do público em geral no que diz respeito às substâncias radioativas presentes na água destinada a consumo humano, fixando os valores paramétricos, frequências e métodos aplicáveis para o seu controlo, e transpõe a Diretiva n.º 2013/51/EURATOM, do Conselho, de 22 de outubro de 2013 – n.º 222-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 06 – 03;

Assunto: [Relatório e parecer sobre o pedido de autorização para que o Deputado Miguel António Moniz da Costa possa prestar depoimento escrito, na qualidade de eventual responsável financeiro, no âmbito da auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município da Madalena \(Ação n.º 15-218FS3\)](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09;

Assunto: Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para que o Deputado Duarte Manuel Braga Moreira possa prestar depoimento escrito, na qualidade de eventual responsável financeiro, no âmbito da auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município de Vila do Porto (Ação n.º 15-223FS3)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09;

Assunto: Relatório e Parecer sobre o pedido de autorização para que o Deputado José António Vieira da Silva Contente possa prestar depoimento escrito, na qualidade de ex-Secretário Regional da Ciência Tecnologia e Equipamentos, no âmbito do processo 56.05/2015/1, que decorre na Inspeção Regional da Administração Pública

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09;

Assunto: Projeto de Decreto-Lei n.º 194/2016, que assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 511/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo às medidas respeitantes ao cumprimento pelo utilizador do Protocolo de Nagoia sobre o acesso aos recursos genéticos e à partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da sua utilização na União – n.º 225-OGP

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 148/2016, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho, que estabelece regras relativas à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos \(EEE\) com o objetivo de contribuir para a proteção da saúde humana e do ambiente, incluindo a valorização e a eliminação, ecologicamente corretas, dos resíduos de EEE, e transpõe a Diretiva Delegada \(UE\) 2015/573 da Comissão, de 30 de janeiro de 2015, a Diretiva Delegada \(EU\) 2015/574, da Comissão, de 30 de janeiro de 2015 e a Diretiva Delegada \(UE\) 2015/863 da Comissão, de 31 de março de 2015 - MA - \(Reg. DL 148/2016– n.º 227-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 216/XIII/1.^a – Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 11.^a alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho – n.º 266-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 05 – 13;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo à melhoria do desempenho energético dos edifícios, e que transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010 - ME - \(Reg. DL 110/2016\) – n.º 221/X-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 05 – 12;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 184/XIII/1.ª \(BE\) – Concretiza o Direito de Negociação coletiva dos Trabalhadores das Administrações Regionais – n.º 259/X-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 215/XIII/1.ª \(PCP\) – Repõe o regime de férias na função pública, designadamente o direito a 25 dias de férias anuais e majoração de dias de férias em função da idade, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – n.º 265/X-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 237/XIII/1ª \(PCP\) – Aprova a orgânica da Polícia Marítima - n.º 281-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 06 – 06;

Assunto: [Anteposta de Lei n.º 20/X – Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das forças e serviços de segurança colocados na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 178/XIII/1.ª \(BE\) - Salvaguarda a pensão de alimentos enquanto direito da criança no cálculo de rendimentos – n.º 254-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 180/XIII/1.ª \(PAN\) - Proíbe a utilização de dinheiros públicos para financiamento direto ou indireto de atividades tauromáquicas – n.º 256-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 181/XIII/1.ª \(PAN\) - Proíbe a utilização de menores de idade em espetáculos tauromáquicos – n.º 257-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 182/XIII/1.ª \(PAN\) - Proíbe a transmissão de espetáculos tauromáquicos na Estação Televisiva Pública RTP – n.º 258-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Institui a obrigatoriedade de prestar atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo, para todas as entidades públicas e privadas que prestem atendimento presencial ao público - MTSSS - \(Reg. DL 50/2016\)” – n.º 219-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 05 – 27;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 61/X – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional 22/2012/A, de 30 de maio, Regulamento do Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensino Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional 68/X – Cria o Comissariado dos Açores para a Infância.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 179/XIII/1.ª \(BE\) - Altera a Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto e altera o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março – n.º 255-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 05 – 18;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 203/XIII/1.ª \(BE\) – Proíbe pagamentos a entidades sediadas em offshores não cooperantes – n.º 260-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 204/XIII/1.ª \(BE\) – Define o conceito de beneficiário efetivo para efeitos do Código do IRC – n.º 261-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 205/XIII/1.ª \(BE\) – Extingue os valores mobiliários ao portador e determina o carácter escritural dos valores mobiliários, assegurando a identificação dos respetivos titulares – n.º 262-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 05 – 25;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 206/XIII/1.ª \(BE\) – Impede pagamentos em numerário acima dos dez mil euros – n.º 263-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 01;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 207/XIII/1.ª \(BE\) – Alarga a obrigatoriedade de registo dos acionistas dos bancos à identificação dos beneficiários efetivos das entidades que participem no seu capital – n.º 264-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 01;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que Estabelece os requisitos para a conceção, o fabrico e a colocação no mercado das embarcações de recreio e das motas de água, transpondo a Diretiva n.º 2013/53/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013 - ME - \(Reg. DL 22/2015\) – n.º 223-OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 02;

Assunto: [Relatório e parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/X - Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 09;

Assunto: [Setor Público Empresarial 2014](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 68/X - Estabelece o aumento da Remuneração Complementar Regional](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 159/X - Pagamento Único aos Produtores de Leite](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 06 – 13.

13 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 136, 137, 138 e 139, bem como a Separata n.º 13/X.

A redatora, Ana Machado